PROTOCOLO GERAL NUP 64045.013469/2020-27		ASSUNTO PR ELETR SRP Nº 023/2020 - 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

SEÇÃO DE AQUISIÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SALC

VOLUME II

INTERESSADO: Seção de Controle/CEEM

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP

OBJETO DA LICITAÇÃO: Abertura de processo de contratação de serviço, modalidade Pregão Eletrônico SRP, tendo como o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Pregoeiro Designado: 1º Sgt Albuquerque, designado na letra "a", do nº 2, da 3ª Parte, do Boletim Interno nº 241, de 24 de dezembro de 2019.

ANEXOS: Todas as documentações constantes no índice deste processo.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1.				4.			
2.				5.			
3.				6.			

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Processo Administrativo nº 64045.013469/2020-27

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DOCUMENTO	PÁGINA
Lista de Verificação	01 - 06
Índice	07
Termo de Abertura – Autuação	08
Documento de Formalização da Demanda	09
Parte Requisitiva nº 02/2020 – 4ª Seção	10
Plano Anual de Contratações (PAC)	11 - 16
BI de Nomeação de Equipe de Planejamento da Contratação	17 - 18
Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos (documentos complementares)	19 - 64
Termo de Referência nº 02/2020 – 4ª Seção – 7º BEC	65 - 102
Consulta CATSER	103 - 104
Aprovação do Termo de Referência pelo Ordenador de Despesas	105 - 106
Relatório de Pesquisa de Preços nº 01/2020 – 4ª Seção	107 - 117
Pesquisa(s) de Preços	118 - 151
Declaração de Adequação Orçamentária	152
BI de Nomeação do Pregoeiro e Equipe de Apoio ao Pregoeiro	153 - 154
Publicação em BI da Abertura do Processo Administrativo	155
Portaria nº 858, de 12 de junho de 2019 (Nomeação de Comandante de OM)	156 - 157
D.O.U nº 115, de 17 de junho de 2019 (Portaria nº 858, de 12 de junho de 2019)	158
BI Nr 239, de 20/12/2019, do 7º BEC (Rol dos Responsáveis)	159 - 160
IRP – Intenção de Registro de Preços	161
Parecer do Ordenador de Despesas	162 - 163
Justificativa para a Permissão de Futura Adesão de Interessados Não-Participantes	164
Minuta do Edital e seus anexos	165 - 190
Termo de Encerramento de Volume (Vol. I)	191
Termo de Abertura de Volume (Vol. II)	192
Minuta do Edital e seus anexos (continuação)	193 - 282
Ofício nº 74 – SALC/7 BEC	283 - 284
Msg SIAFI nº 20200496374, de 10 Ago 20, do 7º BEC (Abertura de IRP – 12ª ICFEx)	285 - 286
Parecer n. 00197/2020/FAS/CJU-AC/CGU/AGU	287 - 321
DIEx nº 2357 – SALC/7 BEC	322
Certidão de Saneabilidade (Setor Requisitante)	323 - 329
Estudo Técnico Preliminar – Ata de Registro de Preços	330 - 363
Termo de Encerramento de Volume (Vol. II)	364
Termo de Abertura de Volume (Vol. III)	365
Termo de Referência nº 02/2020 – 4ª Seção – 7º BEC (retificado)	366 - 401
Certidão de Saneabilidade (Ordenador de Despesas)	402 - 408
DIEx nº 343–AAAJurd/2º Gpt E	409 - 414
Visualização Prévia da Matéria para Publicação no D.O.U	415
Consulta Aviso de Licitação – SIDEC	416 - 417
D.O.U. nº 163, de 25/08/2020 – Seção 3	418 - 419
Edital e anexos	420 - 532
Impugnação ao Edital	533 - 548
DIEx nº 2543 – SALC/7 BEC	549
DIEx nº 79 – S4/7 BEC	550 - 553
Registro do Pedido de Impugnação no Sistema Compras Governamentais	554
Registro da Resposta ao Pedido de Impugnação no Sistema Compras Governamentais	555
Proposta(s) de Preços	556 - 564
Termo de Encerramento de Volume (Vol. III)	565
Termo de Abertura de Volume (Vol. IV)	566
Proposta(s) de Preços	567 - 574
SICAF, Certidão Consolidada do TCU e CNJ	575 - 600
Documentação de Habilitação	601 - 731
DIEx nº 2602 – SALC/7 BEC	732
DIEx nº 80 – S4/7 BEC	733
Esclarecimentos e Requerimentos Emergenciais Rio Branco Aerotáxi Ltda	734 - 739
Intenção de Recurso e Recurso Administrativo E M T Construtora Ltda	740 - 741
Intenção de Recurso e Recurso Administrativo HP Logística e Navegação Multimodal Ltda	742 - 743
Contrarrazão de Recurso Administrativo Valdemar R Moura – ME	744
Contrarrazão de Recurso Administrativo Yaco Navegações e Transporte EIRELI	745
Análise de Recurso Administrativo e Contrarrazão com Decisão do Pregoeiro e OD	746 - 750
Registro da Decisão do Pregoeiro no Sistema Compras Governamentais	751 - 752
Registro da Decisão da Autoridade Competente no Sistema Compras Governamentais	753
Declaração ME/EPP/Cooperativa obtidos no Sistema Compras Governamentais	754 - 755
Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018	756 - 763
Termo de Encerramento de Volume (Vol. IV)	764
Termo de Abertura de Volume (Vol. V)	765
Ofício nº 98 – SALC/7 BEC e anexos	766 - 768
Relatório Técnico nº 002/2020 – 4ª Seção / 7º BEC	769 - 790
Relatório Técnico nº 003/2020 – 4ª Seção / 7º BEC	791 - 794
Relatório Técnico nº 004/2020 – 4ª Seção / 7º BEC	795 - 798
Visualização Prévia da Matéria para Publicação no D.O.U	799
Consulta Evento SIDEC – Resultado de Julgamento	800 - 801
D.O.U. nº 186, de 28/09/2020 – Seção 3	802 - 803
BI Nr 185, de 25/09/2020 – Resultado da Homologação	804 - 805
DIEx nº 2806 – SALC/7 BEC – Circular	806 - 808
DIEx nº 2836 – SALC/7 BEC	809 - 810
Ofício nº 101 – SALC/7 BEC	811 - 812
Ofício nº 102 – SALC/7 BEC	813 - 814
Ofício nº 103 – SALC/7 BEC	815 - 816
Ata(s) de Registro de Preços	817 - 832
Consulta Ata – SISRP	833
Termo de Contrato nº 98/2020 – 7º BEC – Valdemar R Moura – ME	834 - 838

Fl 192.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de 2020, procedemos a abertura deste volume nº 02 do processo nº 64045.013469/2020-27 que se inicia com a folha nº 192 (cento e noventa e dois) para constar, eu Cláudio Albuquerque da Silva – 1º Sgt, Auxiliar da SALC, subscrevo e assino.

Cláudio A. da Silva

CLÁUDIO ALBUQUERQUE DA SILVA – 1º Sgt
Auxiliar da SALC

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 173

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	Descrição/ Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável
1	1	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo de Manoel Urbano-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC. Com pernoite previsto da embarcação de até 72 horas para que seja realizado o desembarque de todo material transportado.	3182	Kg	24.150.000	[redacted]
		Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos,				

DIRETORIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 124

	2	mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo Santa Rosa do Purus-AC para Manoel Urbano-AC. Com pernoite da embarcação previsto de até 72 horas para que seja realizado o desembarque de todo material transportado.	3182	Kg	1.000.000	[redacted]
2	03	Serviço de transporte em aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros com bagagem pessoal de até 10 Kg e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 Ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo-260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; e homologação na categoria TPX e para Transporte de cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Horas de Vôo	500	[redacted]
	04	Pernoite da aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 Ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Pernoite	15	[redacted]
	05	Serviço de transporte em aeronave Bimotor: Dois tripulantes e quatro passageiros com bagagem pessoal de até 10 Kg; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250 Km/h.	3174	Horas de Vôo	300	[redacted]

Fl. 195

		Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**				
3	06	PERNOITE da **Aeronave Bimotor:** Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Pernoite	15	[redacted]
4	07	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor Turboélice: Dois tripulantes e oito passageiros com bagagem pessoal de até 10 Kg; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Horas de Vôo	300	[redacted]
	08	PERNOITE da **Aeronave Bimotor Turboélice:** Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria	3174	Pernoite	15	[redacted]

Fl. 196

		TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**				
5	09	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros com bagagem pessoal de até 10 Kg; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Horas de Vôo	300	[redacted]
	10	PERNOITE da Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Pernoite	15	[redacted]
6	11	Serviço de transporte em Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros com bagagem pessoal de até 10 Kg; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Horas de Vôo	300	[redacted]
	12	PERNOITE da Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h. Para operação sob regras	3174	Pernoite	15	[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 192

		de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**				
Não se aplica	13	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal com bagagem de mão de até 10 Kg (o excedente será despachado conforme o item 1), com deslocamentos saindo de Manoel Urbano-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC ou de Santa Rosa do Purus-AC para Manoel Urbano-AC.	3182	Pessoa	2.000	[redacted]
Valor Total (R$):						[redacted]

~~*1.1.1.Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):*~~

Órgão gerenciador:			
Item	*Descrição/Especificação*	*Unidade de Medida*	*Quantidade*
1			
2			
3			
...			

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global (para os itens nº 01 ao 12 ora divididos em 06 grupos) e Empreitada por Preço Unitário (para o item nº 13 ora disputado individualmente).

1.5. *O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.*

1.6. **O objeto da aludida contratação constitui atividade de custeio, conforme o Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012 e Inciso I do art. 3º da Portaria nº 249 – MOG/SLTI, de 13 de junho de 2012.**

FL 198

1.7. O 7° BEC no exercício de suas funções, com o objetivo de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, podem ser dispensados pela autoridade responsável pela licitação.

1.7.1. A redação do novel art. 47, da Lei Complementar nº 123/06 estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, independentemente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante.

1.7.2. Basicamente, sabe-se que as principais alterações promovidas pela LC nº 147/14 na LC nº 123/06 foram:

1.7.2.1. Ampliação do prazo para comprovação da regularidade fiscal (art. 43, § 1º);

1.7.2.2. Licitação exclusiva para ME's e EPP's (art. 48, inc. I);

1.7.2.3. Subcontratação sem limite de ME's e EPP's (art. 48, inc. II);

1.7.2.4. Cotas de objetos divisíveis (art. 48, inc. III);

1.7.2.5. Prioridade de contratação para ME's e EPP's sediadas local ou regionalmente (art. 47);

1.7.2.6. Margem de preferência para contratação de ME's e EPP's (art. 48, § 3º);

1.7.2.7. Desnecessidade de previsão no instrumento convocatório (art. 49, inc. I); e,

1.7.2.8. Preferência nas dispensas de licitação tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (art. 49, inc. IV).

1.7.3. Entretanto, a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim, vale a máxima: "para toda regra existe uma exceção". Assim sendo, de conformidade com o art. 49, não se aplica os benefícios dos arts. 47 e 48 quando:

1.7.3.1. não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

1.7.3.2. o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou,

1.7.3.3. a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incs. I e II, do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inc. I, do art. 48.

1.7.4. Nesse contexto, por se tratar de contratação de serviço de transporte aéreo e fluvial de material e pessoal, e por isso, agregarem valores elevados que em teoria não são acessíveis a empresas (ME's e EPP's), além do mais, o local de entrega, se trata de região peculiar e de difícil logística, ou seja, elevado custo de transporte. E por fim, durante a fase da pesquisa de preços não foram encontradas empresas (ME´s e EPP´s) no mercado local ou regional que possa fornecer os serviços listados neste certame. Assim sendo esta administração no

FL 199

uso de suas atribuições legais resolve, não aplicar a LC 123/2006 e 147/2014 para esse edital específico.

1.7.5. Conforme pesquisa de mercado anexa no processo, constatou-se que não há 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente conforme pesquisa em htt://app.anp.gov.br, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento, conforme o inciso II do art. 49 da LC 123/2016 e ainda mais, a reserva de cota nesse caso não é vantajoso para a administração pública e representará prejuízo ao conjunto, conforme o inciso III do art. 49 da LC 123/2016.

1.8. Em obediência ao Decreto nº 7.746, de 05 junho de 2012, serão exigidos os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade ambiental:

1.8.1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

1.8.2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

1.8.3. maior geração de empregos, preferencialmente, com mão de obra local;

1.8.4. uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais; e

1.8.5. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

1.9. A Administração optou pelo Sistema de Registro de Preços, em face do espeque legal contido nos incisos I e II, do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, o qual aduz que:

"I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; e

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

1.9.1. Prosseguindo a abordagem anterior, às condições climáticas na região amazônica influenciam diretamente na contratação e execução dos serviços objeto desse instrumento, visto que, durante o período do verão favorece o seguimento da construção civil, e, sucessivamente, a fim de evitar a escassez de insumos na obra serão encaminhados frequentemente às frentes de serviços materiais e pessoal necessários. Outrossim, o período chuvoso é um fator impeditivo e desfavorável a realização de serviços específicos podendo culminar com o desperdício de material ou possivelmente dano ao erário. Assim sendo, durante a vigência da Ata de Registro de Preços serão descentralizados recursos financeiros gradativamente conforme o emprego operacional da tropa, portanto, justifica-se a eventual necessidade de contratações frequentes conforme a descentralização de créditos por parte dos Órgãos Convenentes.

1.9.2. A contratação de serviço remunerado por unidade de medida ameniza os contratempos com o provável grau de flutuações na demanda. Contudo, torna-se inviável a contratação dos serviços em sua totalidade, pois, no mínimo, seria imprudente senão irresponsável tal adoção. Nesse contexto, esta Adminsitração justifica a opção pela utilização do Sistema de Registro de Preços amparado no inciso II, do art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

1.10. O 7º BEC definiu a aquisição dividida em 06 (seis) grupos para os itens 01 a 12, tendo em vista que seu fracionamento se torna inviável tendo em vista que os transportes realizados serão contratados em trechos de ida e volta simultaneamente. Tal contratação cresce de relevância

Fl 200

ao passo que o ponto de saída (Rio Branco-AC/ Manuel Urbano-AC) e o ponto de entrega dos materiais(Santa Rosa do Purus-AC), são distantes e de difícil acesso.

1.11. No que tange, a utilização do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2020 – Abril – 3ª Edição) da Advocacia Geral da União foi devidamente consultado pelo Setor Requisitante inexistindo, portanto, quaisquer recomendações no sentido de acrescentar informações complementares quer seja no Termo de Referência quer seja no Edital, que, porventura, seja relevante para satisfatoriamente cumprir os ditames legais; bem como foi consultado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente.

1.12. Verificou-se ainda, a eventual inexistência de Decretos ou outro normativos relativos a "limites", "contingenciamento orçamentário" ou a "restrição ao empenho de verbas", com efeitos aplicáveis ao caso concreto, a exemplo da Portaria 179, de 22 de abril de 2019.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo conforme minudenciado no item 5.1 do presente Termo de Referência, que abrange a prestação do serviço de transporte fluvial e aéreo nos seguintes trajetos: de Manoel Urbano – AC para Santa Rosa do Purus - AC; e, de Santa Rosa do Purus - AC para Manoel Urbano – AC, podendo os trechos serem realizados apenas de ida ou volta.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3° do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade: a Contratada deverá reunir as condições necessárias para a execução dos serviços, conforme o tipo de transporte que for apresentada a proposta de preços no certame, devendo possuir os materiais de segurança obrigatórios previstos segundo as normas vigentes pelos respectivos órgãos de controle, tais como: ANAC, INFRAERO, ANTAQ e Capitania dos Portos;

5.1.2. Serviço continuado: a contratação dos serviços objeto deste termo foi enquadrado como continuado sem dedicação de mão de obra exclusiva, em face da sua natureza e especificidade, visto que, a sua execução dependerá, *consideravelmente*, de fatores

Fl. 201

climáticos específicos da Região Amazônica. Portanto, por motivos alheios a vontade da Administração poderá ser dilatado o prazo de execução da obra, e, sucessivamente, condicionará a prorrogação dos contratos vigentes;

5.1.3. Critérios e práticas de sustentabilidade: a Contratada deverá satisfazer as condições mínimas com vistas a atender aos critérios de sustentabilidade ambiental citados no presente termo e outras ora não citadas, porém, relevantes para a execução segundo os parâmetros legais vigentes;

5.1.4. Duração inicial do contrato: a contratação dos serviços tem a previsão de 12 (doze) meses podendo, inclusive, por interesse das partes ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses conforme previsto no art. 57 da Lei nº 8.666/93;

5.1.5. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: a Contratada deverá possuir um planejamento estratégico logístico, no qual conste dentre as situações adversas a eventual substituição de embarcações, aeronaves e profissionais (navegador e/ou piloto), respectivamente. Tudo, com o intuito de envidar esforços para que o mais breve possível, sejam solucionados problemas que, porventura, ocasionem desnecessariamente atraso no cronograma de obras;

5.1.6. Quadro com soluções de mercado: a Contratada deverá tomar ciência das abordagens contidas no Mapa de Riscos – Adendo "B" intrínsecas à sua área de atuação, de modo que tais óbices sejam evitados.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos ficará condicionada a eventual descentralização de recursos orçamentários e respectivo(s) cronograma(s) da(s) obra(s) a cargo desta Organização Militar. Há a necessidade de hospedagem, bem como outros encargos relacionados a outras despesas (conforme previsto na tabela abaixo):

5.3.1. Estimativa das quantidades:

PESSOAL			
Pessoal	**Quantidade**	**Peso (kg)**	**PesoTotal (kg)**
Militares 7º BEC	150	[redacted]	
Total Pessoal (Kg)			
INSUMOS			
Insumo	**Unidade**		
CIMENTO PORTLAND CP II - 32 A GRANEL	KG		
BRITA 1	M³		
CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG		
BRITA 2	M³		
DIESEL	L		
AREIA MÉDIA	M³		
ADITIVO DE CURA PARA CONCRETO	KG		

FL 202

TINTA REFLETIVA ACRÍLICA	L	[redacted]
ADITIVO PLASTIFICANTE E RETARDADOR TIPO PLASTIMENT OU SIMILAR	KG	
SELANTE ELÁSTICO À BASE DE POLIURETANO E ASFALTO, TIPO VEDAFLEX 45 OU SIMILAR	KG	
ADESIVO FIXADOR PARA HIDROSSEMEADURA - GOMA XANTANA	KG	
MATERIAL FORMADOR DA CAMADA PROTETORA DE HIDROSSEMEADURA	KG	
SEMENTES PARA HIDROSSEMEADURA	KG	
DISCO DIAMANTADO - D = 350 MM	UN	
AÇO CA 60	KG	
TUBO DE CONCRETO ARMADO CA 3 - D = 1,00 M	M	
BRITA 0	M³	
ARAME FARPADO GALVANIZADO 16 BWG	M	
GASOLINA	L	
MICROESFERAS DE VIDRO REFLETIVA TIPO II-A	KG	
TÁBUA DE PINHO DE TERCEIRA - E = 2,5 CM	M³	
AREIA MÉDIA LAVADA	M³	
ADITIVO INCORPORADOR DE AR TIPO CEMIX-AIR OU SIMILAR	KG	
MICROESFERAS DE VIDRO REFLETIVA TIPO I-B	KG	
ADUBO POTÁSSIO	KG	
TINTA PARA PRÉ-MARCAÇÃO	L	
ADUBO ORGÂNICO	KG	
CORDÃO DE POLIETILENO EXPANDIDO	M	
ADUBO NPK	KG	
PÓ CALCÁRIO	KG	
ARGAMASSA ASFÁLTICA	KG	
SOLVENTE PARA TINTA À BASE DE RESINA ACRÍLICA	L	

TÁBUA DE 2,5 X 10 CM	M³
PEDRA DE MÃO	M³
ENXOFRE	KG
ADUBO FÓSFORO (30%)	KG
ARAME LISO GALVANIZADO 14 BWG	KG
PREGO DE FERRO	KG
ARAME RECOZIDO 18 BWG	KG
DESMOLDANTE PARA FORMAS	L
ASFALTO DILUÍDO CM 30	T
LONA PLÁSTICA DE 200 MICRAS DE ESPESSURA	M²
AÇO CA 50	KG
AÇO CA 25	KG
Outros insumos	A ser definido.

Total Insumos (kg)

EQP/VTR/FERRAMENTAL

Equipamento	Quantidade
CENTRAL DE CONCRETO COM CAPACIDADE DE 30 M³/H - DOSADORA E MISTURADORA	1
CARREGADEIRA DE PNEUS COM CAPACIDADE DE 3,3 M³ - 213 KW	3
RETROESCAVADEIRA DE PNEUS - 58 KW	2
ROLO COMPACTADOR DE PNEUS AUTOPROPELIDO DE 27 T - 85 KW	1
ROLO COMPACTADOR LISO AUTOPROPELIDO VIBRATÓRIO DE 11 T - 97 KW	1
ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO DE 11,6 T - 82 KW	4
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA COM CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 1,5 M³ - 110 KW	2
MOTONIVELADORA - 93 KW	2

TRATOR DE ESTEIRAS COM LÂMINA - 259 KW	1	[redacted]
TANQUE DE ESTOCAGEM DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 30.000 L	1	
TRATOR AGRÍCOLA - 77 KW	4	
EMPILHADEIRA	3	
GRADE DE 24 DISCOS REBOCÁVEL DE 24"	4	
VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL	1	
PERFURADOR DE SOLO PARA TRATOR	1	
DEMARCADOR DE FAIXAS COM SISTEMA DE PINTURA A FRIO - 28 KW/115 KW	1	
COMPACTADOR MANUAL COM SOQUETE VIBRATÓRIO - 4,1 KW	2	
COMPRESSOR DE AR PORTÁTIL DE 197 PCM - 55 KW	1	
RÉGUA VIBRATÓRIA	3	
BETONEIRA COM MOTOR A GASOLINA COM CAPACIDADE DE 600 L - 10 KW	2	
BOMBA COSTAL	2	
MÁQUINA DE CORTE	2	
GRUPO GERADOR - 100/110 KVA	3	
GRUPO GERADOR - 13/14 KVA	2	
EQUIPAMENTO FORMA-TRILHO - 13,4 KW	1	
SERRA CIRCULAR COM BANCADA - D = 30 CM - 4 KW	2	
TRANSPORTADOR MANUAL GERICA COM CAPACIDADE DE 180 L	10	
TRANSPORTADOR MANUAL CARRINHO DE MÃO COM CAPACIDADE DE 80 L	40	
TALHA MANUAL COM CAPACIDADE DE 3 T	2	
FORMAS METÁLICAS (TRILHO)	1	

SINDICATO DE ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO
Fl. 204

FL 205

VIBRADOR DE IMERSÃO	3	[redacted]
CAMINHÃO TANQUE DISTRIBUIDOR DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 6.000 L - 7 KW/136 KW	1	
CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 14 M³ - 188 KW	6	
CAMINHÃO BETONEIRA	3	
CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE DE 8.000 L - 136 KW	2	
CAMINHÃO CARROCERIA COM CAPACIDADE DE 15 T - 188 KW	3	
CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO COM CAPACIDADE DE 20 T.M - 136 KW	1	
CAMINHÃO LUBRIFICANTE	1	
CAMINHÃO OFICINA	1	
CAMINHÃO PARA HIDROSSEMEADURA COM CAPACIDADE DE 7.000 L - 25 KW/136 KW	1	
CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE DE 10.000 L - 188 KW	1	
AUTOBETONEIRA	1	
Carro tipo pick-up	3	
Ambulancia	1	
Van	1	
Carro tipo pick-up	3	
Total Eqp + Ferramentas (kg)		
Total RBR/SRP (kg)		
Total SRP/RBR (kg)		

5.4. Os materiais a serem transportados devem ser acompanhados de uma via do documento de comprovação do embarque efetuado na empresa de transporte que deve conter a quantidade de volumes e o peso do material aferido por essa.

5.4.1. A Contratada para fins de atendimento ao serviço de transporte aéreo de pessoal deverá orçar em sua proposta de preços aeronave(s) do tipo monomotor, bimotor, turboélice com a(s) quantidade(s) mínima(s) 04 (quatro) e máxima(s) de 15(quinze) e/ou 18 (dezoito) passageiros; capacidade máxima de carga de 5.500

Fl 206

Kg e Mínima de 450 Kg; a aeronave deve possuir os materiais de segurança obrigatórios previstos segundo as normas vigentes pelos respectivos órgãos de controle, tais como: ANAC e INFRAERO.

5.4.2. A Contratada para fins de execução do transporte fluvial de materiais ora discriminados (Grupo 01 – itens nº 01 e 02) e item 13, respectivamente, deverá fazê-lo em embarcação cuja capacidade de transporte seja de, no mínimo, 05 Ton (cinco toneladas) e no máximo 400 Ton (quatrocentas toneladas), haja vista atender ao planejamento logístico da Administração.

5.4.2.1. A Contratada deverá:

5.4.2.1.1. Apresentar Carta de tripulação e segurança;

5.4.2.1.2. Possuir experiência prévia comprovada, através de atestados de capacidade técnica, devidamente registrados no CRA em prestação de serviços de logísticas de transportes fluviais semelhantes ao objeto do certame;

5.4.2.1.3. Possuir autorização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para transporte de carga em território de fronteira, conforme resolução ANTAQ, de 11/12/2009;

5.4.2.1.4. Apresentar Certificado de Registro de Armador, conforme artigo 15 e 16 da Lei nº 7.652 de 03 de fevereiro de 1998;

5.4.2.2. A Contratada para fins de execução do transporte fluvial de materiais ora discriminados (Grupo 01 - itens nº 01 e 02), deverá ter embarcações/ balsas em quantidade e capacidade para transportar no mínimo 8.000 Ton (oito mil toneladas) durante o inverno amazônico, período este compreendido entre os meses de novembro a abril, se atentando para as peculiaridades e características do Rio Purus no trecho entre Santa Rosa do Purus/AC e Manuel Urbano/AC;

5.5. Os materiais deverão ser entregues no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7° Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano/AC e/ou Rio Branco/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7° BEC.

5.6. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas no trajeto (Rio Branco/AC x Santa Rosa do Purus/AC) e vice- versa, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas.

5.7. As despesas com seguros, embalagens, ADEME (adicional de emergências), descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da Empresa contratada.

5.8. A Contratada para executar os serviços objeto da licitação deverá contratar às suas expensas um seguro que englobe cobertura contra acidentes e de vida, este último visando salvaguardar os militares e servidores civis a serem transportados na (s) embarcação(ões) ou aeronave(s) ora utilizada(s). Para tal, cresce de importância, que, se contrate uma empresa idônea do ramo, com vistas a oferecer cobertura total dos prejuízos,

eventualmente, causados, à Administração como um todo (materiais, pessoal, equipamentos e outros bens), utilizando as notas de empenho da aquisição dos materiais como critério de prova de avaliação dos bens.

5.9. O serviço proposto para os itens 03 ao 12 deste termo será entregue na pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC. No trajeto contrário, a entrega do serviço será no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC – Plácido de Castro e /ou pistas de pouso particular próximas à cidade de Rio Branco/AC.

5.10. Os serviços propostos para os itens 1, 2 e 13, deverão ser executados na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/ AC e/ou Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela empresa Contratada em Santa Rosa do Purus/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do do 7º BEC;

5.11. O pessoal a ser transportado trata-se de militares e servidores civis do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, ou ainda, algum outro militar ou civil com missão específica que tenha relação com o Exército Brasileiro.

5.12. Os materiais deverão ser transportados por barco, balsa ou batelão de capacidade mínima de transporte de 12 toneladas, nos itinerários já especificados de acordo com os itens constantes no presente termo de referência; sendo, portanto, indispensável regularização da(s) embarcações junto a capitania dos portos para a execução dos serviços nos municípios indicados no presente termo, e, sucessivamente cumprir as normas de segurança vigentes tanto para o transporte de materiais quanto para de pessoal.

5.13. As pessoas deverão ser transportadas por barcos, lanchas, voadeiras, rabetão, batelão ou balsa de capacidade mínima de transporte de 09 (nove) passageiros, nos itinerários já especificados de acordo com os itens constantes no presente Termo de Referência.

5.14. O prazo para execução dos serviços será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato.

5.15. Ao Gestor e Agente Fiscalizador do Contrato designados pelo 7º BEC caberá o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e no Edital e seus serviços, e em conformidade com as necessidades desta UASG, no seguinte endereço: 7º Batalhão de Engenharia de Construção, situado à Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, Rio Branco-AC, CEP: 69.918-093, em horário abaixo especificado:

HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
09h às 11h 30min e das 14h às 16h (horário local)	De segunda-feira a quinta-feira
09h às 11h 30 min (horário local)	sexta-feira
SOMENTE EM DIAS DE EXPEDIENTE	

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 horas, **desde que agendado previamente com o Setor Requisitante do 7º BEC - 4ª Seção – telefone: (68) 3214-6334**.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

FL 208

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.1.... [~~incluir outras instruções sobre vistoria~~]
6.2.2.... [~~incluir outras instruções sobre vistoria~~]

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. **A execução do objeto será iniciada, conforme estipulado no presente termo e demais anexos no referido processo.**

7.1.2. O fornecimento dos materiais, acessórios, ferramentas, insumos e pessoas serão realizados de acordo com a necessidade do órgão e conforme a disponibilidade de recursos orçamentários descentralizados pelo escalão superior.

7.1.3. O fornecimento dos materiais, acessórios, ferramentas, insumos e pessoas serão entregues ao devido destino no horário comercial, podendo a entrega, em comum acordo, ser realizada fora do expediente.

7.2. **Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:**

7.2.1. Para os serviços de transportes fluviais e aéreos de pessoal e carga.

7.2.1.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho;

7.2.1.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes;

7.2.1.3. A solicitação dos serviços será de inteira responsabilidade e iniciativa do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, cabendo-lhe todos os atos da administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de nota de empenho;

7.2.1.4. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário;

7.2.1.5. A Contratada, após a solicitação de serviços, terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para início da prestação dos serviços, a fim de

possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato;

7.2.1.6. Os materiais e os passageiros deverão ser transportados da seguinte maneira:

7.2.1.6.1. Os equipamentos, viaturas, insumos e outros materiais pesados deverão ser transportados por balsas ou batelão de capacidade mínima de transporte de 05 toneladas;

7.2.1.6.2. Os equipamentos leves, insumos e outros materiais mais leves poderão ser transportados por rabetão, lanchas ou voadeiras; e

7.2.1.6.3. Os passageiros deverão ser transportados preferencialmente em lanchas, rabetão ou voadeiras e, em último caso, com a devida autorização da Contratante, os passageiros poderão ser transportados por balsas ou batelão.

7.2.1.7. Os materiais devem ser acompanhados de uma via do documento de comprovação do embarque efetuado na empresa de transporte que deve conter a quantidade de volumes e o peso do material aferido por essa;

7.2.1.8. Os materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela empresa Contratada em Santa Rosa do Purus/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7º BEC;

7.2.1.8.1. O licitante vencedor será o responsável por todas as entregas de material no trajeto previsto no item;

7.2.1.8.2. Ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

7.2.1.9. As despesas com seguros, embalagens, ADEME (adicional de emergência), descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da empresa Contratada.

7.2.1.9.1. As lanchas, batelão, rabetão, voadeiras ou balsas deverão:

7.2.1.9.1.1. Possuir todos os itens de segurança obrigatórios para embarcações;

7.2.1.9.1.2. Estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento;

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 210

7.2.1.9.1.3. Estarem abastecidos e limpos interna e externamente;

7.2.1.9.1.4. Estarem com toda documentação em perfeita ordem;

7.2.1.9.1.5. Possuir caixa de ferramentas de pequenos reparos, no caso de ocorrências eventuais;

7.2.1.9.1.6. Estar com o seguro obrigatório e documentação em dia; e

7.2.1.9.1.7. Ser substituído, imediatamente, por uma embarcação similar em caso de qualquer embarcação ter necessidade de ser recolhida para conserto e/ou manutenção.

7.2.1.10. As embarcações deverão ser apresentados em perfeitas condições de uso, devidamente limpos e de acordo com as especificações do objeto, mediante solicitação do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, sendo acionados junto à(s) licitante(s) vencedora(s) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

7.2.1.11. Os serviços serão solicitados por requisição de embarcações, emitida pelo 7º Batalhão de Engenharia de Construção, especificando os dados necessários e a licitante vencedora terá que disponibilizar a embarcação no horário e local estipulado. As despesas com abastecimentos serão de responsabilidade da licitante vencedora.

7.2.1.12. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) indicar ao menos o nome de um funcionário (com o número de telefone para contato), responsável pelo atendimento das demandas ocorridas dentro ou fora do horário comercial (plantão);

7.2.1.13. Em caso de avaria de qualquer natureza, pane mecânica/elétrica, acidente, ou fatos supervenientes durante a execução dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ao) substituir a embarcação avariado/acidentado por uma embarcação do mesmo tipo ou efetuar os devidos reparos no menor tempo possível;

7.2.1.14. Todas as despesas de locomoção das embarcações até o início de cada locação deverão correr por conta da licitante vencedora;

7.2.1.15. Durante a realização dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter seus empregados uniformizados, portando crachás, visando sua imediata identificação, bem como em perfeitas condições de apresentação e asseio. Os funcionários da(s) licitante(s) vencedora(s) deverão tratar com urbanidade todos os militares e demais colaboradores que participarem dos transportes;

7.2.1.16. É terminantemente proibido ao piloto da embarcação, o uso de cigarros, charutos e cachimbos nas embarcações, bem como ingerir bebidas alcoólicas, ou transportá-las, quando em serviço;

7.2.1.17. O piloto da embarcação, quando em serviço, deverá estar provido de numerário suficiente para arcar com eventuais despesas pessoais, estacionamento, pedágio, diária, alimentação, bem como manutenção da embarcação;

7.2.1.18. Na proposta, deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, incluindo combustíveis, pedágios, alimentação e estada dos

7º BEC DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl. 211

pilotos da embarcação, bem como todos os impostos, seguros obrigatórios e encargos trabalhistas e previdenciários;

7.2.1.19. O pagamento de multas aplicadas em decorrência de infrações correlatas a má condução da embarcação será de responsabilidade da Contratada.

7.2.1.20. A licitante vencedora deverá garantir socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com a embarcação em viagem, fazendo a devida substituição da embarcação contratada, por outra que atenda as especificações, em situações em que a mesma não estiver em condições de trafegar;

7.2.1.21. Responderá a contratada pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às máquinas, equipamentos e demais bens das Unidades participantes do pregão, durante a prestação dos serviços, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que será expressamente combinado pela Contratante;

7.2.1.22. Responderá a Contratada por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço;

7.2.1.23. Licenças, guias de transporte e autorizações, que regulamentam as viagens das embarcações, junto aos órgãos competentes (tais como: Marinha do Brasil, Capitania dos Portos e ANTAQ), são de inteira responsabilidade da Contratada;

7.2.1.24. As despesas com alimentação e hospedagem do piloto da embarcação será de responsabilidade da Contratada;

7.2.1.25. As embarcações deverão estar seguradas com cobertura dos materiais, ou seja, valor da carga segurada, em consequência de acidente envolvendo a embarcação locada, considerando-se como passageiros todos os que estiverem sendo transportados, inclusive o piloto da embarcação, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira na ocorrência de qualquer acidente;

7.2.1.26. A documentação da embarcação e do piloto da embarcação empregado na locação deverá estar atualizada junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, arcando com as despesas relativas à circulação de embarcação em todo território nacional;

7.2.1.27. Todas as responsabilidades de tráfego (tais como multas, pedágios, impostos, taxas etc) deverão correr por conta da licitante vencedora;

7.2.1.28. A embarcação deverá ter cobertura total em caso de colisão, incêndio, roubo, furto (inclusive de acessórios da embarcação) e perda total da mesma, sendo obrigatória à apresentação do Boletim de Ocorrência Policial nos casos de acidentes que envolvam terceiros, furto ou roubo e seus acessórios;

7.2.1.29. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços a serem executados. Cabe ressaltar que, o acesso à rampa em Manoel Urbano/AC e em Santa Rosa do Purus/AC somente é feito pelo Rio Purus, para fins de embarque e desembarque da balsa transportando as viaturas, equipamentos e insumos. Nesse caso, há a necessidade que os rios estejam com volume elevado, ou seja, no período de "inverno amazônico", compreendido entre os meses de novembro a abril para o transporte de maior carga.

Fl 212

7.2.1.30. O transporte aéreo de pessoal com bagagem de mão até 10Kg deverá ser realizado por aeronave com capacidade mínima de carga de 450 Kg, saindo do aeroporto de Rio Branco/AC e/ou pista de pouso particular, ao município de Santa Rosa do Purus/AC, onde será recebido por um militar do 7º Batalhão de Engenharia de Construção;

7.2.1.30.1. A Contratada para fins de atendimento ao serviço de transporte aéreo de pessoal deverá orçar em sua proposta de preços aeronave(s) do(s) tipo(s) monomotor, bimotor, turboélice com a(s) quantidade(s) mínima(s) de 4 (quatro) e máxima(s) de 15 e/ou 18 passageiros; capacidade máxima de carga de 5.500 Kg; a aeronave deve possuir os materiais de segurança obrigatórios previstos segundo as normas vigentes pelos respectivos órgãos de controle, tais como: ANAC e INFRAERO.

7.2.1.31. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas no trajeto (Rio Branco/AC x Santa Rosa do Purus/AC) e vice-versa, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

7.2.1.32. O serviço do item 3 ao 12 deste termo será entregue na pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC, No trajeto contrário, a entrega do serviço será no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC – Plácido de Castro e/ou pista de pouco particulares próximas a cidade de Rio Branco-AC;

7.2.1.33. Os materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC, Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano/AC, a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7º BEC;

7.2.1.34. O pessoal a ser transportado trata-se de militares e servidores civis do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, ou ainda, algum outro militar ou civil com missão específica que tenha relação com o Exército Brasileiro;

7.2.1.35. São de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas com funcionários e seus equipamentos para transporte de cargas, encomendas e pessoal.

7.2.2. A empresa Contratada deverá seguir as normas ambientais vigentes para a plena execução do serviço durante todas as suas fases. A(s) empresa(s) contratada(s) de transporte aquaviário (fluvial) de pessoal e de carga deverá(ão) cumprir todos as Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

7.2.3. Assim sendo, às exigências assinaladas são indispensáveis para uma contratação eficiente, sendo, portanto, consideradas flexíveis e necessários tais requisitos.

Fl 213

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 1993, a Administração designará 01 (um) representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. Nos termos do art. 68, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

8.3. O regime de execução será por "preço unitário", ou seja, a medição do serviço e o seu respectivo pagamento dar-se-á por "quilograma" e/ou "por pessoa", respectivamente, para atender ao serviço de transporte fluvial de cargas e pessoal conforme o caso; ou ainda, "por trecho" para o serviço de transporte aéreo, em conformidade com as especificações contidas neste instrumento e o(s) valor(es) registrado(s) no certame pelo licitante vencedor.

8.4. Os demais mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar à prestação dos serviços, adequados à natureza dos serviços constam nos itens 7.2.1. ao 7.2.3. deste Termo de Referência.

8.5. A contratada capacitará servidor para a contratação e indicará preposto para fiscalização dos serviços, com vistas ao procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução.

8.6. As sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral da União, bem como às seguintes diretrizes constam neste termo no item 21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades que satisfaçam o objeto deste instrumento especificado no item 1.1. e a demanda citada no item 7.1 deste presente termo, promovendo sua substituição quando necessário.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. A Contratada para fins de execução do transporte fluvial de materiais ora discriminados (Grupo 01 - itens nº 01 e 02) e item 13, respectivamente, deverá fazê-lo em embarcação cuja capacidade de transporte seja de, no mínimo, 05 Ton (cinco toneladas) e no máximo 400 Ton (quatrocentos toneladas), haja vista atender ao planejamento logístico da Administração.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas.

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL. 215

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010.

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

DIRETORIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 216

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a"e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

~~12.23. *Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.*~~

~~12.24. *Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.*~~

~~12.25. *Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.*~~

~~12.26. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.*~~

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará *o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VII do Edital, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços*, devendo

haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

15.16.1. Durante a execução do serviço quando por ocasião de embarques e desembarque ou quando o fiscal de Contrato julgar necessário para avaliar o desempenho e prestação dos serviços realizados, o Fiscal de Contrato ainda atuará em todos os subitens do item 7 deste termo de referência.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 219

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.3.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o

Fl. 220

pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.3.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.3.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.4. No prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

Fl. 221

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. O prazo de validade;

17.4.2. A data da emissão;

17.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. O período de prestação dos serviços;

17.4.5. O valor a pagar; e

17.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. Não produziu os resultados acordados;

17.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

~~18.1. A Contratada emitirá recibo correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato ou seja prestada a garantia etc.), para que a Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~18.2. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~18.2.1. R$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~18.2.2. ...~~

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se

o índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 0,2% (zero vírgula dois) do valor total do contrato.

20.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/ MP nº 5/2017.

20.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2 Prejuízos diretos causados à Administrações decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 224

20.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal **denominada "Conta-Garantia"**, com correção monetária.

20.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12 Será considerada extinta a garantia:

20.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. Cometer fraude fiscal.

FI 225

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de**:

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 226

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02

Fl. 227

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Fl. 228

21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstas no edital.

22.4. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por grupo (para os grupos de nº 01 a nº 12) e menor preço por item (individualmente para o item 13).

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. ~~(Indicar a dotação orçamentária da contratação, exceto se for SRP.)~~

24. ADENDOS (S)

24.1. ADENDO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
24.2. ADENDO "B" AO TERMO DE REFERÊNCIA – GERENCIAMENTO DE RISCOS

229

ADENDO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar 3/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 02/2020 4ª seção - 7º BEC

2. Descrição da necessidade

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. A presente contratação justifica-se, tendo em vista que o 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC) recebeu demanda do 2º Grupamento de Engenharia, Escalão de Engenharia de Construção imediatamente Superior desta Organização Militar (OM), para executar os trabalhos de recuperação da pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC, no intuito de melhor acolher os militares e seus dependentes que encontram-se prestando serviço naquele Destacamento de Fronteira, necessitando, para a execução e conclusão desses trabalhos, transportar os insumos, equipamentos, viaturas, materiais diversos e pessoal, por via fluvial e aérea.

2. A contratação dos serviços de transporte fluvial e aérea faz-se necessária tendo em vista a inexistência do modal rodoviário que atenda a mobilização e a logística de entrega desses materiais (insumos), equipamentos e pessoal nas operações a serem executadas na cidade de Santa Rosa do Purus/AC.

3. As quantidades foram definidas de acordo com as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção sendo, pois, apresentadas pela Seção Técnica e a 4ª Seção (Seção de Logística). De acordo com o art. 15, § 7º, inciso II, da Lei 8.666/93: "a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação.

3.1. O(s) quantitativo(s) referente à contratação de serviço de transporte fluvial e aéreo baseia-se no **Plano de Trabalho ((27.001.16.20.05.10.05)** – Manutenção do Aeródromo de Santa Rosa do Purus/AC cuja cópia segue anexa. Daí a necessidade de prover uma logística destinada aos deslocamentos de pessoal, material, equipamentos e viaturas de Manoel Urbano/AC para Santa Rosa do Purus/AC e vice-versa, tendo em vista a necessidade desta OM em transportar equipamentos de engenharia e vários insumos de peso elevado, o que não seria possível através exclusivamente de transporte aéreo.

4. O 7º BEC possui, atualmente, um contrato vigente de transporte fluvial com empresa fornecedora do serviço.

5. Assim, para o cumprimento das ações de engenharia de construção, emergenciais, listadas no subitem **"3.1"**, na recuperação da pista de pouso do aeroporto de Santa

Rosa do Purus/AC, é imprescindível a contratação do serviço de transporte fluvial e aéreo, o qual possibilitará a mobilização da força de trabalho, assim como dos insumos a serem empregados nas respectivas obras.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
4ª Seção do 7º Batalhão de Engenharia de Construção - Rio Branco - AC	MAYK NELSOLYNE COSTA DOS SANTOS – MAJ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Quanto à classificação dos serviços:

1.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, do § 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555, de 2000, e c/c art. 4º do Decreto 5.450, de 2005;

1.2. Enquadram-se, também, nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos; e

1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Outrossim, devido à especificidade do serviço a ser prestado tendo como base a logística que envolve uma obra dessa envergadura e as condições climáticas desfavoráveis da região amazônica classifica-se como ***serviço de natureza continuada***, visto que, por motivos alheios a vontade da Administração, tais como: dificuldade de navegação proporcionada por seca, ou ainda, intrafegabilidade de aeronaves devido ao excesso de chuvas no período, *consideravelmente*, esses fatores ocasionarão prováveis ajustes no cronograma de obras, e, sucessivamente, por tabela os contratos vigentes.

2. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

2.1. Para os serviços de transportes fluviais e aéreos de pessoal e carga.

2.1.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo

de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho;

2.1.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes;

2.1.3. A solicitação dos serviços será de inteira responsabilidade e iniciativa do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, cabendo-lhe todos os atos da administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de nota de empenho;

2.1.4. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário;

2.1.5. A Contratada, após a solicitação de serviços, terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias** para início da prestação dos serviços, a fim de possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato;

2.1.6. Os materiais e os passageiros deverão ser transportados da seguinte maneira:

2.1.6.1. Os equipamentos, viaturas, insumos e outros materiais pesados deverão ser transportados por balsas ou batelão de capacidade mínima de transporte de 12 toneladas;

2.1.6.2. Os equipamentos leves, insumos e outros materiais mais leves poderão ser transportados por rabetão, lanchas ou voadeiras; e

2.1.6.3. Os passageiros deverão ser transportados preferencialmente em lanchas, rabetão ou voadeiras e, em último caso, com a devida autorização da Contratante, os passageiros poderão ser transportados por balsas ou batelão.

2.1.7. Os materiais devem ser acompanhados de uma via do documento de comprovação do embarque efetuado na empresa de transporte que deve conter a quantidade de volumes e o peso do material aferido por essa;

FL 232

2.1.8. Os **materiais deverão ser entregues** na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC e /ou Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC, **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela empresa Contratada em Santa Rosa do Purus/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do do 7 BEC;

2.1.8.1. O licitante vencedor será o responsável por todas as entregas de material no trajeto previsto no item;

2.1.8.2. Ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

2.1.9. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas nos trajetos especificados no Termo de Referência, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

2.1.10. As despesas com seguros, embalagens, ADEME (adicional de emergência), descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da empresa Contratada.

2.1.10.1. As lanchas, batelão, rabetão, voadeiras ou balsas deverão:

2.1.10.1.1. Possuir todos os itens de segurança obrigatórios para embarcações;

2.1.10.1.2. Estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento;

2.1.10.1.3. Estarem abastecidos e limpos interna e externamente;

Fl 233

2.1.10.1.4. Estarem com toda documentação em perfeita ordem;

2.1.10.1.5. Possuir caixa de ferramentas de pequenos reparos, no caso de ocorrências eventuais;

2.1.10.1.6. Estar com o seguro obrigatório e documentação em dia; e

2.1.10.1.7. Ser substituído, imediatamente, por uma embarcação similar em caso de qualquer embarcação ter necessidade de ser recolhida para conserto e /ou manutenção.

2.1.11. As embarcações deverão ser apresentados em perfeitas condições de uso, devidamente limpos e de acordo com as especificações do objeto, mediante solicitação do 7 Batalhão de Engenharia de Construção, sendo acionados junto à(s) licitante(s) vencedora(s) no prazo de **48 (quarenta e oito)** horas de antecedência;

2.1.12. Os serviços serão solicitados por requisição de embarcações, emitida pelo 7 Batalhão de Engenharia de Construção, especificando os dados necessários e a licitante vencedora terá que disponibilizar a embarcação no horário e local estipulado. As despesas com abastecimentos serão de responsabilidade da licitante vencedora.

2.1.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) indicar ao menos o nome de um funcionário (com o número de telefone para contato), responsável pelo atendimento das demandas ocorridas dentro ou fora do horário comercial (plantão);

2.1.14. Em caso de avaria de qualquer natureza, pane mecânica/elétrica, acidente, ou fatos supervenientes durante a execução dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora (s) deverá(ao) substituir a embarcação avariado/acidentado por uma embarcação do mesmo tipo ou efetuar os devidos reparos no menor tempo possível;

2.1.15. Todas as despesas de locomoção das embarcações até o início de cada locação deverão correr por conta da licitante vencedora;

2.1.16. Durante a realização dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter seus empregados uniformizados, portando crachás, visando sua imediata identificação, bem como em perfeitas condições de apresentação e asseio. Os

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl. 234

funcionários da(s) licitante(s) vencedora(s) deverão tratar com urbanidade todos os militares e demais colaboradores que participarem dos transportes;

2.1.17. É terminantemente proibido ao piloto da embarcação, o uso de cigarros, charutos e cachimbos nas embarcações, bem como ingerir bebidas alcoólicas, ou transportá-las, quando em serviço;

2.1.18. O piloto da embarcação, quando em serviço, deverá estar provido de numerário suficiente para arcar com eventuais despesas pessoais, estacionamento, pedágio, diária, alimentação, bem como manutenção da embarcação;

2.1.19. Na proposta, deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, incluindo combustíveis, pedágios, alimentação e estada dos pilotos da embarcação, bem como todos os impostos, seguros obrigatórios e encargos trabalhistas e previdenciários;

2.1.20. O pagamento de multas aplicadas em decorrência de infrações correlatas a má condução da embarcação será de responsabilidade da contratada.

2.1.21. A licitante vencedora deverá garantir socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com a embarcação em viagem, fazendo a devida substituição da embarcação contratada, por outra que atenda as especificações, em situações em que a mesma não estiver em condições de trafegar;

2.1.22. Responderá a contratada pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às máquinas, equipamentos e demais bens das Unidades participantes do pregão, durante a prestação dos serviços, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que será expressamente combinado pela Contratante;

2.1.23. Responderá a Contratada por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço;

2.1.24. Licenças, guias de transporte e autorizações, que regulamentam as viagens das embarcações, junto aos órgãos competentes (tais como: Marinha do Brasil, Capitania dos Portos e ANTAQ), são de inteira responsabilidade da Contratada;

2.1.25. As despesas com alimentação e hospedagem do piloto da embarcação será de responsabilidade da Contratada;

2.1.26. As embarcações deverão estar seguradas com cobertura dos materiais, ou seja, **valor da carga segurada**, em consequência de acidente envolvendo a embarcação locada, considerando-se como passageiros todos os que estiverem sendo transportados, inclusive o piloto da embarcação, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira na ocorrência de qualquer acidente;

2.1.27. A documentação da embarcação e do piloto da embarcação empregado na locação deverá estar atualizada junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, arcando com as despesas relativas à circulação de embarcação em todo território nacional;

2.1.28. Todas as responsabilidades de tráfego (tais como multas, pedágios, impostos, taxas etc) deverão correr por conta da licitante vencedora;

2.1.29. A embarcação deverá ter cobertura total em caso de colisão, incêndio, roubo, furto (inclusive de acessórios da embarcação) e perda total da mesma, sendo obrigatória à apresentação do Boletim de Ocorrência Policial nos casos de acidentes que envolvam terceiros, furto ou roubo e seus acessórios;

2.1.30. A(s) embarcação(ões) locada(s) deverá(ão) ser substituída(s) em casos de furto ou roubo, defeito ou necessidade de manutenção, por outra em perfeitas condições de uso em até **48 (quarenta e oito)** horas;

2.1.31. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços a serem executados. Cabe ressaltar que, o acesso à rampa em Manoel Urbano/AC e em Santa Rosa do Purus/AC somente é feito pelo Rio Purus, para fins de embarque e desembarque da balsa transportando as viaturas, equipamentos e insumos. Nesse caso, há a necessidade que os rios estejam com volume elevado, ou seja, no período de "inverno amazônico", compreendido entre os meses de novembro a abril para o transporte de maior carga.

2.1.32. O transporte aéreo de pessoal com bagagem de mão até 10Kg deverá ser realizado por aeronave com capacidade mínima de carga de 450 Kg, saindo do aeroporto de Rio Branco/AC ao município de Santa Rosa do Purus/AC, onde será recebido por um militar do 7º Batalhão de Engenharia de Construção;

2.1.32.1. A Contratada para fins de atendimento ao serviço de transporte aéreo de pessoal deverá orçar em sua proposta de preços aeronave(s) do

236

(s) tipo(s) monomotor, bimotor, turboélice com a(s) quantidade(s) mínima (s) de 5 (cinco) e máxima(s) de 15 e/ou 18 passageiros; capacidade máxima de carga de 5.500 Kg; a aeronave deve possuir os materiais de segurança obrigatórios previstos segundo as normas vigentes pelos respectivos órgãos de controle, tais como: ANAC e INFRAERO.

2.1.33. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas no trajeto (Rio Branco/AC x Santa Rosa do Purus/AC) e vice-versa, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

2.1.34 Os serviços dos itens 3 ao 12 deste termo será entregue na pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC, No trajeto contrário, a entrega do serviço será no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC – Plácido de Castro;

2.1.35 Os materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC, Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano/AC, a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 BEC;

2.1.36 O pessoal a ser transportado trata-se de militares e servidores civis do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, ou ainda, algum outro militar ou civil com missão específica que tenha relação com o Exército Brasileiro;

2.1.37 São de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas com funcionários e seus equipamentos para transporte de cargas, encomendas e pessoal.

3. A empresa Contratada deverá seguir as normas ambientais vigentes para a plena execução do serviço durante todas as suas fases. A(s) empresa(s) contratada(s) de transporte aquaviário (fluvial) de pessoal e de carga deverá(ão) cumprir todos as Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

4. Todavia, segundo a análise da equipe de Planejamento da Contratação as nuâncias anteriormente observadas, não serão ainda mais prejudicadas, por desarrazoável exigência no instrumento convocatório e seus anexos, os quais venham frustra o caráter competitivo da licitação.

5. Assim sendo, às exigências assinaladas são indispensáveis para uma contratação eficiente, sendo, portanto, consideradas flexíveis e necessários tais requisitos.

5. Levantamento de Mercado

As soluções de mercado que atendam aos requisitos especificados são quase que insuficientes, principalmente, devido a limitação de mercado ou manifesto desinteresse das empresas do ramo local, no entanto, conforme pesquisa no site: (http://www.comprasgovernamentais.gov.br), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, através do Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores, foram localizadas 5 (cinco) empresas cadastradas no SICAF e que são do Estado do Acre, embora não tenhamos conhecimento quanto a capacidade técnica para a execução do serviço pleiteado. São elas:

Produto(s) / Serviço(s)	Fornecedor(es) do Ramo no Estado do Acre	Observação
Transporte Marítimo e Fluvial de Pessoal e Carga	Nome/Razão Social: A. N. P. Neto – CNPJ: 11.654.724/0001-75.	Cruzeiro do Sul, AC.
	Nome/Razão Social: Flora Construções e Transportes Ltda – CNPJ: 10.723.841/0001-80.	Marechal Thaumaturgo, AC.
	Nome/Razão Social: Construmatos Construções e Terraplenagem Ltda – CNPJ: 13.212.587 /0001-44.	Rio Branco, AC.
	Nome/Razão Social: E. Lima do Nascimento – CNPJ: 04.808.455/0001-99.	Rio Branco, AC.
	Nome/Razão Social: J. L. F. Da Silva – CNPJ: 07.278.888/0001-78.	Rio Branco, AC.
Transporte Aéreo de Pessoal e Carga	Nome/Razão Social:RIO BRANCO AEROTAXI LTDA – CNPJ: 84.316.421/0001-16	Rio Branco, AC.
	Nome/Razão Social:Ortiz Taxi Aereo LTDA – CNPJ: 05.011.693/0001-31	Rio Branco, AC.

6. Descrição da solução como um todo

1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

1.1. Para os serviços de transportes fluviais de pessoal e carga:

.1.1.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho;

1.1.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes;

1.1.3. A solicitação dos serviços será de inteira responsabilidade e iniciativa do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, cabendo-lhe todos os atos da administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de nota de empenho;

1.1.4. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário;

1.1.5. A Contratada, após a solicitação de serviços, terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias** para início da prestação dos serviços, a fim de possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato;

1.1.6. Os materiais e os passageiros deverão ser transportados da seguinte maneira:

1.1.6.1. Os equipamentos, viaturas, insumos e outros materiais pesados deverão ser transportados por balsas ou batelão de capacidade mínima de transporte de 12 toneladas;

1.1.6.2. Os equipamentos leves, insumos e outros materiais mais leves poderão ser transportados por rabetão, lanchas ou voadeiras; e

1.1.6.3. Os passageiros deverão ser transportados preferencialmente em lanchas, rabetão ou voadeiras e, em último caso, com a devida autorização da Contratante, os passageiros poderão ser transportados por balsas ou batelão.

1.1.7. Os materiais devem ser acompanhados de uma via do documento de comprovação do embarque efetuado na empresa de transporte que deve conter a quantidade de volumes e o peso do material aferido por essa;

1.1.8. Os materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC, Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano/AC, a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 BEC;

1.1.8.1. O licitante vencedor será o responsável por todas as entregas de material no trajeto previsto no item;

1.1.8.2. Ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

1.1.9. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas nos trajetos já especificados no corrente processo, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

1.1.10. As despesas com seguros, embalagens, ADEME (adicional de emergência), descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da empresa Contratada.

1.1.10.1. As lanchas, batelão, rabetão, voadeiras ou balsas deverão:

1.1.10.1.1. Possuir todos os itens de segurança obrigatórios para embarcações;

1.1.10.1.2. Estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento;

1.1.10.1.3. Estarem abastecidos e limpos interna e externamente;

1.1.10.1.4. Estarem com toda documentação em perfeita ordem;

1.1.10.1.5. Possuir caixa de ferramentas de pequenos reparos, no caso de ocorrências eventuais;

1.1.10.1.6. Estar com o seguro obrigatório e documentação em dia; e

1.1.10.1.7. Ser substituído, imediatamente, por uma embarcação similar em caso de qualquer embarcação ter necessidade de ser recolhida para conserto e /ou manutenção.

1.1.11. As embarcações deverão ser apresentados em perfeitas condições de uso, devidamente limpos e de acordo com as especificações do objeto, mediante solicitação do 7 Batalhão de Engenharia de Construção, sendo acionados junto à(s) licitante(s) vencedora(s) no prazo de **48 (quarenta e oito)** horas de antecedência;

1.1.12. Os serviços serão solicitados por requisição de embarcações, emitida pelo 7 Batalhão de Engenharia de Construção, especificando os dados necessários e a licitante vencedora terá que disponibilizar a embarcação no horário e local estipulado. As despesas com abastecimentos serão de responsabilidade da licitante vencedora.

1.1.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) indicar ao menos o nome de um funcionário (com o número de telefone para contato), responsável pelo atendimento das demandas ocorridas dentro ou fora do horário comercial (plantão);

1.1.14. Em caso de avaria de qualquer natureza, pane mecânica/elétrica, acidente, ou fatos supervenientes durante a execução dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora (s) deverá(ao) substituir a embarcação avariado/acidentado por uma embarcação do mesmo tipo ou efetuar os devidos reparos no menor tempo possível;

1.1.15. Todas as despesas de locomoção das embarcações até o início de cada locação deverão correr por conta da licitante vencedora;

1.1.16. Durante a realização dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter seus empregados uniformizados, portando crachás, visando sua imediata identificação, bem como em perfeitas condições de apresentação e asseio. Os funcionários da(s) licitante(s) vencedora(s) deverão tratar com urbanidade todos os militares e demais colaboradores que participarem dos transportes;

1.1.17. É terminantemente proibido ao piloto da embarcação, o uso de cigarros, charutos e cachimbos nas embarcações, bem como ingerir bebidas alcoólicas, ou transportá-las, quando em serviço;

1.1.18. O piloto da embarcação, quando em serviço, deverá estar provido de numerário suficiente para arcar com eventuais despesas pessoais, estacionamento, pedágio, diária, alimentação, bem como manutenção da embarcação;

1.1.19. Na proposta, deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, incluindo combustíveis, pedágios, alimentação e estada dos pilotos da embarcação, bem como todos os impostos, seguros obrigatórios e encargos trabalhistas e previdenciários;

1.1.20. O pagamento de multas aplicadas em decorrência de infrações correlatas a má condução da embarcação será de responsabilidade da Contratada.

3.7.1.1.21. A licitante vencedora deverá garantir socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com a embarcação em viagem, fazendo a devida substituição da embarcação contratada, por outra que atenda as especificações, em situações em que a mesma não estiver em condições de trafegar;

1.1.22. Responderá a Contratada pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às instalações dos aquartelamentos, máquinas, equipamentos e demais bens das Unidades participantes do pregão,

durante a prestação dos serviços, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que será expressamente combinado pela Contratante;

1.1.23. Responderá a Contratada por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço;

1.1.24. Licenças, guias de transporte e autorizações, que regulamentam as viagens das embarcações, junto aos órgãos competentes (tais como: Marinha do Brasil, Capitania dos Portos e ANTAQ), são de inteira responsabilidade da Contratada;

1.1.25. As despesas com alimentação e hospedagem do piloto da embarcação será de responsabilidade da Contratada;

1.1.26. As embarcações deverão estar seguradas com cobertura dos materiais, ou seja, **valor da carga segurada**, em consequência de acidente envolvendo a embarcação locada, considerando-se como passageiros todos os que estiverem sendo transportados, inclusive o piloto da embarcação, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira na ocorrência de qualquer acidente;

1.1.27. A documentação da embarcação e do piloto da embarcação empregado na locação deverá estar atualizada junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, arcando com as despesas relativas à circulação de embarcação em todo território nacional;

1.1.28. Todas as responsabilidades de tráfego (tais como multas, pedágios, impostos, taxas etc) deverão correr por conta da licitante vencedora;

1.1.29. A embarcação deverá ter cobertura total em caso de colisão, incêndio, roubo, furto (inclusive de acessórios da embarcação) e perda total da mesma, sendo obrigatória à apresentação do Boletim de Ocorrência Policial nos casos de acidentes que envolvam terceiros, furto ou roubo e seus acessórios;

1.1.30. A(s) embarcação(ões) locada(s) deverá(ão) ser substituída(s) em casos de furto ou roubo, defeito ou necessidade de manutenção, por outra em perfeitas condições de uso em até 48 (quarenta e oito) horas;

1.1.31. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços a serem executados. Cabe ressaltar que, o acesso à rampa em Manoel Urbano/AC e em Santa Rosa do

Purus/AC somente é feito pelo Rio Purus, para fins de embarque e desembarque da balsa transportando as viaturas, equipamentos e insumos. Nesse caso, há a necessidade que os rios estejam com volume elevado, ou seja, no período de "inverno amazônico", compreendido entre os meses de novembro a abril para o transporte de maior carga.;

1.1.32. O material deverá ser transportado por aeronave com capacidade mínima de carga de 450 Kg, saindo do aeroporto de Rio Branco/AC ao município de Santa Rosa do Purus/AC, onde será recebido por um militar do 7º Batalhão de Engenharia de Construção;

1.1.33. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas no trajeto (Rio Branco/AC x Santa Rosa do Purus/AC) e vice-versa, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

1.1.34 O serviço do item 8 deste termo será entregue na pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC. No trajeto contrário, a entrega do serviço será no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC – Plácido de Castro;

1.1.35. **Os** materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC, Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano/AC, a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 BEC;

1.1.36. O pessoal a ser transportado trata-se de militares e servidores civis do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, ou ainda, algum outro militar ou civil com missão específica que tenha relação com o Exército Brasileiro; e

1.1.37 São de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas com funcionários e seus equipamentos para transporte de cargas, encomendas e pessoal.

2. A empresa Contratada deverá seguir as normas ambientais vigentes para a plena execução do serviço durante todas as suas fases. A(s) empresa(s) contratada(s) de transporte aquaviário (fluvial) de pessoal e de carga deverá(ão) cumprir todos as Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

3. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas:

3.1. Os serviços contratados obedecerão rigorosamente às Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviáriosl (ANTAQ).

4. Os deveres e disciplinas exigidos:

4.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

4.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

4.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso e xigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

4.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

4.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução do serviço;

4.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

4.10. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

4.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

4.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

4.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

4.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

3.4.1. O quantitativo dos serviços a serem contratados foram estimados pela Seção Técnica em conjunto com a 4ª Seção (Seção Logística) do Batalhão, para a realização da obras de recuperação da pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC, visando atender a logística de transporte, até a pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC, local onde será executado a obra, de um efetivo estimado de 80 (oitenta) a 150 (cento e cinquenta) servidores militares, assim como uma quantidade, em quilogramas, de insumos, equipamentos e viaturas, que lá serão empregados, conforme tabelas abaixo:

Serviço de manutenção e recuperação da pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC.

A descrição do objeto assegura que as especificações correspondem aquelas essenciais à Administração, baseadas na experiência da contratação feita pelo 7º BEC.

PESSOAL			
Pessoal	**Quantidade**	**Peso (kg)**	**PesoTotal (kg)**
Militares 7º BEC	150	[redacted]	
Total Pessoal (Kg)			
INSUMOS			
Insumo	**Unidade**		
CIMENTO PORTLAND CP II - 32 A GRANEL	KG		
BRITA 1	M³		
CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG		
BRITA 2	M³		
DIESEL	L		
AREIA MÉDIA	M³		
ADITIVO DE CURA PARA CONCRETO	KG		
TINTA REFLETIVA ACRÍLICA	L		
ADITIVO PLASTIFICANTE E RETARDADOR TIPO PLASTIMENT OU SIMILAR	KG		
SELANTE ELÁSTICO À BASE DE POLIURETANO E ASFALTO, TIPO VEDAFLEX 45 OU SIMILAR	KG		

ADESIVO FIXADOR PARA HIDROSSEMEADURA - GOMA XANTANA	KG	[redacted]
MATERIAL FORMADOR DA CAMADA PROTETORA DE HIDROSSEMEADURA	KG	
SEMENTES PARA HIDROSSEMEADURA	KG	
DISCO DIAMANTADO - D = 350 MM	UN	
AÇO CA 60	KG	
TUBO DE CONCRETO ARMADO CA 3 - D = 1,00 M	M	
BRITA 0	M³	
ARAME FARPADO GALVANIZADO 16 BWG	M	
GASOLINA	L	
MICROESFERAS DE VIDRO REFLETIVA TIPO II-A	KG	
TÁBUA DE PINHO DE TERCEIRA - E = 2,5 CM	M³	
AREIA MÉDIA LAVADA	M³	
ADITIVO INCORPORADOR DE AR TIPO CEMIX-AIR OU SIMILAR	KG	
MICROESFERAS DE VIDRO REFLETIVA TIPO I-B	KG	

ADUBO POTÁSSIO	KG	[redacted]	
TINTA PARA PRÉ-MARCAÇÃO	L		
ADUBO ORGÂNICO	KG		
CORDÃO DE POLIETILENO EXPANDIDO	M		
ADUBO NPK	KG		
PÓ CALCÁRIO	KG		
ARGAMASSA ASFÁLTICA	KG		
SOLVENTE PARA TINTA À BASE DE RESINA ACRÍLICA	L		
TÁBUA DE 2,5 X 10 CM	M³		
PEDRA DE MÃO	M³		
ENXOFRE	KG		
ADUBO FÓSFORO (30%)	KG		
ARAME LISO GALVANIZADO 14 BWG	KG		
PREGO DE FERRO	KG		
ARAME RECOZIDO 18 BWG	KG		
DESMOLDANTE PARA FORMAS	L		
ASFALTO DILUÍDO CM 30	T		

LONA PLÁSTICA DE 200 MICRAS DE ESPESSURA	M²	
AÇO CA 50	KG	
AÇO CA 25	KG	
Outros insumos	A ser definido.	
Total Insumos (kg)		
EQP/VTR/FERRAM		
Equipamento	**Quantidade**	
CENTRAL DE CONCRETO COM CAPACIDADE DE 30 M³/H - DOSADORA E MISTURADORA	1	
CARREGADEIRA DE PNEUS COM CAPACIDADE DE 3,3 M³ - 213 KW	3	
RETROESCAVADEIRA DE PNEUS - 58 KW	2	
ROLO COMPACTADOR DE PNEUS AUTOPROPELIDO DE 27 T - 85 KW	1	
ROLO COMPACTADOR LISO AUTOPROPELIDO VIBRATÓRIO DE 11 T - 97 KW	1	

ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO DE 11,6 T - 82 KW	4	[redacted]
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA COM CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 1,5 M³ - 110 KW	2	
MOTONIVELADORA - 93 KW	2	
TRATOR DE ESTEIRAS COM LÂMINA - 259 KW	1	
TANQUE DE ESTOCAGEM DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 30.000 L	1	
TRATOR AGRÍCOLA - 77 KW	4	
EMPILHADEIRA	3	
GRADE DE 24 DISCOS REBOCÁVEL DE 24"	4	
VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL	1	
PERFURADOR DE SOLO PARA TRATOR	1	
DEMARCADOR DE FAIXAS COM SISTEMA DE PINTURA A FRIO - 28 KW/115 KW	1	
COMPACTADOR MANUAL COM SOQUETE VIBRATÓRIO - 4,1 KW	2	

COMPRESSOR DE AR PORTÁTIL DE 197 PCM - 55 KW	1	[redacted]
RÉGUA VIBRATÓRIA	3	
BETONEIRA COM MOTOR A GASOLINA COM CAPACIDADE DE 600 L - 10 KW	2	
BOMBA COSTAL	2	
MÁQUINA DE CORTE	2	
GRUPO GERADOR - 100/110 KVA	3	
GRUPO GERADOR - 13/14 KVA	2	
EQUIPAMENTO FORMA-TRILHO - 13,4 KW	1	
SERRA CIRCULAR COM BANCADA - D = 30 CM - 4 KW	2	
TRANSPORTADOR MANUAL GERICA COM CAPACIDADE DE 180 L	10	
TRANSPORTADOR MANUAL CARRINHO DE MÃO COM CAPACIDADE DE 80 L	40	
TALHA MANUAL COM CAPACIDADE DE 3 T	2	
FORMAS METÁLICAS (TRILHO)	1	
VIBRADOR DE IMERSÃO	3	

CAMINHÃO TANQUE DISTRIBUIDOR DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 6.000 L - 7 KW/136 KW	1	[redacted]	
CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 14 M³ - 188 KW	6		
CAMINHÃO BETONEIRA	3		
CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE DE 8.000 L - 136 KW	2		
CAMINHÃO CARROCERIA COM CAPACIDADE DE 15 T - 188 KW	3		
CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO COM CAPACIDADE DE 20 T.M - 136 KW	1		
CAMINHÃO LUBRIFICANTE	1		
CAMINHÃO OFICINA	1		
CAMINHÃO PARA HIDROSSEMEADURA COM CAPACIDADE DE 7.000 L - 25 KW/136 KW	1		
CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE DE 10.000 L - 188 KW	1		
AUTOBETONEIRA	1		
Carro tipo pick-up	3		
Ambulancia	1		

Van	1	[redacted]			
Carro tipo pick-up	3				
Total Eqp + Ferramentas (kg)					
Total RBR/SRP (kg)					
Total SRP/RBR (kg)					

8. Estimativa do Valor da Contratação

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável OU Valor de Referência	Valor Global Máximo
1	1	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento,	Kg	[redacted]		

		material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC.					
	2	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com	Kg	[redacted]		[redacted]	

		deslocamento saindo Santa Rosa do Purus - AC para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.				
2	03	Serviço de transporte em aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; e homologação na categoria TPX e para Transporte de cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Horas de Vôo	[redacted]	[redacted]	[redacted]
	04	Pernoite da aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km /h, com autonomia de 06 H	Pernoite	[redacted]	[redacted]	[redacted]

		de vôo. Com base de apoio em Rio Branco – AC.				
3	05	Serviço de transporte em aeronave Bimotor: Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Horas de Vôo	[redacted]	[redacted]	[redacted]
		PERNOITE da **Aeronave Bimotor:** Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km /h Para operação sob regras de voo visuais;	Pernoite		4.704,00	

	06	Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC		[redacted]		[redacted]
4	07	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor Turboélice: Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com [redacted] categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Horas de Vôo	[redacted]	[redacted]	[redacted]

		PERNOITE da **Aeronave Bimotor Turboélice:** Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km /h Para operação sob [redacted] Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Pernoite	[redacted]	[redacted]	[redacted]
5	09	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo	Horas de Vôo	[redacted]	[redacted]	[redacted]

		com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC				
	10	PERNOITE da Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Pernoite	[redacted]	[redacted]	[redacted]
6		Serviço de transporte em Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h				

	11	Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Horas de Vôo	[redacted]	[redacted]	[redacted]
	12	PERNOITE da Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Pernoite	[redacted]	[redacted]	[redacted]

FL 261

Não se aplica	13	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal, com deslocamentos saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus e de Santa Rosa do Purus para Manoel Urbano-AC.	Pessoa	[redacted]	[redacted]	[redacted]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. Neste caso concreto, opta-se por aplicar ambas as possibilidades o parcelamento para os itens nº 01 ao 12 (divididos em grupos) e a individualização do objeto para o item nº 07 e 08 (disputado individualmente) na presente demanda para a contratação dos serviços objeto da futura licitação. Portanto, não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

2. Neste contexto, definimos após minuciosa avaliação que o objeto é divisível, levando em consideração a viabilidade técnica e econômica; não concorrerá para a limitação de mercado dos fornecedores do ramo objeto da licitação tampouco ensejará a perda da economia de escala; ou ainda; a falta de ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No caso concreto, O 7º BEC realizou o Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017 – 7º BEC, em 27 de março de 2017, cujo objeto assemelha-se ao caso em tela, o que torna viável tomá-lo como referência.

10.2. Assim sendo, utilizando-se desta informação, no mínimo, facilita sugerir na presente data, quaisquer inconsistências ocorridas nas fases do Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato, com a finalidade de prevenir a ocorrência dessas nos ulteriores Termos de Referência e Projetos Básicos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Face ao conglomerado exposto, após minuciosa análise esta Equipe de Planejamento da Contratação é de ***parecer favorável*** a contratação dos serviços objeto deste instrumento, fato este, que justifica-se nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.

11.1.2. A contratação dos serviços em tela, visa atender às necessidades do 7º BEC, particularmente, no que tange ao transporte de insumos, viaturas, equipamentos, materiais diversos e pessoal para as diversas atividades de engenharia de construção que serão desenvolvidas na manutenção da Pista de pouso do aeroporto e Santa Rosa do Purus/AC.

11.1.3. Ademais, a aludida contratação permitirá alcançar resultados mais satisfatórios ao qual essa Organização Militar se propôs, de modo que, o 7º BEC cumprirá às missões delegadas conforme o cronograma de execução projetado. Ressalto ainda, outro importante aspecto é que a conclusão das referidas obras proporcionará um mínimo melhoria de acesso ao município de Santa Rosa do Purus /AC por meio da pista de pouso do aeroporto.

11.1.4. Prosseguindo a abordagem, em sentido contrário a ausência de contratação, no mínimo, acarretará prejuízo ao *interesse público*, particularmente, aos moradores isolados daquele(s) município(s) que não poderão contar com uma logística favorável aos fatores impostos pela localização geográfica; aos que se encontrão prestando serviço no município de Santa Rosa do Purus/AC e por último a esta Organização Militar a qual ficará descrente frente a população como um todo quanto a sua capacidade operacional de emprego.

11.1.5. Por último, porém, não menos importante, consubstanciado no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, estritamente citando o Princípio Básico da Publicidade segue a relação de alguns servidores que poderão participar da fiscalização do contrato, podendo, inclusive, serem convidados a participar do Planejamento da Contratação. São eles:

11.1.5.1. **MAYK** NELSOLYNE COSTA DOS SANTOS - Maj (Chefe da 4ª Seção do 7º BEC);

11.1.5.2. ANDERSON LUIZ **RIBEIRO MORAES** - 1º Ten (ENG SEC TEC do 7º BEC); e

11.1.5.3. **FERNANDO** JERÔNIMO DO NASCIMENTO - 2º Ten (Chefe Seção de Controle da CEEM do 7º BEC).

12. Resultados Pretendidos

12.1 Os serviços uma vez contratados trarão os seguintes benefícios diretos e indiretos ao 7º BEC e a sociedade acreana:

263

12.1.1. trará uma logística mais eficaz para a execução da obra obras de recuperação da pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC;

12.1.2. a diminuição e otimização do tempo de execução das obras citadas acima, tendo em vista serem obras emergenciais e localizadas em região de difícil acesso e de fronteira do país;

12.1.3. opção de utilização de dois modais de transporte (rodoviário e fluvial) para melhor logística dos insumos que serão utilizados na obra e deslocamento da força de trabalho;

12.1.4. Aumentar a capacidade laborativa dos agentes empregados na obra;

12.1.5. Melhorar as condições da pista de pouso de Santa Rosa do Purus-AC para melhor atender a população;

12.1.6. transporte seguro, eficiente e especializado dos materiais, das viaturas e dos equipamentos a serem entregues no canteiro de trabalho das referidas obras; e etc.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A Administração, com vistas a alcançar maior êxito na contratação do aludido serviço objeto deste instrumento, elaborou um cronograma sucinto cujas atividades são insitas à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

setores:

Cronograma das Atividades Necessárias à Adequação do Ambiente da Organização	
Ação	**Responsável(is)**
Elaboração do Termo de Referência	Setor Requisitante (4ª Seção)
Abertura do processo licitatório com vistas à contratação dos serviços de transporte fluvial de pessoal e carga	Ordenador de Despesas / SALC
Celebração de Contrato ou outro instrumento congênere	Ordenador de Despesas / SALC
Designação do Fiscal de Contrato	Ordenador de Despesas / Fisc Adm
Liberar o espaço físico para a execução dos serviços	Cmt da 1ª Cia E Cnst / Ch Destacamento

Fiscalização do Contrato	Preposto da Administração (nomeação BI)

13.2. Cabe ressaltar ainda que, esta Administração capacitará servidor para a contratação e indicará preposto para fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

13.3. Juntar o cronograma ao processo e incluir no Mapa de Riscos eventuais riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Em obediência ao Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, serão exigidos os seguintes cretérios e práticas de sustentabilidade ambiental:

14.1.1 Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)

14.1.2 Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

14.1.3 Maior geração de empregos, preferencialmente, com mão de obra local;

14.1.4 Uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;

14.1.5 Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

14.1.6 Tomando ciência dos possíveis danos ambientais como vazamentos de óleos em leitos de rios, poluição sonora e com danos a fauna e a flora. As contratadas devem se atentar as todas as exigências descritas no Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

FL 265

ADENDO "B" AO TERMO DE REFERÊNCIA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

(x) Gestão do Contrato

RISCO 01 – Indisponibilidade Orçamentária			
Probalidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Id	**Dano**		
1.	Impossibilidade de contratação dos serviços, os quais acarretariam prejuízos: ao interesse público (sociedade), a Administração (7º BEC) e aos órgãos convenentes.		
Id	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1.	A Administração deverá no Planejamento Estratégico contemplar a(s) possível(is) rubrica(s) orçamentária(s) que poderão ser descentralizadas em prol da contratação.		Equipe de Planejamento da Contratação
Id	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1.	Intermediar junto ao 2º Grupamento de Engenharia para gestão junto ao Órgão Responsável, a fim de atender o mais breve possível com recursos a referida demanda.		Equipe de Planejamento da Contratação e a 4ª Seção

RISCO 02 – Especificação Insuficiente para a Contratação dos Serviços			
Probalidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	(x) Médio	( ) Alto
Id	**Dano**		
1.	Os serviços poderão ser prestados de forma a não abranger às necessidades institucionais.		
Id	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1.	Revisão da especificação do serviço objeto do Termo de Referência, bem como do Edital e seus anexos.		Setor Requisitante (4ª Seção), Equipe de Planejamento da Contratação e SALC
Id	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1.	Analisar o grau de insuficiência do Termo de Referência, e, sucessivamente, decidir quanto a vantajosidade de uma possível rescisão contratual e de repetição do certame licitatório sanado os óbices.		Setor Requisitante (4ª Seção), Equipe de Planejamento da Contratação e SALC

RISCO 03 – Atraso na Conclusão da Licitação			
Probalidade:	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto

Id	Dano
1.	Não atendimento à demanda no prazo necessário acarretando prejuízos ao cronograma de execução da obra.

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	O Setor Requisitante deverá atentar para responder os pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; bem como as eventuais alterações que afetarem a substância (formulação) das propostas de preços deverão ser realizadas mediante a reabertura do prazo inicial correspondente. Ainda, outro fator que poderá enquadrar-se ao episódio será a desclassificação da proposta de preços ou inabilitação do(s) licitante(s) interessado(s).	Setor Requisitante (4ª Seção) e SALC

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Adiamento da abertura da licitação pela SALC, a fim de evitar possíveis infringências ao Princípio Constitucional da Isonomia e aos Princípios Básicos citados no Art. 3º, da Lei nº 8.666/93; bem como evitar a eventual possibilidade de impetração de Mandado de Segurança (MS), devido a alguma desatenção em responder ao(s) questionamento(s) no prazo estipulado conforme a legislação vigente. Quanto a desclassificação da proposta de preços ou inabilitação do(s) licitante(s) no certame poderá ser evitado, caso não seja excessiva a decisão tomada pelo Pregoeiro(a) conforme o caso, ou ainda, a documentação de habilitação não seja demasiadamente excessiva para declará-lo vencedor do certame, portanto, tais condições poderão ser revisados no edital antes da fase externa (divulgação no D.O.U.).	Pregoeiro(a) designado(a), SALC e Setor Requisitante (4ª Seção)

RISCO 04 – Recursos Administrativos Procedentes			
Probalidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto

Id	Dano
1.	Atraso na contratação do objeto da licitação, devido a aceitação ao recurso impetrado por algum licitante participante, por ocasião de habilitação indevida daquele declarado vencedor do certame, ou ainda, da aceitação da proposta em desacordo com as condições editalícias. Fato este, que poderá culminar com a licitação "fracassada" ou na hipótese de desclassificação e/ou inabiilitação perdurar um prazo mais extenso para adjudicação/homologação ocasionado pela convocação de licitante(s) subsequente(s) quando houver.

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Analisar com cautela o(s) pedido(s) de intenção de recurso, a(s) proposta(s) de preços e documentação de habilitação exigidas no Edital, a fim de reduzir os riscos.	Pregoeiro(a) designado(a), Ordenador de Despesas e Setor Requisitante (4ª Seção) (quando for o caso).

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	O Pregoeiro(a) envidará esforços de sua competência para lograr êxito na contratação senão repassará ao Ordenador de Despesas possíveis estratégias paralelas.	Pregoeiro(a) designado(a), Ordenador de Despesas e Setor Requisitante (4ª Seção) (quando for o caso).

ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
266

RISCO 05 – Fiscalização de Contrato Ineficiente			
Probalidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto

Id	Dano
1.	Fiscalização de contrato ineficiente, devido a designação por parte da Administração de servidor militar ou civil diferente daqueles citados no subitem 3.12.5, cujo conhecimento acerca do objeto da licitação seja mínimo e tal inexperiência comprometa o apontamento de correções no Livro Registro do Contrato, que, porventura, venham divergir do que foi firmado no Termo de Contrato.

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Designar servidor militar ou civil devidamente qualificado para a função de Fiscal de Contrato.	Ordenador de Despesas e Fiscal de Contrato designado

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	O Fiscal de Contrato no uso de suas atribuições deverá anotar em registro próprio quaisquer divergências quanto à execução do Termo de Contrato, e, sucessivamente, notificar a Contratada para eventuais correções. Em ato contínuo o Ordenador de Despesas deverá ser comunicado.	Fiscal de Contrato designado

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA				
	ALTA			**RISCO 03**
	MÉDIA		**RISCO 02** **RISCO 04**	
	BAIXA	**RISCO 01** **RISCO 05**	**RISCO 02**	**RISCO 01** **RISCO 03** **RISCO 04** **RISCO 05**
		BAIXA	**MÉDIA**	**ALTA**
	GRAVIDADE /IMPACTO			

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 262

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(M I N U T A)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº xxx/2020 – 7º BEC

O **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC**, Organização Militar do Exército Brasileiro com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, na cidade de Rio Branco/AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **07.552.636/0001-95**, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel **MILTON AUGUSTO MACIEL DE SOUSA**, nomeado pela Portaria nº 858-Cmt Ex, de 12 de junho de 2019, publicada no D.O.U nº 115, de 17 de junho de 2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 023/2020, publicada no D.O.U nº xxx, de xx de xxxxxx de 2020, processo administrativo nº 64045.013469/2020-27, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, Anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* nº 033/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*					
Grupo	Item (ns)	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário
1	1				
	2				
2	3				
	4				
3	5				
	6				

Fl. 262

4	7				
	8				
5	9				
	10				
6	11				
	12				
-	13				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. *O órgão gerenciador será o 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC – UASG: 160001).*

3.2. ***Não há a adesão de órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. *A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.*

4.2. *Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.*

4.3. *As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.*

4.4. *As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.*

4.4.1. *Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).*

4.5. *Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.*

FL 270

4.6. *Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.*

4.6.1. *Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.*

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 271

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

8.4. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Rio Branco, AC, xx de xxxxxxx de 2020.

MILTON AUGUSTO MACIEL DE SOUSA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

(Nome Completo do Representante Legal)
(Cargo ou Função)
Identidade nº xxxxxx
CPF nº xxx.xxx.xxx-xx

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 222

ANEXO III

TERMO DE CONTRATO

(M I N U T A)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO (7º BEC) E A EMPRESA .....

A União, por intermédio do **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC** , com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, na cidade de Rio Branco/AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **07.552.636/0001-95**, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel **MILTON AUGUSTO MACIEL DE SOUSA**, nomeado pela Portaria nº 858-Cmt Ex, de 12 de junho de 2019, publicada no D.O.U nº 115, de 17 de junho de 2019, inscrito(a) no CPF sob o nº 201.719.818-80, portador(a) da Carteira de Identidade nº 011.157.704-5 EB, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 64045.013469/2020-27 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de transporte fluvial e aéreo, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

FL 273

GRUPO	ITEM (SERVIÇO)	ESPECIFICAÇÃO	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	VALORES (R$)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 274

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela Contratada, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela Contratante são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PREMISSÕES

12.1. É vedado à Contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o

Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Rio Branco/AC - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Rio Branco, AC, xx de xxxxxxx de 2020.

MILTON AUGUSTO MACIEL DE SOUSA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7º BEC
Representante legal da CONTRATANTE

(Nome Completo do Representante)
(Cargo ou Função)
Representante legal da CONTRATADA

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 276

TESTEMUNHAS:

(Nome Completo da Testemunha)
Identidade nº
CPF/MF nº
Testemunha

(Nome Completo da Testemunha)
Identidade nº
CPF/MF nº
Testemunha

COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DA CONSTRUÇÃO
Fl 277

ANEXO IV

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(MODELO)

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

I	Composição da Remuneração	Valor (R$)
A	Salário-base	
B	Outros (especificar)	
Total da Remuneração (R$)		

MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

II	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R$)
A	Transporte	
B	Auxílio-alimentação (vales, cesta básica, etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio-creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
Total de benefícios mensais e diários (R$)		

MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS

III	Uniformes, materiais, equipamentos e outros	Valor (R$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total dos Insumos Diversos (R$)		

MÓDULO 4 – ENCARGOS SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS

IV	Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R$)
A	13º Salário + Adicional de Férias	
B	Encargos Previdenciários e FGTS	
C	Outros (especificar)	
Total dos Encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas (R$)		

MÓDULO 5 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (CITL)

V	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(%)	Valor (R$)
A	Custos Indiretos		
B	Tributos		
	B1. Tributos Federais (especificar)		
	B2. Tributos Estaduais (especificar)		
	B3. Tributos Municipais (especificar)		
	B4. Outros Tributos (especificar)		
C	Lucro		
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro (R$)			

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (A + B +C+ D)		
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado (R$)		

(*) Maiores detalhes quanto às informações das planilhas consultar o Caderno de Logística – Prestação de Serviço de Transporte – Ano 2014. (Capítulo IV – Composição da Planilha de Custos e Formação de Preços – pág. 53)

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 279

ANEXO V

MINUTA DA CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO)

Local e data
Referência: Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020 – SALC – 7º BEC

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao 7º Batalhão de Engenharia de Construção – 7º BEC, executar o(s) serviço(s) abaixo especificados, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Preços: Modelo de Preenchimento:

Grupo	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
1	1	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamentos saindo de Cruzeiro do Sul – AC para o Destacamento Especial de Fronteiras em Marechal Thaumaturgo – AC.				
	2	.....				

- Valor Total da Proposta de Preços: R$ 0,00 (xxxx reais).

1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços objeto desta licitação, inclusive o frete;

2. O prazo de execução dos serviços é de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do Termo de Contrato (subitem 5.15 do Termo de Referência).

3. A execução dos serviços ocorrerão segundo o(s) local(is) estipulado(s) no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

4. Os serviços serão prestados em acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e respectivas normas técnicas vigentes.

6. Prazo de validade da proposta: **90 (noventa) dias**, no mínimo;

7. Caso nos seja homologado o objeto da presente licitação nos comprometemos a receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital, e indico o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____,_____(função na empresa), como responsável legal desta empresa;

8. Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

_____

Nome e Cargo do Representante da Empresa
CPF ou RG
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 280

ANEXO VI

ATESTADO DE VISTORIA (MODELO ELABORADO PELA ADMINISTRAÇÃO)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ATESTADO DE VISTÓRIA

Atesto, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020 – 7º BEC, particularmente, o que concerne o item 6 do Termo de Referência – Anexo I do Edital em tela, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxxx-xx, por intermédio de seu proprietário(a) e/ou representante o(a) Sr.(a) _____ (nome completo), portador da identidade nº xxxxxx (número e órgão expedidor), compareceu ao 7º BEC, a fim de verificar *in loco* às condições para execução dos serviços de transporte fluvial e aéreo objeto da licitação, bem como obter quaisquer informações pormenorizadas acerca do local de apanha e entrega dos bens e pessoal, conforme o caso. Tudo, em estrita conformidade aos serviços previstos no Edital e seus anexos, que, porventura subsidiem os custos diretos e indiretos na formulação da proposta de preços para o referido certame.

Rio Branco, ____ de _____ de 2020.

_____
MAYK NELSOLYNE COSTA DOS SANTOS – Maj
Chefe da 4ª Seção do 7º BEC

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 281

ANEXO VI

ATESTADO DE VISTORIA (MODELO ELABORADO PELO LICITANTE)

ATESTADO DE VISTORIA

Atesto, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020 – 7º BEC, particularmente, o que concerne o item 6 do Termo de Referência – Anexo I do Edital em tela, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxxx-xx, por intermédio de seu proprietário(a) e/ou representante o(a) Sr.(a) _____ (nome completo), portador da identidade nº xxxxxx (número e órgão expedidor), que conhece as condições locais para a execução do objeto ou que realizou vistoria no(s) local(is) do evento, conforme item 3.3. do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

Ou caso opte não realizá-lo:

Atesto, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020 – 7º BEC, particularmente, o que concerne o item 6 do Termo de Referência – Anexo I do Edital em tela, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxxx-xx, por intermédio de seu proprietário(a) e/ou representante o(a) Sr.(a) _____ (nome completo), portador da identidade nº xxxxxx (número e órgão expedidor), que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço objeto da licitação, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras do 7º BEC, na forma do Anexo VI do Edital.

Rio Branco, ____ de _____ de 2020.

_____

Nome e Cargo do(a) Representante da Empresa
nº do CPF/MF
nº da Identidade e Órgão Expedidor
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 282

ANEXO VII

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

1. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Edital - Anexo VII, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços. Assim sendo, motivado pelo poder-dever das funções de Fiscal de Contrato conforme designação publicada no Boletim Interno nº xxx, de ___/____/20___, procedo a referida fiscalização segundo os tópicos a seguir:

Nr de Ordem	Especificação	Fiscalização	Grau Atribuído
1	Seguro contra acidentes (material e pessoal).	Vigente ou Vencido	Satisfatório (S) ou Insatisfatório (I)
2	Estado físico da embarcação e/ou aeronave.	Favorável ou Desfavorável	Satisfatório (S) ou Insatisfatório (I)
3	Equipamentos de Proteção Individual (EPI).	Favorável ou Desfavorável	Satisfatório (S) ou Insatisfatório (I)
4	Itens de Segurança Obrigatório da embarcação e/ou aeronave.	Favorável ou Desfavorável	Satisfatório (S) ou Insatisfatório (I)
5	Empregado(s) uniformizado(s), utilizando crachá(s) e apresentando devidamente condições de apresentação e asseio.	Favorável ou Desfavorável	Satisfatório (S) ou Insatisfatório (I)
6	Licenças, Guias de Transporte, Autorizações junto aos órgãos competentes, conforme o caso do serviço de transporte executado.	Favorável ou Desfavorável	Satisfatório (S) ou Insatisfatório (I)
7	Pontualidade na prestação dos serviços.	Favorável ou Desfavorável	Satisfatório (S) ou Insatisfatório (I)

(Local e data) xxxxxxxxxxxxx, AC, xx de xxxxxxx de 20___.

Nome Completo – Posto ou Graduação
Fiscal de Contrato

Fl. 283

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
Avenida Nações Unidas, nº 2.100, 7º BEC – Rio Branco (AC) – CEP 69.918-093
Fone: (68) 3214-6379

Rio Branco, AC, 07 de agosto de 2020.

Ofício nº 74 – SALC/7º BEC
NUP: 64045.013726/2020-21

A Sua Senhoria
MARCO AURELLY MOTA DE OLIVEIRA KOSLINSKI
Coordenador-Geral da Consultoria Jurídica da União no Acre
Rua Rui Barbosa, nº 142, Centro
CEP: 69.900-120, Rio Branco / AC

Assunto: **Emissão de Parecer Jurídico referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020.**

Senhor Coordenador-Geral,

1. Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, remeto-vos o processo abaixo descrito para exame e aprovação jurídica dessa Consultoria Jurídica no Estado do Acre, de acordo com o art. 38 da Lei nº 8.666/93.

2. Formulário para tramitação processual.

Nome: PAULO ANDRÉ MOREIRA SANTOS	
E-mail: [redacted]	**Telefone:** [redacted]
NUP: [redacted]	
Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	
Valor: R$ 48.790.620,00 (Quarenta e oito milhões, setecentos e noventa mil e seiscentos e vinte reais).	**Modalidade:** Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020.
Complementação:	

Prazo:	

FL 284

Atenciosamente,

PAULO ANDRÉ MOREIRA SANTOS – Major
Ordenador de Despesas Substituto do 7º BEC

"INTENDÊNCIA: SOLDADO DO ACANTO, UM SÉCULO DE EXCELÊNCIA NA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE"

SIAFI2020-ADMINISTRA-COMUNICA-CONMSG (CONSULTA MENSAGEM)

Data: 10/08/20 Hora: 15:34:19 Usuario: ALBUQUERQUE



Mensagem: 20200496374 Emissora 160001 7°BATALHãO DE ENGENHARIA DE CONSTRUçãO
em 10/08/20 as 15:33 por CLÁUDIO ALBUQUERQUE DA SILVA

Assunto: ABERTURA DE IRP N° 00031/2020 - 7° BEC

Periodos: 10/08/20 11/08/20 12/08/20 13/08/20 14/08/20

Destinatario(s): UNIDADE(S) GESTORA(S)
160544

PF1=AJUDA PF3=SAI PF8=PROXIMA MENSAGEM PF12=RETORNA ENTER=VER TEXTO

__ SIAF 2020-ADMINISTRA-COMUNICA-CONMSG (CONSULTA MENSAGEM)_____

)ata: 10/08/20 Hora: 15:34:46 Usuario: ALBUQUERQUE

1ensagem: 2020/0496374 Emissora 160001 7°BATALHãO DE ENGENHARIA DE CONSTRUçãO

de 10/08/20 as 15:33 por CLÁUDIO ALBUQUERQUE DA SILVA Pag. 01/01

\ssunto: ABERTURA DE IRP N° 00031/2020 - 7° BEC

Texto : DO OD DO 7° BEC

AO SR CH 12ª ICFEX

1. CONSUBSTANCIADO NO § 5°, ART. 15, DA PORTARIA N° 01-SEF, DE 27 DE JANEIRO DE 2014, INFORMO-VOS ACERCA DA ABERTURA DA IRP N° 31/2020 - 7° BEC, CUJO OBJETO é A CONTRATAçãO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAçãO DE SERVIçO DE TRANSPORTE FLUVIAL E AéREO.

2. POR CONSEGUINTE, A IRP FOI LANçADA NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVER NO FEDERAL EM 07 AGO 20, PORéM, NãO FOI DIVULGADA PARA ADESãO CONFORME MOTIVAçãO CONSTANTE NO PARECER DO OD (PáGS. 162 E 163) DOS AUTOS.

RIO BRANCO, AC, 10 DE AGOSTO DE 2020.

MILTON AUGUSTO MACIEL DE SOUSA - TEN CEL
ORDENADOR DE DESPESAS DO 7° BEC

)F3=SAI PF5=IMPRIME P12=RETORNA

ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
Fl 286

- EN SL. MARIA P.
A 287

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE
NÚCLEO JURÍDICO
RUA RUI BARBOSA, 142, CENTRO, RIO BRANCO-AC CEP: 69120-084 TEL:(68)3212-8300

PARECER n. 00197/2020/FAS/CJU-AC/CGU/AGU

NUP: 64045.013469/2020-27
INTERESSADOS: COMANDO DO EXÉRCITO - 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO - 7º BEC
ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO SRP PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E AÉREO
VALOR: R$ 48.790.620,00

EMENTA: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS CUJO VALOR SEJA SUPERIOR A R$ 500.000,00. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Legislação Aplicável: Instrução Normativa nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão – SEGES do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, Lei nº 10.520, de 2002, Decreto nº 3.555, 2000, Decreto nº 10.024, de 2019, Decreto nº 7.892, de 2013, e Lei nº 8.666, de 1993. Contratação de serviços de transporte fluvial e aéreo. Regularidade Formal do Processo. Limites impostos pelo Decreto nº 10.193, de 2019. Considerações acerca do parcelamento do objeto. Adequação da Modalidade Licitatória Adotada. Possível Restrição da Participação Exclusiva do Certame às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147 de 2014 e Decreto nº 8.538, de 2015. Observação dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental. Instrução do Processo. Análise das Minutas. Ressalvas e/ou Recomendações.

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de processo oriundo do 7º Batalhão de Engenharia de Construção - 7º BEC, que tem por objeto o pregão eletrônico para registro de preços para a eventual contratação de serviços de transporte fluvial e aéreo.

2. Os presentes autos, enviados em meio eletrônico, via sistema SAPIENS, possuindo 288 folhas, foram distribuídos ao advogado signatário para análise e emissão de parecer, nos termos do artigo 11, VI, "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993, do artigo 8º - F da Lei n.º 9.028, de 1995 e do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. Os autos foram encaminhados através do Ofício nº 74 - SALC/7º BEC, de 07 de agosto de 2020 (fls. 287/288).

4. É o que importa relatar.

2. FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas dos editais e seus anexos.

6. Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos **jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos (Conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, "A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento").

8. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

9. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do feito.

10. Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

3. REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

11. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

12. Com efeito, no que tange especificamente à licitação, bem como contratos/convênios e outros ajustes, conforme art. 38 da Lei n. 8.666, de 1993, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são aplicáveis, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, compreendendo, na medida do possível, o máximo, 200 folhas:

> ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 2, DE 1º DE ABRIL DE 2009
> "Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

13. Aplicáveis ainda, a Portaria Interministerial nº 1.677, de 2015 (no caso de órgãos integrantes do SISG) e Portaria Normativa MD nº 1.243, de 2006 (para os órgãos militares), que também dispõem sobre procedimentos gerais referentes à gestão de processos, sendo recomendável também que o consulente verifique se há disciplina própria reguladora no âmbito de seu órgão.

14. É certo que tais normas devem ser adaptadas e aplicadas, naquilo que couber, ao processo eletrônico.

15. O processo eletrônico submetido à análise encontra-se regularmente formalizado, em conformidade com o ordenamento jurídico pertinente.

16. No entanto, registramos um alerta final referente aos termos do art. 22, § 1º e 2º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015:

> § 1º - O uso do meio eletrônico para a realização de processo administrativo deverá estar implementado no prazo de dois anos, contado da data de publicação deste Decreto;
>
> § 2º - Os órgãos e as entidades de que tratam o caput que já utilizam processo administrativo eletrônico deverão adaptar-se ao disposto neste Decreto no prazo de três anos, contado da data de sua publicação.

17. Assim, o Órgão deve envidar esforços para cumprir o comando normativo e passar a adotar o processo administrativo eletrônico.

4. LIMITES DE GOVERNANÇA

18. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 2019 (que revogou o Decreto nº 7.689/2012), estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

19. Assim dispõe o Decreto nº 10.193, de 2019, acerca da celebração de novos contratos:

> Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República. § 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º: I - titulares de cargos de natureza especial; II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e III - dirigentes máximos das entidades vinculadas. § 2º Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º. § 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação

20. A Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012 estabeleceu normas complementares para o cumprimento do mencionado Decreto, prevendo em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

> *I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;*
>
> *II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações, conforme disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;*
>
> *III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;*
>
> *IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e*
>
> *V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.*
>
> *Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades Contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.*

21. A Portaria CMT EB nº 1.603, de 25 de setembro de 2018 que revogou a Portaria CMT EB nº 1.169, de 26 de setembro de 2014, repetiu em seu art. 8º, a redação contida no art. 3º da Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012, exemplificando como atividade de custeio as seguintes atividades:

I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;

II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;

III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

22. A autoridade assistida deve certificar-se sobre a natureza da atividade a ser Contratada – se constitui ou não atividade de custeio -, adotando as providências necessárias, se for o caso, o que poderá ser feito em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação, podendo ser concedida por despacho no próprio processo, por memorando ou ofício, por meio eletrônico com assinatura digital ou outro meio idôneo que registre a autorização expressa da autoridade competente, consoante § 1°, do artigo 4°, da Portaria n° 249, de 2012.

23. Tratando-se de atividade de custeio, aplicam-se as disposições contidas no Decreto n° 10.193, de 2019, complementado pela Portaria MPOG n° 249, de 13 de junho de 2012 e Portaria CMT EB n° 1.603, de 25 de setembro de 2018. Caso contrário, tais regramentos não seriam aplicados.

24. Com isso, convém mencionar os art. 9° e 10 da Portaria CMT EB n° 1.603, de 25 de setembro de 2018, que dispõe sobre a autoridade competente para celebrar os ajustes a depender de seu valor:

Art. 9° É de competência do Comandante do Exército a autorização para celebrar novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, com valores iguais ou superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), relativos às atividades de custeio.

Art. 10. Subdelegar competências para autorizar a elaboração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, vedada subdelegação.

§ 1° Para os contratos com valores inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e iguais ou superiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

I - Chefe do Gabinete do Comandante do Exército, Secretário-Geral do Exército e Chefe do Centro de Inteligência do Exército;

II - Chefe do EME;

III - chefes e comandantes dos órgãos de direção setorial e operacional;

IV - comandantes militares de área;

V - comandantes de divisão de exército;

VI - comandantes de região militar;

VII - comandantes de brigada, artilharia divisionária, grupamento de engenharia, Base de Apoio Logístico do Exército, Comando de Aviação do Exército, Comando de Operações Especiais, Comando de Artilharia do Exército e Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército;

VIII - Diretor-Presidente da Indústria de Material Bélico; e

IX - Presidente da Fundação Osorio.

§ 2° Aos Ordenadores de Despesa das organizações militares para os contratos com valores inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 3° No caso de prorrogação contratual, a autoridade responsável pela autorização será definida de acordo com o valor constante no termo aditivo, observados os valores de alçada de que tratam os parágrafos 1° e 2° deste artigo.

§ 4° No âmbito dos comandos militares de área, a autorização de que trata o § 1° deverá ser encaminhada ao Órgão Enquadrante.

25. Sabendo-se que o valor total da contratação foi estimado em R$ 48.790.620,00 (quarenta e oito milhões, setecentos e noventa mil e seiscentos e vinte reais), e considerando as recomendações supratranscritas, recomenda-se ao órgão consulente zelar para que a autoridade competente firme os presentes ajustes.

26. Ainda, recomendamos à área técnica do Órgão assessorado (considerando-se os últimos pacotes fiscais anunciados pelo poder público) verificar a eventual existência de Decretos ou outro normativos relativos a "limites", "contingenciamento orçamentário" ou a "restrição ao empenho de verbas" (como por exemplo, Decreto nº 9.711, de 2019 e alterações, ou das Leis nº 13.707, de 14/08/2018 – LDO 2019, e 13.808, de 15/01/2019 - Lei Orçamentária Anual e a Portaria nº 17, de 2018, por exemplo), com efeitos aplicáveis ao caso concreto. **Através do item 1.12 da minuta do Termo de Referência (fl. 204) o órgão afirma que a contratação desejada não sofre esse tipo de limitação.**

291

27. Lembramos, também, que a Portaria nº 179 de 22/04/2019 do MPDG determinou a suspensão e vedação de contratações, cumprindo ao órgão verificar eventuais determinações similares supervenientes.

28. **No caso dos autos, o órgão consulente informou no item 1.6 da minuta do Termo de Referência (fl. 201) que o objeto da aludida contratação "constitui atividade de custeio, conforme o Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012 e Inciso I do art. 3º da Portaria nº 249 - MOG/SLTI, de 13 de junho de 2012". Entretanto, o inciso I, art. 3º, da Portaria MPOG nº 249, de 13 de junho de 2012, exemplifica como sendo atividade de custeio o "fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação" enquanto o processo licitatório possui como objeto a contratação de "transporte fluvial e aéreo".**

29. **Em razão da aparente contradição, recomendamos que o órgão corrija sua declaração. Lembramos, ainda, que o Decreto nº 7.689/2012 foi revogado pelo Decreto nº 10.193, de 2019.**

5. AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE LEGAL

30. Nos termos do que dispõe o artigo 36 da IN 05, de 25 de maio de 2017 – MPDG, antes do envio do processo para análise jurídica, deve ser realizada uma avaliação de conformidade legal do procedimento de contratação com base nas disposições previstas no Anexo I da ON SEGES nº 02, de 2016, a qual prevê em seu artigo 1º que "Os pregoeiros e as equipes de apoio deverão adotar nos processos de aquisição de materiais e serviços as listas de verificação constantes dos Anexos I e II, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos realizados nos pregões eletrônicos".

31. A Advocacia-Geral da União também dispõe de *Check-Lists* previamente elaborados para os diversos tipos de contratações, de preenchimento facultativo, encontrando-se dispostas no site http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/244390, servindo de excelente instrumento de apoio para que seja aferida a correção da instrução, sem prejuízo da obrigatória adoção da ON SEGES nº 02, de 2016.

32. No presente caso, o órgão anexou a Lista de Verificação da AGU às fls. 3/8. Portanto, regular neste aspecto.

6. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

33. O Decreto nº 10.024, de 2019, no artigo 6º, estabelece as etapas a serem sucessivamente observadas quando da realização do pregão eletrônico.

34. As orientações a serem observadas no planejamento da contratação estão prescritas no art. 14 do Decreto nº 10.024, de 2019:

> *"Art. 14. No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:*
> *I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;*
> *II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;*
> *III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;*
> *IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e*
> *V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio."*

35. De forma mais detalhada, no âmbito da contratação de serviços, a IN Nº 05, de 2017, traz o passo a passo a ser seguido pelo gestor, com a finalidade de melhor definir, justificar e estabelecer as necessidades da Administração, assegurando uma contratação perfeita.

36. Logo de início, o seu artigo 1º estabelece:

> *Art. 1º As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber:*
> *I -as fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato;*
> *II -os critérios e práticas de sustentabilidade; e*
> *III -o alinhamento com o Planejamento Estratégico do órgão ou entidade, quando houver.*

37. Nesse sentido, o artigo 20 da citada IN Nº 05, de 2017, esclarece que o planejamento de cada contratação deve atender às seguintes etapas:

> - Estudos Preliminares;
> - Gerenciamento de Riscos; e
> - Termo de Referência ou Projeto Básico.

38. É indispensável que o órgão cumpra as referidas etapas, de forma a que o planejamento da contratação seja elaborado nos estritos termos da necessidade da Administração.

39. No rol das definições, o art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019, estipula:

> *"IV - estudo técnico preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;*
> *(...)*
> *(...)*

40. Alerte-se que o artigo 8º do Decreto nº 10.024/2019 permite certo grau de discricionariedade ao gestor quando estabelece em seu inciso I o que se segue:

> *"Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:*
> *I - estudo técnico preliminar, quando necessário;"*

41. Apesar de inexistir determinação legal expressa a esse respeito, a prudência recomenda que eventual dispensa, no caso concreto, do estudo técnico preliminar seja, além de cuidadosamente avaliada, devidamente motivado nos autos.

42. Lembramos ainda que no caso de serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade, poderão ser elaborados estudos preliminares e gerenciamento de riscos comuns, ou seja, um mesmo estudo e mesmo gerenciamento poderão ser aproveitados para as contratações semelhantes (art. 20, § 5º da IN 05/2017).

43. Pode também ser adotado pelo órgão o modelo de contratação estabelecido nos cadernos de logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, situação em que poderá ser simplificada, no que couber, a etapa de estudos preliminares (art. 20, § 4º da IN 05/2017).

44. Em qualquer situação, deve ficar caracterizado o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, nos termos do que dispõe o artigo art. 3º, IV, do Decreto nº 10.024, de 2019.

45. O detalhamento dos procedimentos iniciais para elaboração do planejamento da contratação de serviços, encontram-se disciplinados nos artigos 21 a 23 e no Anexo II da IN Nº 05, de 2017, o qual traz o modelo a ser seguido

pelo setor requisitante (documento de formalização da demanda).

46. Os estudos preliminares estão estabelecidos no artigo 24 e seus parágrafos e o Anexo III traz as diretrizes para elaboração dos estudos preliminares.

47. Já o gerenciamento de riscos tratado nos artigos 25 a 27, será materializado pelo Mapa de Riscos, cujo modelo se encontra no Anexo IV da IN Nº 05, de 2017.

48. Verifica-se, ainda, que nas contratações em que o órgão seja gerenciador (SRP), deve ser produzido um estudo preliminar específico para o órgão ou entidade e outro para a formação da Ata (art. 24, § 5º da IN Nº 05, de 2017). Já nos casos em que o órgão seja participante (SRP) a equipe de planejamento elaborará o estudo preliminar considerando os itens previstos no § 6º do art. 24 da IN Nº 05, de 2017.

49. **A Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, passou a dispor sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.**

50. **Assim prevê a Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020:**

> Art. 1º (...)
>
> Parágrafo único. Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.
>
> (...)
>
> Art. 5º Os ETP deverão evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.
>
> Art. 6º Os ETP serão elaborados conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.
>
> Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:
>
> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
>
> II - descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;
>
> III - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:
>
> a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
>
> b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.
>
> IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;
>
> V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
>
> VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo

classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

X - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

XI - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;

XII - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento; e

XIII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

§ 1° Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§ 2° Os ETP devem obrigatoriamente conter os elementos dispostos nos incisos I, IV, V, VI, VII, IX e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos do caput, apresentar as devidas justificativas no próprio documento que materializa os ETP.

§ 3° Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos dispostos no caput que não forem estabelecidos como padrão.

§ 4° Ao final da elaboração dos ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 8° A elaboração dos ETP:

I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

II - é dispensada nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada.

51. **Assim sendo, na elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP, o órgão consulente deve observar obrigatoriamente, ao menos, os seguintes elementos:**

- descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;
- estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;
- demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;
- posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

52. **Quanto aos demais elementos contidos no art. 7° da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, caso o órgão consulente não os contemple no referido estudo, deverá apresentar a motivação de sua dispensa.**

53. Verifica-se que o órgão elaborou o planejamento da contratação, anexando os Estudos Preliminares, o Mapa de Riscos e o Termo de Referência/Projeto Básico, nos termos do que dispõe a IN 05, de 2017, a IN 40/2020 e o Decreto 10.024/2019, anexando-os às fls. 21/57 e 233/268, 58/60 e 269/271, 67/104 e 197/232, respectivamente.

54. O estudo técnico preliminar elaborado pelo órgão assessorado contempla todos os elementos obrigatórios e optativos elencados no art. 7º, "caput" c/c §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020. Portanto, regular neste aspecto.

55. Frise-se também o disposto na IN SEGES ME nº 1/2019, que revogou a IN SEGES MPDG nº 1/2018, e que trata do **Plano Anual de Contratações** de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações, no âmbito da Administração Direta e Indireta e sobre o "Sistema de Planejamento de Gerenciamento de Contratações" – PGC. **Cabe ao órgão atentar para o cumprimento daquelas disposições.**

56. **Reiteramos, conforme acima ponderado que, nos art. 24, § 5º da IN Nº 05, de 2017, deverá ser produzido um Estudo Preliminar específico para a formação da Ata de Registro de Preços.**

7. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

57. Via de regra, as contratações de compras, serviços e obras da Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, em conformidade com o art. 23, §1º da Lei nº 8.666, de 1993.

58. Neste sentido é também a Instrução Normativa MPDG nº 05/2017, a qual esclarece em seu Anexo VIII, que "*o parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação dos licitantes, que embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas*" (item 3.8, "a").

59. De outro lado, a própria Instrução Normativa MPDG nº 05/2017 é clara ao estabelecer a necessidade de que a autoridade, no planejamento da contratação (estudos preliminares), justifique o parcelamento ou não da solução (artigo 24, VIII).

60. O método utilizado na avaliação da divisibilidade será documentado nos estudos preliminares, e deverá levar em consideração o mercado fornecedor, a viabilidade técnica e econômica do parcelamento, a inexistência de perda de escala e o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade (item 3.8, "b" do Anexo III da IN MPDG nº 05/2017).

61. Portanto, caso haja viabilidade técnica e econômica, qualquer contratação deve ser dividida em contratações menores, de forma a possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração.

62. Sobre o tema, o mestre Marçal bem aborda a questão (in *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 17ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 440):

> "Mas a adoção do fracionamento dependa da presença de requisitos de ordem técnica e econômica.
>
> *4.1.3) O requisito de natureza técnica*
>
> Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável nem, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatório. Se a Administração necessitar adquirir um veículo, não teria sentido licitar a compra por partes (pneus, chassis, motor, etc). Mas seria possível realizar a compra fracionada de uma pluralidade de veículos. Em suma, o impedimento de ordem técnica significa que a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento.
>
> *4.1.4.) O requisito de natureza econômica*
>
> Já o impedimento de ordem econômica se relaciona com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Em uma economia de escala, o aumento de quantitativos produz a redução dos preços. Por isso, não teria cabimento a Administração fracionar as contratações se isso acarretar o aumento de seus custos.

296

Como se extrai, o fundamento jurídico do fracionamento consiste na ampliação das vantagens econômicas para a Administração. Adota-se o fracionamento como instrumento de redução de despesas administrativas. A possibilidade de participação de maior número de interessados não é o objetivo imediato e primordial, mas via instrumental para obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares."

63. Sublinhe-se, ainda, que o Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula nº 247, pacificou o seguinte entendimento:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

64. Outros julgados sobre parcelamento transcrevemos abaixo:

"A falta de parcelamento do objeto da licitado, em tantas partes quantas se comprovem técnica e economicamente viáveis, afronta o disposto no art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993."
(Informativo de Licitações e Contratos 117/2012)

"A falta de parcelamento de objeto que implique diminuição sensível de licitantes aptos a prestar parte dos serviços demandados configura violação ao comando contido no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993."
(Informativo de Licitações e Contratos 96/2012)

65. Escolhendo-se pela reunião dos itens em grupos, convém observar as seguintes orientações do TCU:

"É obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas."
(Informativo TCU nº 183)

"Nos certames licitatórios realizados para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação com adjudicação por grupos ou lotes, a vedação à aplicação da margem de preferência, nos casos em que o preço mais baixo ofertado é de produto manufaturado nacional (art. 5º, § 1º, do Decreto 8.184/2014), deve ser observada, isoladamente, para cada item que compõe o grupo ou lote."
(Informativo de Licitações e Contratos 288/2016)

"O critério de julgamento de menor preço por lote somente deve ser adotado quando for demonstrada inviabilidade de se promover a adjudicação por item e evidenciadas razões que demonstrem ser aquele o critério que conduzirá a contratações economicamente mais vantajosas."
(Informativo de Licitações e Contratos 250/2015)

"A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular, devendo a Administração, nesses casos, justificar de forma fundamentada, no respectivo processo administrativo, a vantagem dessa opção."
(Informativo de Licitações e Contratos 216/2014)

"A licitação por lote, com a adjudicação pelo menor preço global, sem comprovação de eventual óbice de ordem técnica ou econômica que inviabilize o parcelamento do objeto em itens, caracteriza restrição à competitividade do certame, em vista do disposto nos art. 15, inciso IV, e 23, § 1°, da Lei 8.666/93."

(Informativo de Licitações e Contratos 161/2013)

"A opção de se licitar por lote de itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem dos agrupamentos adotados, em atenção aos artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei 8.666/1993."

(Informativo de Licitações e Contratos 157/2013)

"A inclusão de itens produzidos por empresas de ramo de negócio distintos, em um mesmo lote de pregão, compromete, em avaliação inicial, o caráter competitivo do certame."

(Informativo de Licitações e Contratos 137/2013)

"A inserção, em mesmo lote, de itens usualmente produzidos por empresas de ramos distintos restringe o caráter competitivo da licitação."

(Informativo de Licitações e Contratos 148/2013)

66. No caso de registro de preços, o TCU vem, reiteradamente, decidindo ser incompatível licitação por grupos, para futura contratação por itens (especialmente naqueles para os quais o licitante não tenha ofertado o menor preço), mas vale lembrar que os modelos da AGU já estão adaptados com previsão específica para estas situações:

"Em licitações para registro de preços, a adjudicação por preço global é incompatível com a aquisição futura por itens."

(Informativo de Licitações e Contratos 278/2016)

"Em licitações para registro de preços, é obrigatória a adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas. A adjudicação por preço global é medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de ser incompatível com a aquisição futura por itens."

(Informativo de Licitações e Contratos 237/2015)

"Nas licitações por lote para registro de preços, mediante adjudicação por menor preço global do lote, deve-se vedar a possibilidade de aquisição individual de itens registrados para os quais a licitante vencedora não apresentou o menor preço."

(Informativo de Licitações e Contratos 313/2017)

"É indevida a utilização da ata de registro de preços por quaisquer interessados – incluindo o próprio gerenciador, os órgãos participantes e eventuais caronas, caso tenha sido prevista a adesão para órgãos não participantes – para aquisição separada de itens de objeto adjudicado por preço global de lote ou grupo para os quais o fornecedor convocado para assinar a ata não tenha apresentado o menor preço na licitação."

(Informativo de Licitações e Contratos 330/2017)

"Nas licitações para registro de preços, a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens é medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, a ser utilizada apenas nos casos em que a Administração pretende contratar a totalidade dos itens do grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame. Apesar de essa modelagem ser, em regra, incompatível com a aquisição futura de itens isoladamente, admite-se tal hipótese quando o preço unitário ofertado pelo vencedor do grupo for o menor lance válido na disputa relativa ao item."

(Informativo de Licitações e Contratos n° 348)

"Nas licitações para registro de preços, a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens é medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, a ser utilizada apenas nos casos em que a Administração pretende contratar a totalidade dos itens do grupo, respeitadas as

proporções de quantitativos definidos no certame. Apesar de essa modelagem ser, em regra, incompatível com a aquisição futura de itens isoladamente, admite-se tal hipótese quando o preço unitário ofertado pelo vencedor do grupo for o menor lance válido na disputa relativa ao item."
(Informativo de Licitações e Contratos nº 348)

67. Nesta mesma linha de raciocínio, o dever de parcelamento também implica que, caso o serviço abranja o fornecimento de materiais e equipamentos que representem percentual expressivo do custo total, sejam realizadas contratações distintas, salvo justificativa técnica ou econômica que afaste esta exigência.

68. Diante dessas considerações, forçoso concluir que, sendo divisível o objeto, a contratação conjunta somente restará autorizada se a Administração demonstrar que tem por fundamento a inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento, pois, caso contrário, deverá proceder-se à divisão do objeto.

69. No caso dos autos, o órgão assessorado, à fl. 53 (item 9 do Estudo Técnico Preliminar), justificou o parcelamento e agrupamento da contratação. O órgão consulente, em decorrência da viabilidade técnica e econômica, optou por dividir os objetos do processo licitatório em 6 grupos (itens 1 ao 12) e em item individual (item 13), a serem licitados por preço global (na hipótese dos itens 1 oa 12 divididos em grupos) e em preço unitário (no caso do item 13). O item 9 do ETP possui a seguinte redação:

> 9.1. Neste caso concreto, opta-se por aplicar ambas as possibilidades tanto o agrupamento quanto o parcelamento. O agrupamento ocorrerá nos itens nº 01 ao 12 (divididos em grupos) e a individualização do objeto para o item no 13 (disputado individualmente) na presente demanda para a contratação dos serviços objeto da futura licitação. Portanto, não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.
>
> 9.2. Neste contexto , definimos após minuciosa avaliação que o objeto não é divisível em sua totalidade, visto que, os itens 01 ao 12 foram divididos em grupos levando em consideração a viabilidade técnica e econômica; não concorrerá para a limitação de mercado dos fornecedores do ramo objeto da licitação tampouco ensejará a perda da economia de escala; ou ainda, a falta de ampliação da competitividade.

70. À fl. 203/204 encontra-se a seguinte justificativa (item 1.10 da minuta do TR):

> 1.1 O. O 7º BEC definiu a aquisição dividida em 06 (seis) grupos para os itens 01 a 12. tendo em vista que seu fracionamento se torna inviável tendo em vista que os transportes realizados serão contratados em trechos de ida e volta simultaneamente. Tal contratação cresce de relevância ao passo gue o ponto de saída (Rio Branco-AC/ Manuel Urbano-AC) e o ponto de entrega materiais(Santa Rosa do Purus-AC). são distantes e de difícil acesso.

8. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DO CERTAME ÀS ME, EPP

71. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00.

72. Da mesma forma, o art. 6º do Decreto 8.538, de 2015, estabelece que as licitações para contratações públicas de bens, serviços e obras, cujo valor esteja abaixo de R$ 80.000,00, deverão ser destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

73. No que tange a incidência do valor limite da licitação exclusiva por item de contratação, independentemente do valor global do certame, o artigo 48 da LC 123/2006 é claro ao informar que a licitação exclusiva deverá ser realizada nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

74. Lembramos que a junção de vários itens numa única licitação é medida de conveniência administrativa, mas não significa que se trate de uma contratação única. Ao contrário, cada item é passível de competição independente e pode ser vencido por uma empresa diferente, com a celebração de contratações individuais. Portanto, nesse caso, entendemos que a estimativa da contratação, para fins de incidência da licitação exclusiva, deve ser aferida pelo valor

total de cada item.

75. O mesmo raciocínio vale para licitação que englobe grupos (compostos de vários itens diferentes), caso em que o limite será aferido com base no valor global de cada grupo, resultante do somatório dos valores totais de cada item que o compõe.

76. No mesmo sentido a Orientação Normativa AGU nº 47/2014:

> "*Em licitação dividida em itens ou lotes/grupos, deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) em relação aos itens ou lotes/grupos cujo valor seja igual ou inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que não haja a subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 9º do Decreto nº 6.204, de 2007.*"

77. Já com relação aos contratos para prestação de serviços de trato continuado, com a redação atualizada da ON nº 10-AGU, revista em 2017, o valor limite para aplicação da exclusividade será aquele referente a um ano de contratação:

> PARA FINS DE ESCOLHA DAS MODALIDADES LICITATÓRIAS CONVENCIONAIS (CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE), BEM COMO DE ENQUADRAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PREVISTAS NO ART. 24, I e II, DA LEI Nº 8.666/1993, A DEFINIÇÃO DO VALOR DA CONTRATAÇÃO LEVARÁ EM CONTA O PERÍODO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E AS POSSÍVEIS PRORROGAÇÕES. NAS LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS, O VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) REFERE-SE AO PERÍODO DE UM ANO, OBSERVADA A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE EM CASOS DE PERÍODOS DISTINTOS.

78. Note-se, entretanto, que não se aplica a exclusividade nas hipóteses expressamente elencadas nos incisos I a IV, do art. 10 do Decreto 8.538/2015 e art. 49 da LC 123/2006 (com a redação dada pela LC 147, de 2014), situação que deverá ser justificada:

> I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
>
> II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;
>
> III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do **caput** do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do **caput** deste artigo; ou
>
> IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

79. No caso dos autos, a estimativa do valor dos itens/grupos da licitação ultrapassa R$ 80.000,00. Acertada, portanto, a opção do órgão em não destinar o certame à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

80. De qualquer forma, o órgão consulente inseriu na minuta do Termo de Referência a justificativa para não destinar os itens e grupos da presente contratação a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo como fundamento os artigos 47 e 48 da LC 123, de 2006 (fls. 72/73). Transcrevemos abaixo um importante trecho:

> 1.7.3. Entretanto, a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim, vale a máxima: " para toda regra existe uma exceção". Assim sendo, de conformidade com o art. 49, não se aplica os benefícios dos arts. 47 e 48 quando:

1.7.3.1 . não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; 1.7 .3.2. o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou,

1.7.3.3. a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 2 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos ines. I e 11, do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inc. I, do art. 48.

1.7.4.Nesse contexto, por se tratar de contratação de serviço de transporte aéreo e fluvial de material e pessoal, e por isso, agregarem valores elevados que em teoria não são acessíveis a empresas (ME's e EPP's), além do mais, o local de entrega, se trata de região peculiar e de difícil logística, ou seja, elevado custo de transporte. E por fim, durante a fase da pesquisa de preços não foram encontradas empresas (ME's e EPP's) no mercado local ou regional que possa fornecer os serviços listados neste certame. Assim sendo esta administração no uso de suas atribuições legais resolve, não aplicar a LC 123/2006 e 147/2014 para esse edital específico.

1.7.5.Conforme pesquisa de mercado anexa no processo, constatou-se que não há 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente conforme pesquisa em htt://app.anp.gov.br, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento, conforme o inciso II do art. 49 da LC 123/2016 e ainda mais, a reserva de cota nesse caso não é vantajoso para a administração pública e representará prejuízo ao conjunto, conforme o inciso III do art. 49 da LC 123/2016.

81. O item 13 da minuta do TR informa que não será admitida subcontratação do objeto licitatório. (fl. 221). O subitem 1.7.5 da minuta, transcrito acima, justifica a não permissão de se subcontratar ME's e EPP's.

9. ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA

82. Conforme a Orientação Normativa nº 54, de 2014, do Advogado-Geral da União:

> *"Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável."*

83. Vale salientar, em reforço, que o Decreto nº 10.024, de 2019, passou a dispor nesse mesmo sentido:

> *"Art. 3º (...)*
> *§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica."*

84. Na concepção de Marçal Justen Filho, *"bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio"* (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

85. Igualmente, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002:

> *"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*
> *Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."*

86. Outrossim, o Decreto nº 10.024, de 2019, além de reiterar essa definição de serviço comum, também estabeleceu o que deve ser entendido por bens e serviços especiais:

Fl. 301

> *"Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*
>
> *(...)*
>
> *II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;*
>
> *III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;"*

87. Ademais, segundo o §1º, do artigo 1º, do Decreto nº 10.024, de 2019, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida através da modalidade Pregão, obrigatoriamente, em sua forma eletrônica, de maneira que a escolha do Administrador se encontra em conformidade com o regime jurídico pertinente.

88. Ainda quanto a esse aspecto, o Decreto nº 10.024, de 2019, no §2º, do artigo 3º, passou a dispor que "*os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do* ***caput****, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.*"

89. No caso, pretende-se a contratação de serviços de transporte fluvial e aéreo, os quais foram classificados pelo setor técnico competente do Órgão assessorado como "serviço comum", conforme se depreende do item 1.2 e 4.1 do TR (fls. 201, 204).

90. Atestada a natureza comum dos serviços pretendidos, torna-se adequada a opção do Órgão pela contratação mediante pregão.

91. Considere-se também, no que concerne especificamente ao Sistema de Registro de Preços-SRP, que, a par da modalidade concorrência prevista no art. 15, §3º, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993, o art. 11 da Lei nº 10.520, de 2002 admitiu a utilização do Pregão para a efetivação do registro de preços para eventual contratação de bens e serviços comuns.

92. Importante ressaltar que o Decreto nº 7.892, de 2013, que regulamenta o SRP, em seu art. 7º, *caput,* fez previsão no mesmo sentido, de maneira que se pode concluir que a utilização do pregão para registro de preços de serviços comuns é a modalidade licitatória compatível com a legislação pertinente.

93. Por fim, o artigo 3º do Decreto nº 7.892, de 2013 enumera nos incisos I a IV, as situações nas quais deverá ser adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços. Lembramos que as hipóteses de cabimento do SRP são **taxativas**, nos termos do Parecer nº 109/2013/DECOR/CGU/AGU, devidamente aprovado pelo Consultor-Geral da União, em 18/11/2014, restando ultrapassado, em decorrência, o entendimento anterior contido no atualmente superado Parecer nº 125/2010/DECOR/CGU/AGU, que admitia a utilização do registro de preços em casos de "contingenciamento orçamentário", por exemplo:

> Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
>
> I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
>
> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
>
> III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
>
> IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

94. Desta forma, é necessário indicar expressamente a hipótese em que se enquadra o pretendido registro de preços.

95. No caso concreto, o órgão informa à fl. 203 (subitem 1.9 e 1.9.2 do TR) que a contratação se enquadra na hipótese dos incisos I e II do art. 3º do Decreto nº 7892/13, assim justificando:

> 1.9.1. Prosseguindo a abordagem anterior. às condições climáticas na região amazônica influenciam diretamente na contratação e execução dos serviços objeto desse instrumento. visto que. durante o período do verão favorece o seguimento da construção civil. e. sucessivamente. a

fim de evitar a escassez de insumos na obra serão encaminhados frequentemente às frentes de serviços materiais e pessoal necessários. Outrossim. o período chuvoso é um fator impeditivo e desfavorável a realização de serviços específicos podendo culminar com o desperdício de material ou possivelmente dano ao erário. Assim sendo. durante a vigência da Ata de Registro de Preços serão descentralizados recursos financeiros gradativamente conforme o emprego operacional da tropa. portanto. justifica-se a eventual necessidade de contratações frequentes conforme a descentralização de créditos por parte dos Órgãos Convenentes.

1. 9. 2. A contratação de serviço remunerado por unidade de medida ameniza os contratempos com o provável grau de flutuações na demanda. Contudo. torna-se inviável a contratação dos serviços em sua totalidade. pois. no mínimo. seria imprudente senão irresponsável tal adoção. Nesse contexto. esta Adminsitração justifica a opção pela utilização do Sistema de Registro de Preços amparado no inciso 11. do art. 3°. do Decreto n° 7 .892. de 2013.

96. Reputamos regular a justificativa.

10. DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

97. Tendo por fundamento os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, os artigos 3° e 225, da Constituição Federal e legislação, há um poder-dever do gestor público na realização de licitações sustentáveis, considerando aspectos ambientais, sociais, econômicos e de acessibilidade. Assim, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é diretriz a ser observada na licitação (artigo 3°, "caput", Lei 8666/93), ao lado da garantia de observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

98. O Decreto 7.746/12 regulamentou o artigo 3°, da Lei 8.666/93 e, na efetivação do desenvolvimento nacional sustentável pelas licitações, o órgão assessorado deve atentar se na contratação incidem diretrizes (artigo 4°), critérios e práticas de sustentabilidade.

99. Os critérios e práticas de sustentabilidade devem constar como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada. Em subsídio:

> 1.10. Dar ciência à (...) sobre as seguintes impropriedades:1.10.2. falta de aplicação de critérios e práticas de sustentabilidade, que contribuem para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em suas contratações, o que afronta o art. 3° da Lei 8666/1993. ACÓRDÃO Nº 32/2015 - TCU - 2ª Câmara . Processo TC-034.526/2011-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010) relator Raimundo Carreiro
>
> (...) as chamadas licitações sustentáveis constituem importante instrumento a ser adotado pelas entidades públicas para, utilizando seu significativo poder de compra, induzir o setor produtivo a adotar processos de produção ambientalmente mais sustentáveis.
>
> (Acórdão 0691-04/13-2 - 2ª. Câmara)

100. Uma licitação é sustentável nas diversas fases da contratação:

> a) previamente no planejamento do que (especificação do objeto) e como contratar (obrigação da contratada),
>
> b) na observância da legislação de sustentabilidade e acessibilidade incidente,
>
> c) na execução contratual e
>
> d) no gerenciamento socioambiental adequado das embalagens e resíduos decorrentes da contratação.

101. Assim, nas contratações de serviços, a Administração Pública não se exime da obrigação de prever e verificar a incidência de critérios, diretrizes e práticas de sustentabilidade e tampouco da fiscalização durante a execução dos serviços.

102. Sugerimos que o órgão analise ó Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU para incluir exigências/práticas de sustentabilidade ambiental aplicáveis ao caso concreto.

103. Lembramos ao Consulente que o GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS foi atualizado, podendo ser baixado no seguinte site: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/270265

104. Não obstante as recomendações acima, é de salutar a importância de informar o Consulente sobre o recente entendimento do TCU sobre o tema.

105. O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão n. 1666/2019-Plenário, reconheceu a validade de requisitos técnicos de sustentabilidade exigidos para produtos licitados, porém recomendou a revisão das exigências contidas no edital, por ocasião de outras licitações promovidas pelo órgão, para aquisição de objeto similar, tendo em vista o número excessivo de desclassificações ocorridas no certame, de forma a adotar requisitos técnicos e exigências que o mercado está preparado para atender, sem prejuízo de fomentar a sustentabilidade ambiental e buscar garantir a qualidade dos produtos licitados.

106. O processo licitatório examinado pelo Tribunal de Contas continha as seguintes previsões de sustentabilidade:

> 7.2.1. Juntamente à proposta deverão ser anexados:
>
> ...
>
> c) Comprovação do registro do fabricante do material acabado no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/81 e da Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013;
>
> d) Comprovação da certificação florestal válida (referência: FSC, Cerflor), em nome do fabricante do material acabado;

107. Note-se que a exigência não se encontra como requisito de habilitação, mas como de conteúdo da proposta, ou seja, é qualidade do bem licitado. Depois, a comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal é exigência bem comum nos editais e pode ser verificada por simples consulta à página de Internet do IBAMA.

108. Quanto à comprovação da certificação florestal, o TCU afirmou que a exigência "está em consonância com os artigos 2° e 3° do Decreto 7.746/2012 e com a jurisprudência do TCU (Acórdão 1.375/2015-Plenário – relator Ministro Bruno Dantas)". Nesse ponto, o Acórdão mencionou o seguinte:

> Voto
>
> ...
>
> 15. Ora, tal exigência refere-se à garantia da qualidade do produto objeto da licitação em tela e à obediência à política ambiental vigente no Brasil, não se confundindo os laudos requeridos no mencionado dispositivo com os documentos exigidos na fase de habilitação. Assim, não vislumbro ilicitude nesse dispositivo do instrumento convocatório.
>
> Porém, por fim, consignou o seguinte:
>
> Acórdão
>
> ...
>
> 9.6.1. avalie a conveniência e a oportunidade de rever as exigências contidas no item 7.2.1 do edital do Pregão 7/2019, quando da ocorrência de outras licitações promovidas pelo órgão para aquisição de objeto similar, tendo em vista o número excessivo de desclassificações ocorridas no certame, de forma a adotar requisitos técnicos e exigências que o mercado está preparado para atender, sem prejuízo de fomentar a sustentabilidade ambiental e buscar garantir a qualidade dos produtos licitados;

109. Quanto à certificação florestal exigida, insta observar que a FSC Brasil é entidade privada (ONG). A Certificação Cerflor, por outro lado, é emitida pelo INMETRO, mas também é baseada no "...método para certificação baseado nos Princípios e Critérios do FSC...", como consta na página de Internet do Instituto.

110. O Guia de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União não indica a necessidade de exigência de tais certificados para o fornecimento de materiais derivados de produtos florestais. Isso porque são certificações voluntárias e, obviamente, não existe determinação legal para a exigência em licitações. Em todo caso, como se trata de qualidade técnica do produto, que se encontra dentro da discricionariedade da Administração, a exigência de tais

certificados, em tese, é válida desde que o mercado já esteja devidamente adaptado para atender às demandas da Administração sem que exista restrição à competitividade.



10.1 NA FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

111. No presente caso, verifica-se que o órgão assessorado inseriu aspectos de sustentabilidade no item 1.8 e seus subitens do TR (fl. 74 e 203), além de relatar os possíveis impactos ambientais da presente contratação no item 14 do Estudo Técnico Preliminar (fl. 268).

10.2 OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO E NORMAS INCIDENTES

112. O Guia Nacional de Licitações Sustentáveis contém compilação de leis e normas de conteúdo geral e obrigatório, a serem inseridas nas minutas de acordo com o objeto a ser contratado.

113. Anote-se que o Guia não é exauriente e não afasta a necessidade de o órgão assessorado verificar a atualidade e eventuais alterações das normas, bem como a observância de legislação estadual e municipal eventualmente incidentes.

114. No caso vertente, consta no subitem 1.11 do TR (fl. 204) manifestação do órgão assessorado acerca da consulta e utilização da Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

10.3 EXECUÇÃO CONTRATUAL E DESTINAÇÃO DE EMBALAGENS E RESÍDUOS

115. Uma contratação pública sustentável de serviços não se exaure com a inserção de cláusulas ou de leis e normas pertinentes na minuta de edital e anexos. Há outros aspectos relevantes da sustentabilidade a serem observados na fase de execução contratual e na adequada destinação dos resíduos eventualmente decorrentes da efetivação do serviço. Aqui destacamos também a atenção do órgão assessorado para a fiscalização contratual nos aspectos sociais de sustentabilidade.

116. Em subsídio, recomendamos consulta ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente.

117. O órgão consulente informou, por meio do subitem 1.11 do TR (fl. 204) que houve a consulta ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente.

10.4 ANÁLISE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

118. A seguir, passa-se à verificação do atendimento dos requisitos previstos no Decreto nº 10.024, de 2019, Decreto nº 7.892, de 2013, conjugados com as regras da Lei nº 10.520, de 2002 e da Lei nº 8.666, de 1993, necessários à instrução da fase preparatória do pregão, sendo certo que cabe ao Administrador observar as demais exigências concernentes à fase externa do procedimento em momento oportuno, posterior a presente manifestação jurídica.

119. Antes, ressalte-se que, de acordo com o art. 30, §2º da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017, os documentos que compõem a fase de Planejamento da Contratação serão parte integrante do processo administrativo da licitação. O art. 20 da referida IN prevê a fase de planejamento da contratação que possui as seguintes etapas: Estudos preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência, podendo ser elaborados Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos comuns para serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade (art. 20, §5). Assim, na elaboração do Termo de Referência deve ser observado o disposto no art. 28 e anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

120. Sugere-se a consulta à Lista de Verificação para Pregão ou SRP Pregão (atos administrativos e documentos a serem verificados- no que forem aplicáveis à hipótese), desenvolvida pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria AGU nº 1.161/2010 que poderá ser acessada através do endereço eletrônico http://www.agu.gov.br.

121. Assim, serão tecidas considerações acerca das determinações constantes do ordenamento jurídico, em face do caso vertente, com a ressalva de que os textos das minutas anexadas serão analisados em tópicos especialmente abertos para essa finalidade.

122. **Da solicitação/requisição do objeto**

123. O Tribunal de Contas da União, no Acórdão 254/2004 – Segunda câmara, entendeu como necessário constar, em todos os processos de licitação, solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente.

124. **O documento de formalização da demanda, elaborado pelo setor requisitante do serviço, nos termos do modelo do Anexo II, IN SEGES 05/2017, foi anexado à fl. 11 dos autos. Ressalta-se que o referido documento contempla todos os itens do inciso I do art. 21 da IN supracitada.**

125. Também foi anexado aos autos a Parte Requisitiva nº 02/2020 4º Seção, à fl. 12.

10.5 Justificativa da necessidade da contratação

126. Quanto à justificativa da contratação, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto na hipótese de afronta a preceitos legais. O papel do órgão jurídico é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação, ou dos quantitativos estimados, contemplando os requisitos mínimos estabelecidos na Instrução Normativa 5, de 2017, especialmente em seu art. 24, o qual arrola os principais elementos que deverão ser previstos na elaboração dos Estudos Preliminares a serem realizados pelo órgão como etapa indispensável do Planejamento da Contratação de Serviços.

127. Com efeito, prevê o art. 3º, I, da Lei nº 10.520/02 que a fase preparatória do pregão deverá conter a justificativa da necessidade da contratação, medida, portanto, indispensável à regularidade do certame.

128. Na descrição do serviço, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais, sem as quais, não poderão ser atendidas as necessidades da Administração evitando, por outro lado, detalhes considerados irrelevantes ou impertinentes, que possam limitar a competição indevidamente (art. 3º, inc. II da Lei nº 10.520, de 2002).

129. Chamamos atenção também para o que dispõe a Instrução Normativa MPDG nº 05 de 25/05/2017, a qual traz importantes regramentos a respeito da necessidade de planejamento da contratação.

130. Sendo assim, o artigo 24 da IN-MPDG nº 05/2017 ao tratar dos estudos preliminares a serem apresentados como parte do planejamento da contratação, aponta para a necessidade de que o documento traga, dentre outros, a justificativa da necessidade da contratação (art. 24, inciso I da IN MPDG 05/2017) e o levantamento do mercado com a justificativa da escolha da solução a contratar (art. 24, V da citada IN 05/2017).

131. No caso concreto, a justificativa da contratação foi juntada aos autos às fls. 107/119 (documento de justificativas), 164/165 e por meio do item 2 do Estudo Técnico Preliminar, e parece atender as diretrizes acima lançadas. Transcrevemos abaixo alguns trechos:

> 1. A presente contratação justifica-se, tendo em vista que o 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC) recebeu demanda do 2º Grupamento de Engenharia, Escalão de Engenharia de Construção imediatamente Superior desta Organização Militar (OM), para executar os trabalhos de recuperação.da pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC, no intuito de melhor acolher os militares e seus dependentes que encontram-se prestando serviço naquele Destacamento de Fronteira, necessitando, para a execução e conclusão desses trabalhos, transportar os insumos, equipamentos, viaturas, materiais diversos e pessoal, por via fluvial e aérea.
>
> 2. A contratação dos serviços de transporte fluvial e aérea faz-se necessária tendo em vista a inexistência do modal rodoviário que atenda a mobilização e a logística de entrega desses materiais (insumos), equipamentos e pessoal nas operações a serem executadas na cidade de Santa Rosa do Purus/AC.

10.6 Justificativa do quantitativo desejado

132. Importante ressaltar, ademais, que o art. 7º, § 4º da Lei nº 8.666, de 1993, veda a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades. Em atenção ao preceito legal retro

mencionado, impõe-se que sejam apresentados os quantitativos estimados para a licitação, de forma justificada, mesmo que sucintamente, considerando-se ainda que de tal estimativa dependerá o valor contratual.

133. A este respeito, a IN MPDG 05/2017 traz em seu artigo 24, inciso VI, a necessidade de que os estudos preliminares elaborados pelo órgão, apresentem a estimativa das quantidades acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte.

134. Ou seja, é indispensável que a autoridade planeje a contratação com base em estudos, que demonstrem não só a necessidade do serviço, mas também a necessidade dos quantitativos propostos.

135. Insta recordar que o valor contratual é determinante para fins de aplicabilidade dos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015 (restrição das licitações à participação exclusiva das ME e EPP, para contratações de até R$80.000,00), daí a sua importância para evitar a limitação ou ampliação indevida da participação no certame.

136. A respeito da **superestimativa** de quantitativos no âmbito de processos licitatórios, em razão da sua importância e particular clareza sobre o tema, apresentamos a seguir trechos do voto condutor do Acórdão nº 331/2009 – TCU – Plenário:

> Inadmissível que a própria Administração reconheça como legítima a superestimativa de quantitativos de serviços como forma de margem de segurança para eventuais distorções. Assiste total razão à Secob nesse ponto. Em hipótese alguma a insuficiência do projeto básico justifica a adoção de ato incompatível com os princípios da legalidade – por absoluta falta de amparo na Lei de Licitações – e da eficiência, ensejador de expedição de determinação ao órgão para que proceda à sua anulação, sem prejuízo da aplicação de multa aos responsáveis que lhe deram causa.

137. Ao superestimar quantitativos no âmbito do sistema de registro de preços, por exemplo, o gestor não observa os princípios da boa-fé e da confiança, uma vez que induz a empresa fornecedora à falsa expectativa de contratação e, ainda, pode frustrar a competitividade do certame, ao inibir a participação de fornecedores capazes de oferecer quantitativos menores do bem a ser adquirido.

138. Outrossim, é cediço que muitas vezes, o preço do serviço pode variar em função da quantidade contratada, como ocorre na economia de escala. Desta forma, fica evidenciada a essencialidade de se fixar adequada quantidade para propiciar a apresentação de propostas/lances coerentes, visando ao êxito do certame com resultados verossímeis.

139. De fato, é nesse sentido que a doutrina e o TCU aconselham, ao recomendar a fixação no edital do SRP não apenas da quantidade máxima dos itens licitados, mas também estabelecer lotes mínimos – é dizer, quantitativo mínimo a ser fornecido a cada pedido -, para a obtenção de preços por atacado e, em decorrência, mais favoráveis à Administração (Conforme os trechos do Voto do Ministro Relator no Acórdão 4.411/2010- 2ª Câmara).

140. Necessário, pois, que a justificativa contenha esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados do certame – tanto o quantitativo máximo da ata, quanto o lote mínimo de cada pedido.

141. O órgão justificou o quantitativo requerido por meio das fls. 37/45 e do item 3 do Estudo Técnico Preliminar (fl. 233), que possui a seguinte redação:

> 3. As quantidades foram definidas de acordo com as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção sendo, pois, apresentadas pela Seção Técnica e a 4a Seção (Seção de Logística). De acordo com o art. 15, § 7º, inciso 11 , da Lei 8.666/93: "a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação.
>
> 3.1. O(s) quantitativo(s) referente à contratação de serviço de transporte fluvial e aéreo baseia-se no Plano de Trabalho ((27.001 .16.20.05.10.05) - Manutenção do Aeródromo de Santa Rosa do Purus/AC cuja cópia segue anexa. Daí a necessidade de prover uma logística destinada aos deslocamentos de pessoal, material , equipamentos e viaturas de Manoel Urbano/AC para Santa Rosa do Purus/AC e viceversa, tendo em vista a necessidade desta OM em transportar equipamentos de engenharia e vários insumos de peso elevado, o que não seria possível através exclusivamente de transporte aéreo.

142. Às fls. 249/257 o consulente anexou tabela em que especifica os materiais (insumos e equipamentos) e pessoal que serão transportados no decorrer da obra e o quantitativo em quilos que será transportado:

> 3.4.1. O quantitativo dos serviços a serem contratados foram estimados pela Seção Técnica em conjunto com a 4a Seção (Seção Logística) do Batalhão, para a realização da obras de recuperação da pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC, visando atender a logística de transporte, até a pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC, local onde será executado a obra, de um efetivo estimado de 80 (oitenta) a 150 (cento e cinquenta) servidores militares, assim como uma quantidade, em quilogramas, de insumos, equipamentos e viaturas, que lá serão empregados, conforme tabelas abaixo:

143. Ainda, juntou-se o contrato nº 24/2019 (fls. 61/64), o qual teve como objeto o transporte fluvial de cargas e pessoas.

144. Recomendamos que se junte aos autos o Plano de trabalho mencionado no item 3.1 acima e, se possível, demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado do **SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO** (art. 8º e art. 15, §7º, II, da Lei 8.666/93).

10.7 Termo de referência com a aprovação da autoridade competente

145. O Termo de Referência é o documento a ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter as informações e os elementos técnicos necessários para assegurar a adequação do certame, sobretudo em relação à avaliação do custo, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia e suprimento, e o prazo da execução do contrato (de acordo com a definição do artigo 3º, inc. XI, do Decreto nº 10.024, de 2019 e inc. II do art. 8º do Decreto nº 3.555, de 2000). Tal documento deverá ser aprovado motivadamente pela autoridade competente (Conforme art. 14, inc. II, do Decreto nº 10.024, de 2019e art. 8º, inc. IV do Decreto nº 3.555, de 2000).

146. No caso dos autos, o Termo de Referência considerado se faz presente às fls. 197/232. Sua aprovação se deu à fl. 107/108.

10.8 Autorização para abertura da Licitação

147. A autorização para abertura da licitação devidamente assinada pela autoridade competente decorre da exigência do art. 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993, arts. 8º, inc. V e 13, inc. III, do Decreto nº 10.024, de 2019.

148. No presente caso, tal exigência foi cumprida às fls. 12 e 107.

10.9 Pesquisa de preço

149. A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente e proba, e ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial dos itens que servirão como parâmetro na análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances das empresas licitantes na ocasião do certame, podendo nortear o valor máximo aceitável. Dispõe o artigo 43, IV da Lei nº 8.666, de 1993:

> "A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
> (...)
> IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;" (grifo nosso)

150. O Decreto nº 10.024, de 2019, estabelece:

Fl. 308

"Art. 3° Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

(...)

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e"

"Art. 8° O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

(...)

III - planilha estimativa de despesa;"

151. A temática do valor justo das licitações e contratações possui importância tão destacada que é tratada na IN MPDG nº 05/2017 em dois momentos distintos.

152. No que tange aos estudos preliminares, que integram o planejamento da contratação, a IN MPDG nº 05/2017 traz em seu artigo 24, § 1°, inciso VI, a necessidade de que o órgão elabore tais estudos, apresentando a estimativa de preços ou preços referenciais.

153. Nos termos do Anexo III, item 3.6 da citada IN 05/2017, o método para estimativa dos preços deve ser documentado nos autos, devendo seguir as diretrizes do normativo publicado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento. Desenvolvimento e Gestão, incluindo nos autos as memórias de cálculo e estimativas de preços com os documentos que lhes dão suporte.

154. Mais à frente, o art. 30 da IN Nº 05, de 2017, ao tratar do termo de referência/projeto básico, dispõe em seu inciso X que tal documento deve conter "as estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 27/06/2014", (alterada, por sua vez, pelas IN/SLTI/MPOG Nº 07, de 2014, e IN/SLTI/MPOG Nº 03, de 2017). O detalhamento de tal dispositivo é feito no item 2.9 do Anexo V da IN 05/2017.

155. Ainda a Lei 8.666, de 1993, determina o seguinte:

> Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: (...)
>
> II - ser processadas através de sistema de registro de preços; (...)
>
> § 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado. (grifo nosso)

156. Considerando nosso papel de proporcionar à Autoridade o máximo de segurança possível para a prática do ato, não podemos deixar de alertar a necessidade de fixar o valor de referência de uma contratação com embasamento técnico suficiente que permita constatar, pelo menos aproximadamente, o valor justo a ser pago.

157. Ademais, que a correta estimativa do valor contratual é essencial para a verificação da necessidade ou não de se proceder à licitação de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 6° do Decreto nº 8.538, de 2015.

158. Desta forma, o órgão deverá proceder à consulta dos preços praticados no mercado, sendo recomendável a obtenção de, ao menos, três orçamentos (Acórdãos nº 980/2005, nº 3.219/2010, ambos do Plenário, e nº 7.821/2010-1ª Câmara do TCU), devendo a pesquisa ser juntada nos autos do processo de licitação (Nesse sentido, dispõem os Acórdãos nº 663/2009 e nº 3.219/2010 do Plenário do TCU). É importante que se atente para que tal consulta se dê nos moldes do Termo de Referência, considerando exatamente as especificações do objeto, a fim de preservar a fidelidade dos preços pesquisados em relação à aquisição almejada.

159. Também é aconselhável que a Unidade licitante verifique se não existe Ata de Registro de Preços cadastrada nos sistemas eletrônicos, e ainda em vigor, em condições de atender às suas necessidades, para fins de

composição da pesquisa de preços, ainda com intuito de refletir os preços praticados atualmente no âmbito da Administração.

160. Insta destacar que as diligências concernentes à pesquisa de preços não se resumem à simples anexação de orçamentos das empresas nos autos, cabendo ao responsável a análise detida de cada proposta, não apenas sob seu aspecto formal (identificação da empresa, idoneidade, compatibilidade da sua finalidade social com o objeto da licitação, etc.), como do seu teor. É de bom alvitre alertar ao órgão para a importância da congruência entre os preços das propostas, considerando que eventuais valores desarrazoados ou evidentemente inexequíveis podem distorcer os resultados das pesquisas efetuadas, de maneira que cumprirá ao órgão o discernimento sobre os orçamentos efetivamente aptos a comporem a planilha de preços, podendo até serem excluídos aqueles demasiadamente discrepantes dos demais.

161. Salientamos que é de inteira responsabilidade da autoridade contratante a verificação quanto à plausibilidade dos valores apresentados. Como sempre repetimos, os membros da CJU não detêm competência legal, conhecimento especializado ou mesmo ferramentas para avaliar a adequação das avaliações de preços realizadas nos processos submetidos à análise jurídica. A responsabilidade pela idoneidade e lisura de tais atos recai integralmente sobre os agentes do órgão promotor da licitação, conforme bem ressaltado pela doutrina de Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti:

> "A aceitação de proposta com sobrepreço pelo pregoeiro ou comissão de licitação, seguida da homologação do procedimento licitatório pela autoridade competente, sujeita-os a responsabilidade, solidariamente com o agente que realizou a pesquisa de preços. O mesmo pode ocorrer com a autoridade superior competente pela ratificação dos atos do processo da contratação direta e o responsável pela pesquisa de preços.
>
> A aceitação de oferta inexequível, de que resulte a inexecução do objeto em razão da impossibilidade de o contratado cobrir os custos da contratação, também atrai a responsabilidade desses agentes (o que realizou a pesquisa de preços, o pregoeiro, os integrantes da comissão de licitação e a autoridade que homologou o procedimento ou ratificou os atos praticados no processo da contratação direta). Em ambas as hipóteses – inexequibilidade ou sobrepreço –, será necessário aquilatar a conduta de cada um desses agentes e as circunstâncias em que atuaram, para o efeito de imputar-lhes responsabilidade." ("Responsabilidade por pesquisa de preços em licitações e contratações diretas", Fórum de Contratação e Gestão Pública ¿ FCGP, Editora Fórum, Belo Horizonte, ano 10, n. 116, ago. 2011).

162. Outrossim, o inciso V do artigo 10 da Lei nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) estatui a respeito:

> "Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:
>
> (...)
>
> V – permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação do bem ou serviço por preço superior ao de mercado;"

163. Em relação ao SRP, é recomendável que na realização da pesquisa de preço, sejam consideradas também as quantidades mínima e máxima do objeto, de maneira que os orçamentos contemplem os possíveis ganhos decorrentes de economia de escala.

164. No que tange à pesquisa de preços propriamente dita, o art. 30, X, da IN 05/2017 determina observar a Instrução Normativa nº 5, de 27/06/2014 (alterada, por sua vez, pelas IN/SLTI/MPOG Nº 07, de 2014, e IN/SLTI/MPOG Nº 03, de 2017), que estabeleceu "parâmetros" específicos, a serem observados conforme disciplinado no art. 2º, e seguintes, daquela IN nº 05, de 2014:

> Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:
>
> I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br;
>
> II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
>
> III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

310

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§1° Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

§2° Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

§3° Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente.

§4° Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§5° Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§6° Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores."

Art. 3° Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação.

Parágrafo único. Deverá ser conferido aos fornecedores prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual não será inferior a cinco dias úteis.

Art. 4° Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas.

165. Observe-se que o órgão deve priorizar a consulta ao Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico h t t p : / / p a i n e l d e p r e c o s . p l a n e j a m e n t o . g o v . b r e as contratações públicas recentes. Caso não seja possível obtê-las, deverá justificadamente registrar estas razões nos autos, só assim sendo legítimo utilizar os demais parâmetros da IN citada (mídia especializada e fornecedores locais).

166. No entanto, a simples juntada da cotação de preços com a elaboração de seu Mapa de Preços não satisfaz os requisitos legais. Também se faz necessária a análise crítica dos preços obtidos na pesquisa, por meio de manifestação formal, com desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados em razão da eventual existência de grande variação entre os valores apresentados (art. 2°, §§ 1° a 6° da IN 5, de 2014), isto é, deve o órgão analisar detidamente se existem eventuais disparidades nos preços encontrados na pesquisa de mercado.

167. Assim, recomendamos ao setor técnico do órgão assessorado que, após a cotação de preços, elabore um documento que contenha a adoção da cautelas acima elencadas aplicáveis à cotação. Tal documento deverá ser motivadamente aprovado pela Autoridade Competente.

168. Também nesse sentido é o seguinte julgado do TCU, mediante o qual se estabeleceu que a consulta ao *site*, bem como a contratações da Administração, é preferencial em relação aos demais métodos de orçamento:

> "Para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2° da referida IN, quais sejam, 'Portal de Compras Governamentais' e 'contratações similares de outros entes públicos', em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2°, isto é, 'pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo' e 'pesquisa com os fornecedores' ". O Tribunal, acompanhando o voto do relator, decidiu, dentre outras deliberações, dar ciência ao MJ de que: i) "(...) na elaboração de orçamento na fase de planejamento da contratação de bens e serviços, bem como quando da demonstração da vantajosidade de eventual prorrogação de contrato de serviço contínuo, devem ser utilizadas fontes diversificadas, a fim de dar maior segurança no que diz respeito aos valores a serem adjudicados"; ii) "para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2° da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, 'Portal de Compras Governamentais' e 'contratações similares de outros entes públicos', em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2°, isto é, 'pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo' e 'pesquisa com os

fornecedores', cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar". Acórdão 1445/2015-Plenário, TC 034.635/2014-9; relator Ministro Vital do Rêgo, 10.6.2015.

311

169. Nessa mesma linha:

> "A jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que a pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas com potenciais fornecedores, uma vez que, para atender o disposto na Lei 8.666/1993, as compras públicas devem balizar-se pelos preços praticados **no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública** (Acórdão 247/2017-TCU-Plenário, voto do Ministro Relator Walton Alencar Rodrigues).
>
> (Orientações para aquisições públicas de medicamentos, TCU, 2018, pág. 27)

170. Com intuito de verificar o custo da contratação e obtenção de valor de referência para o certame, o órgão realizou pesquisa de preços, realizada em conformidade com os procedimentos e parâmetros delineados na IN/SLTI/MPOG nº 5, de 2014, cujos resultados estão consignados no Relatório de Pesquisa de Preço nº 01/2020, juntamente com o Mapa Comparativo, acostados nos autos às fls. 109/119.

171. Os dados adquiridos pelo órgão no decorrer da pesquisa de preços foram anexados aos autos às fls. 120/153 (Ofícios de pedido de cotação encaminhados aos fornecedores - fls. 120/131; Cotações de preços disponibilizadas pelos fornecedores - fls. 132/139; Painel de Preços - fls. 140/153).

172. Sobre a pesquisa direta com fornecedores vale tecer alguns comentários que julgamos importantes. O TCU já reconheceu que os fornecedores não são boas referências de preço:

> *2.14. A estimativa que considere apenas cotação de preços junto a fornecedores pode apresentar preços superestimados, uma vez que as empresas não têm interesse em revelar, nessa fase, o real valor a que estão dispostas a realizar o negócio. Os fornecedores têm conhecimento de que o valor informado será usado para a definição do preço máximo que o órgão estará disposto a pagar e os valores obtidos nessas consultas tendem a ser superestimados. (ACÓRDÃO 299/2011 – PLENÁRIO)*

173. Para evitar esses problemas em um processo de pesquisa de preços, é recomendável que as entidades/ órgãos adotem as seguintes cautelas (SANTOS, 2016):

a. ***Identificação do servidor responsável pela cotação (Ac TCU 909/2007-1C);***
b. *Empresas pesquisadas devem ser do ramo pertinente (Ac TCU 1.782/2010-P);*
c. *Empresas pesquisadas não podem ser vinculadas entre si (Ac TCU 4.561/2010-1C);*
d. *Caracterização completa das fontes consultadas (Ac TCU 3.889/2009-1C);*
e. *Indicação fundamentada e detalhada das referências (Ac TCU 1.330/2008-P);*
f. *Metodologia utilizada e conclusões obtidas (NT AGU/PGF/UFSC 376/2013);*
g. *Data e local de expedição (Ac TCU 3.889/2009-1C);*
h. *Providenciar solicitação formal para a cotação de preços diretamente com os fornecedores, conferindo prazo razoável, nunca inferior a 5 dias (art. 3º da IN 05/14).*
i. *Os fornecedores devem ter acesso a todas especificações, quantitativos e obrigações da contratação constantes do termo de referência.*

174. Todas essas informações devem constar do processo de pesquisa. Em especial as memórias de cálculo e fontes de consulta pesquisadas (Acórdão TCU 1.091/2007-P).

175. À fl. 109/110, no Relatório de Pesquisa de Preços, o órgão discorreu sobre os parâmetros utilizados na realização da pesquisa de preços.

176. No item 5 (fl. 241) do Estudo Técnico Preliminar foi inserida explicação relativa ao levantamento de mercado:

> As soluções de mercado que atendam aos requisitos especificados são quase que insuficientes, principalmente, devido a limitação de mercado ou manifesto desinteresse das empresas do ramo local , no entanto, conforme pesquisa no site: (http://www. comprasgovernamentais.gov.br), em

CONFERIDO 312

consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, através do Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores, foram localizadas 5 (cinco) empresas cadastradas no SICAF e que são do Estado do Acre, embora não tenhamos conhecimento quanto a capacidade técnica para a execução do serviço pleiteado. São elas:

(...)

177. **Por fim, deve constar no processo uma análise crítica dos preços obtidos na pesquisa, por meio de manifestação formal, com desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados em razão da eventual existência de grande variação entre os valores apresentados (art. 2º, §§ 1º a 6º da IN 5, de 2014).**

10.10 Planilha de custos

178. O art. 7º, §2º, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, determina a elaboração de planilha de custos e formação de preços, com o detalhamento de todos os custos envolvidos, devendo adotá-la na pesquisa de preços junto às empresas.

179. A IN Nº 05, de 2017, define a planilha como sendo o documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços.

180. Em adição, o Decreto 10.024/2019 estabelece em seu artigo 8º, III, que o processo relativo ao pregão eletrônico será instruído com a planilha estimativa de despesa, a qual será elaborada na ocasião da formatação dos estudos preliminares.

181. Sua elaboração, além de decorrer de comando expresso no decreto do pregão, é de grande auxílio na identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, e torna possível a avaliação da exequibilidade das propostas na ocasião do certame, bem como adquire grande importância para avaliação de eventuais desdobramentos contratuais futuros, como, por exemplo, o pedido de reequilíbrio contratual, ou de repactuação de preços, quando aplicável.

182. Assim, tal planilha deverá ser elaborada, de preferência, separando os custos relativos a cinco elementos mínimos: mão-de-obra, insumos, despesas operacionais administrativas, lucro e tributos, cabendo ao órgão avaliar, de acordo com cada modalidade de serviço, quais os demais elementos porventura incidentes, incluindo-os no modelo de planilha.

183. Importante destacar que o modelo de planilha constante como Anexo VII-D da IN nº 05 é aplicável à contratação de serviços contínuos com disponibilização de mão de obra, as chamadas "terceirizações". **No entanto, para a contratação de serviços não contínuos ou sem disponibilização de mão de obra, nada impede que o órgão licitante elabore modelo simplificado de planilha, de acordo com as particularidades do objeto da contratação, indicando aos licitantes os elementos mínimos que devem ser demonstrados na decomposição dos custos do serviço ser cotado**. Dessa forma, o órgão possuirá parâmetros objetivos para aferir a exequibilidade das propostas apresentadas e, já na fase de execução contratual, conferir a efetiva variação dos custos porventura alegada.

184. **Uma vez que o Decreto 10.024/2019 considerou indispensável a apresentação de planilha estimativa da despesa, recomenda-se que a mesma seja sempre anexada. Nos casos de serviços simples, ela poderá apresentar um modelo mais enxuto, devendo ser justificada a opção, demonstrando-se que o serviço a ser contratado é simples a ponto de tornar inviável ou desnecessária a elaboração da planilha detalhada, com a devida motivação nos autos, nos termos do item 2.9, subitem "b1" do Anexo V, da citada IN.**

185. Por fim, informamos ao órgão o recente entendimento da AGU sobre o tema, veiculado através do **PARECER n. 00044/2019/DECOR/CGU/AGU**, assim ementado:

> EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE ENTENDIMENTO ACERCA DE MATÉRIA REFERENTE À "DESONERAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO".
>
> I - É de cada empresa a responsabilidade pela cotação correta dos encargos tributários, devendo o setor responsável da Administração Pública aplicar a legislação vigente e analisar a adequação dos encargos previstos, quando da análise das propostas apresentadas na licitação.
>
> II - Na fase preparatória da licitação, ao fazer uma estimativa de custos, a Administração deverá confeccionar orçamento de referência, no qual considerará o regime tributário que lhe for mais vantajoso, embora os licitantes possam elaborar suas planilhas de custos e formação de preços com observância do regime tributário a que se sujeitam.

III - Caso o licitante adote em sua proposta os critérios constantes do orçamento de referência (se estes não lhe foram aplicáveis), não pode, em hipótese de adjudicação e ulterior contratação, pleitear reequilíbrio econômico do contrato com base nesta discrepância.

IV - Durante a análise das propostas, a comissão de licitação ou o pregoeiro deverão analisar a adequação do planilhamento feito pelo licitante com eventual opção ou não pela desoneração previdenciária, tendo em vista que tal diligência é essencial para a verificação da exequibilidade da planilha de formação de preços, bem como para afastar eventuais riscos de inexecução contratual.

V - Em contratos vigentes, não deve ser feita a redução unilateral de percentuais de tributos inadequadamente previstos na proposta e superiores ao efetivamente incidentes, porém aceitos pela administração antes da contratação.

VI - Na hipótese de em que os percentuais de tributos previstos na proposta são superiores ao efetivamente incidentes, e esta discrepância é identificada apenas depois da contratação, é possível abrir-se negociação para uma redução consensual, sob pena, inclusive, de eventual rescisão contratual ou não prorrogação do contrato.

186. **O órgão inseriu aos autos, Anexo IV do Edital, o Modelo de Planilha de Custos e Formação de preços (fls. 281/282). Sendo o caso contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, sugerimos que a planilha seja simplificada.**

10.11 Divulgação do valor estimado ou valor máximo aceitável

187. O Decreto nº 10.024, de 2019, passou a estipular a possibilidade de se divulgar, ou não, o valor estimado ou o valor máximo aceitável:

> ***"Valor estimado ou valor máximo aceitável***
>
> *Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.*
>
> *§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.*
>
> *§ 2º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.*
>
> *§ 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório."*

188. Assim sendo, uma vez apurado e definido o valor estimado ou o valor máximo aceitável, cumpre ao órgão avaliar, cuidadosamente, se será o caso de divulgá-lo ou mantê-lo sob sigilo.

189. Não foram estabelecidos, por hora, parâmetros para a adoção de um ou outro. A decisão compete à autoridade que, evidentemente, deverá municiar-se das informações sobre o mercado do objeto licitado, coletadas por ocasião do estudo técnico preliminar.

190. Vale mencionar que no Decreto nº 10.024, de 2019, foram enunciados os princípios aos quais se condicionam o pregão eletrônico:

> ***"Princípios***
>
> *Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.*

314

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação."

191. Assim sendo, como norte, nos parece plausível recomendar que a escolha recaia sobre a opção que amplie a competitividade e, como consequência, tenha maior aptidão para a obtenção da melhor proposta.

192. Qualquer que seja a opção do Gestor, deverá ser devidamente motivada nos autos.

193. No item 7.9.1 e 7.9.2 da minuta do Edital (fl. 173) e item 4.4 do Relatório de Pesquisa de Preços (fl. 117), o órgão consulente justificou a opção por divulgar o valor. À fl. 173 do TR encontramos a seguinte redação:

> 7.9.1 Consubstanciado, no art.15, do Decreto nº 10.024, de 2019, que trata sobre a possibilidade de divulgar, ou não, o valor estimado ou o valor máximo aceitável. Considero que, neste caso concreto, deverá ser "divulgado" no Anexo I - Termo de Referência, pois, tais valores estipulados pela Administração facilitarão ao(s) interessado(s) em participar do certame elaborar melhor a proposta de preços e seus custos estimados, em face da complexidade que envolve a execução dos serviços objeto da licitação.
>
> 7.9.2 A logística que envolve a obra em tela, consumirá boa parte dos recursos descentralizados na contratação dos serviços de transporte fluvial e aéreo e diante da importância que este processo demanda as informações repassadas no Edital e anexos permitirão o melhor dimensionamento por parte de quaisquer interessados, sobretudo, porque a Administracão ficará sobremaneira prejudicada com a provável hipótese da licitação resultar em "fracassada" ou "deserta" comprometendo a credibilidade da Instituição perante a sociedade acriana que anseia pela realização de condições mais favoráveis naquela região. Ademais, os dispositivos que ora embasam o caráter sigilos o (§ 3° do art. 7° da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 . e no art. 20 do Decreto nº 7.724. de 16 de maio de 2012), não atendem no momento ao interesse deste Órgão Gerenciador da licitação para assim aplicá-lo.

194. **A tabela presente no item 1.1 da minuta do TR expõe os valores unitários máximo aceitáveis, assim como ao final da tabela encontra-se o valor total estimado da contratação. Ocorre que o item 22.1 da minuta informa que "o custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances." (fl. 232). Ainda, o item 22.4 da minuta do TR (fl. 232) informa que o critério de aceitabilidade dos preços será sigiloso.**

195. **O órgão deve corrigir a contradição.**

10.12 Previsão de recursos orçamentários

196. A declaração de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal, conforme dispõe o artigo 10, IX, Lei 8.429, de 1992, e artigos 38 e 55 da Lei nº 8.666, de 1993.

197. Cabe também alertar para que seja anexada a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

198. Atente-se que compete ao órgão verificar, previamente ao envio dos autos para análise do órgão de assessoramento jurídico, a aplicabilidade da Orientação Normativa n. 52. do Advogado-Geral da União, a fim de dispensar a necessidade da declaração acerca dos arts. 16 e 17 da LC 101, de 2000:

> *"As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000".*

315

199. Em conformidade com a Orientação Normativa AGU nº 20, de 1º de abril de 2009, "Na Licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato", devendo o responsável zelar pelo seu atendimento. No mesmo sentido o Decreto nº 7.892, de 2013, em seu artigo 7º, § 2º, e o Decreto nº 10.024, de 2019, artigo 8º, inciso IV.

200. No documento de fls. 154, o órgão apresentou a declaração de adequação orçamentária, informando "que a despesa que se pretende realizar... - é compatível com o Plano Plurianual - PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com a Lei Orçamentária Anual - LOA, havendo efetivamente recursos financeiros para adimplir a obrigação".

201. Lembramos que segundo o §3º do art. 16 da LC 101, de 2000, a exigência das declarações é dispensada para as despesas consideradas irrelevantes, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Atualmente, o inc. II do art. 145 da LDO 2019 (nº 13.707, de 2018), considera como tal aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incs. I e II do art. 24 da LLCA.

10.13 Designação do pregoeiro, equipe de apoio e demais agentes que atuam no feito

202. O art. 21, VI do Decreto nº 3.555, de 2000 e inc. VI, do Decreto nº 10.024, de 2019, exigem a comprovação da legitimidade do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio e demais agentes que atuam no feito.

203. No presente caso, tal exigência foi cumprida às fls. 155/162.

10.14 Intenção de Registro de Preços

204. Nos termos do art. 5º, inciso I, do Decreto nº 7.892, de 2013, cabe ao órgão gerenciador registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo Federal.

205. Caso o órgão consulente cadastre sua Intenção de Registro de Preços - IRP no Portal de Compras do Governo Federal, e haja manifestação de órgãos interessados em ingressar no certame como órgãos participantes, cabe ao órgão consulente (órgão gerenciador) consolidar as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização (art. 5º, II, do Decreto nº 7.892/13). Após, deve confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência (art. 5º, IV, do Decreto nº 7.892/13).

206. Outrossim, conforme art. 4º, §1º, do Decreto 7.892, de 2013 (com a redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2014). o órgão poderá dispensar sua divulgação, justificadamente.

207. O órgão assessorado juntou aos autos o resumo da IRP (fl. 163).

208. **Contudo, às fls. 164/165, o assessorado anexou Parecer do ordenador de Despesas no qual justifica a não divulgação da IRP para participação de UGP (Unidade Gestora Participante), o que é permitido pelo art. 4º, §1º, do Decreto 7.892, de 2013. Transcrevemos abaixo um importante trecho:**

> ... a abertura do Processo Administrativo no 64045.013469/2020-27 dar-se-á por ocasião da eventual designação desta Organização Militar pelo Escalão Superior, para fins de execução da obra do aeroporto de Santa Rosa do Purus-AC cuja previsão de início das atividades ocorrerá em outubro do corrente ano.
>
> Ademais, esta Administração por intermédio do Pregão Eletrônico SRP nº 033/2019 - 7º BEC que encontra-se na fase de adjudicação e homologação, respectivamente, estimou um quantitativo que permitirá apenas o início da mobilização prevista para àquela obra. Todavia, os quantitativos sugeridos neste novo certame permitirão atender plenamente ao que se propôs uma obra dessa envergadura segundo o Plano de Trabalho específico disponível na aba do ETP digital nº 3/2020 ora cadastrado no sistema Compras Governamentais.
>
> Destarte, será aberta uma nova Intenção de Registro de Preços (IRP) IRP nº 00031/2020 - 7º BEC para a operacionalidade em tela, porém, não será divulgada para participação de outros órgãos ou entidades interessadas, principalmente, devido a exiguidade de prazo por parte desta Organização Militar para iniciar a mobilização dos equipamentos e materiais a serem empregados na fase inicial.

316

> Nesse contexto, respeitando os princípios constitucionais e básicos ínsitos à Lei de Licitações neste país, reitero, a adoção das medidas retromencionadas satisfeitos os motivos a seguir:
>
> ... esta Organização Militar realizou o Pregão Eletrônico SRP nº 033/2019- 7º BEC cujo objeto é a contratação de serviços de transporte fluvial e aéreo, o qual teve sua abertura em 08 de julho de 2020. Todavia, os quantitativos inicialmente estipulados não atenderiam ao cumprimento total da execução da obra, visto que, necessitavam de uma consolidação de informações cujo planejamento foi realizado ao longo dos meses subsequentes pela Administração.
>
> 2.1. Prosseguindo a abordagem, a possível divulgação da IRP nº 00031/2020- 7º BEC por parte desta Administração culminará com a dilação de prazo, ainda, superior aquele almejado pelo 7º BEC, para a futura abertura do certame, e, sucessivamente, a concretização dos seus atos subsequentes: a adjudicação, a homologação, principalmente, a contratação dos serviços mediante a emissão de empenho, visto que, o prazo para divulgação são de 05 (cinco) dias úteis, e, consequentemente, acudindo interessados prorroga-se por mais 02 (dois) dias úteis para a confirmação da participação perfazendo o total de 07 (sete) dias úteis.
>
> 2.2. Ademais, ocorre que, alguns órgãos e entidades protelam em encaminhar os documentos mínimos que satisfaçam a composição do processo licitatório, tais como: Requisição, Termo de Referência e as pesquisas de Preços, esta última, é agravada a situação quando a aludida Unidade Gestora Participante (UGP) é domiciliada em outro estado da federação e não encaminha a Pesquisa de Preços, visto que, os valores de referência praticados no mercado e informados no referido Termo de Referência são distintos em relação aos informados pelo Órgão Gerenciador (OG) responsável pela promoção da licitação.

209. À fl. 166 dos autos, o órgão consulente anexou documento de Justificativa para a permissão de futura adesão de interessados não participantes à Ata de Registro de Preços.

10.15 Minuta do edital e anexos

210. O art. 21, incisos VIII e IX do Decreto nº 3.555, de 2000 e art. 8º, inc. VII e VIII, do Decreto nº 10.024, de 2019, exigem que o processo licitatório seja instruído com as minutas do edital, termo de contrato ou instrumento equivalente, e, se for o caso, minuta da ata de registro de preços.

211. Tais minutas foram anexadas nos autos da seguinte forma:

- Edital Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020 - fls. 167/192;
- ANEXO I - Termo de Referência - fls. 197/232;
- ADENDO "A" ao Termo de Referência- Estudo Técnico Preliminar - fls. 233/268;
- ADENDO "B" ao Termo De Referência- Gerenciamento de Riscos - fls. 269/271;
- ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços -fls. 272/275;
- ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato - fls. 276/280;
- ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços- fls. 281/282;
- ANEXO V - Minuta da Carta de Apresentação da Proposta de Preços - fl. 283;
- ANEXO VI - Termo de Vistoria (modelo) - fls. 284/285;
- ANEXO VII - Instrumento de Medição do Resultado (IMR) - fls. 286;

11. ANÁLISE DAS MINUTAS

11.1 Considerações Gerais sobre o Edital e Anexos

212. Inicialmente, cumpre destacar que o órgão adotou os modelos elaborados nacionalmente pela AGU, conforme determinado na Instrução Normativa nº 05, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, artigos 29 e 35:

> Art. 29. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência e Projetos Básicos da Advocacia-Geral União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V, bem como os Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.

317

§ 1º Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o **caput**, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.

§ 2º Cumpre ao setor requisitante a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, a quem caberá avaliar a pertinência de modificar ou não os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco, a depender da temporalidade da contratação, observado o disposto no art. 23.

Art. 35. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral União, observado o disposto no Anexo VII, bem como os Cadernos de Logística expedidos por esta Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.

§ 1º Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o **caput**, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.

§ 2º No caso da contratação de prestação de serviços por meio do sistema de credenciamento, deverão ser observadas as diretrizes constantes do item 3 do Anexo VII-B.

213. Todavia, dado o seu caráter genérico, e considerando-se as possíveis peculiaridades de cada objeto, ressaltamos que o gestor responsável deverá tomar as medidas de cautela quanto a eventuais adaptações ou acréscimos que se fizerem necessários nas minutas para a sua adequação ao caso concreto.

214. Além disso, uma vez que os modelos estão sujeitos a um processo dinâmico, o que importa em frequentes aperfeiçoamentos e atualizações, é possível que sejam feitas recomendações de adaptações nas minutas ao tempo de sua análise.

215. Até por isso, o recomendável é sempre a adoção da última versão entre os modelos encartados.

216. Lembramos ainda que nas minutas enviadas a esta CJU deve-se destacar (sublinhar ou negritar) as mudanças promovidas nos referidos documentos e tachar aqueles itens que se pretende excluir. Isso atende à recomendação da Consultoria-Geral da União em seus comentários à IN SEGES/MPDG nº 05/2017:

Art. 35. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral União, observado o disposto no Anexo VII, bem como os Cadernos de Logística expedidos por esta Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.

§ 1º Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o caput, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.

Anotações:

Os modelos são disponibilizados como ponto de partida para a confecção de minutas de editais e anexos, ao mesmo tempo em que contêm referências que orientam a manter a regularidade dos textos finais, a fim de conferir segurança e celeridade da análise jurídica no âmbito das Consultorias.

Contudo, é importante alertar que a correta utilização dos modelos depende da ciência e concordância com os seguintes pressupostos:

a) as notas explicativas são de fundamental importância na compreensão do texto que será produzido e das consequências jurídicas das opções adotadas pelo agente público. Portanto, devem ser lidas atentamente;

b) o esclarecimento de eventuais dúvidas ou questões acerca da abrangência das disposições contidas nos modelos é atribuição das Consultorias Jurídicas que devem ser consultadas não apenas por meio do processo administrativo licitatório, mas também durante os trabalhos de adaptação dos textos à realidade da pretensão administrativa, quando for o caso;

c) as alterações e exclusões das disposições contidas nos modelos originais (as alterações e acréscimos com sublinhas e as exclusões com tachado), bem como a inclusão de novas regras editalícias ou contratuais devem ser devidamente destacadas e formalmente comunicadas, por meio da adequada justificativa, em documento apartado, ao órgão de Consultoria por ocasião da remessa para a análise de que trata o art. 38, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

11.2 Termo de Referência

318

217. O termo de referência é o "*documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares*" (art. 3°, inc. XI, do Decreto n° 10.024, de 2019) que contempla, além do detalhamento do objeto, os requisitos para participação no certame, seu processamento, até final contratação e a execução contratual.

218. Nos termos da IN N° 05, de 2017-MPDG, bem como do Decreto 10.024, de 2019, preliminarmente à elaboração do termo de referência, o órgão deverá observar as etapas relativas ao planejamento da contratação: Estudos Preliminares e Mapa de Riscos (artigo 20 da instrução citada e artigo 14 do Decreto). Tais documentos integrarão o processo administrativo e servirão como base para a elaboração do termo de referência (art. 28 da IN N° 05, de 2017-MPDG). Excetuam-se as contratações de serviços em que o valor se encontre nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei n° 8.666, de 1993 (art. 20, § 2°, "a" da IN N° 05, de 2017).

219. Além disso, devem ser observados os requisitos descritos no art. 3°, inc. XI, alínea a e 14, incs. II, do Decreto n° 10.024, de 2019, além das diretrizes constantes do art. 30 e Anexo V da IN N° 05, de 2017.

220. No caso específico dos autos, o termo de referência foi anexado às fls. 197/232. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, serão apontadas as seguintes orientações:

1. **Na tabela do item 1.1, incluir coluna que contemple o "valor máximo total aceitável".**

2. **Sugerimos ao órgão que preveja no TR uma quantidade mínima de quilos para o transporte fluvial de cargas, evitando que a empresa contratada sofra prejuízos em decorrência do transporte de cargas em valores irrisórios.**

3. **Apesar de o item 13 estar isolado, recomendamos que ele seja considerado o grupo 7. A minuta de Edital padrão da AGU, na terceira redação do item 1.2 proposta, dispõe que "*A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens....*". Ou seja, na elaboração do TR pode-se considerar um grupo formado por apenas um item.**

   De qualquer forma, parece-nos que já foi relatado por alguns servidores de órgãos assessorados que no preenchimento do comprasnet isso não é possível. Caso seja, sugerimos a alteração e, consequentemente, a modificação da redação dos itens 1.2 e 1.3 do Edital.

4. **A justificativa para afastar a exclusividade de participação das ME's e EPP's não precisa constar no TR (itens 1.7 a 1.7.5). Portanto, recomendamos a exclusão dos referidos itens do TR e a sua transferência para um documento em separado no processo.**

5. **Aparentemente, há contradição entre as toneladas indicadas nos itens 5.4.2, 5.4.2.2, 5.12 e 10.1.1. Recomendamos revisão e, se for o caso, correção das redações.**

6. **O item 1.4 afirma que haverá regime de execução por preço global e unitário, quanto o item 8.3 apenas regime por preço unitário. O órgão deve compatibilizar os itens.**

7. **O órgão optou por divulgar os valores máximos aceitáveis na licitação. Assim, deve-se excluir o item 22.4 e manter e preencher os itens 21.4, 21.4.1 e 21.4.2 da minuta padrão. O mesmo se aplica para o tópico 22.**

11.3 Edital

221. Os requisitos e elementos a serem observados na minuta do edital são aqueles previstos no art. art. 14, inc. III e IV, do Decreto n° 10.024, de 2019, no Decreto n° 7892, de 2013, e art. 40 da Lei n° 8.666, de 1993.

222. No presente caso, a minuta do edital consta às fls. 167/192, mas não atende a todas as exigências pertinentes, razão pela qual apontaremos as seguintes observações:

1. **Consertar título do item 18, de acordo como o modelo padrão da AGU.**

2. **Incluir item 21.4.4.1 do modelo padrão da AGU.**

3. **Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:**

g.1) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;g.2) a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993,deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

Portanto, recomendamos que o órgão justifique a opção pelo Regime de Execução adotado.

4. **Excluir os itens 7.14 a 7.17, que se referem ao modo de disputa "aberto e fechado".**

5. **Excluir itens 9.8.7e 9.10.2.3, já que não foi permitida a participação de cooperativas. O mesmo se aplica aos itens 9.12 e seguintes e 9.13 e seguintes.**

6. **Preencher item 9.10.5.3.**

7. **Em virtude da manutenção dos itens 12.2 e subitens da minuta do contrato, manter itens 20.1.1 e 20.1.2.**

8. **Quanto à exigência de atestados (item 9.11.2), fazemos as seguintes considerações:**

Em regra, exigir a comprovação de experiência por meio de atestados em quantidade mínima, máxima ou fixa é considerado ilegal (Acórdãos TCU nºs 244/2003, 584/2004, 170/2007, 1.636/2007, 2.462/2007, 43/2008, 597/2008, 1.949/2008, 1.780/2009, todos do Plenário).

Também é irregular proibir o somatório de atestados (Acórdãos TCU nºs 1.898/2006, 170/2007 e 13.260/2001, todos do Plenário). Entretanto, há situações excepcionais em que o somatório pode ser vedado se a complexidade do objeto não for compatível com essa possibilidade, especialmente quando se deseja aferir a capacidade do licitante em determinadas metodologias e técnicas.

A esse respeito, Marçal Justen Filho (2005) explica didaticamente. É a identidade do objeto licitado que determina a possibilidade ou não do somatório. Uma ponte de mil metros de extensão não é igual a duas pontes de quinhentos metros. A complexidade do objeto é inerente à dimensão quantitativa. Nesses casos, não haveria cabimento em aceitar o somatório de experiências anteriores. A solução depende da natureza do objeto licitado.

Sobre o assunto, conforme Acórdão nº 914/2019-Plenário do Tribunal de Contas da União, é obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Nesse sentido, é consignado no acórdão a seguinte recomendação:

"9.3.2. estabeleça no edital da nova licitação, de forma clara e objetiva, os requisitos de qualificação técnica que deverão ser demonstrados pelos licitantes, os quais deverão estar baseados em estudos técnicos os quais evidenciem que as exigências constituem o mínimo necessário à garantia da regular execução contratual, ponderados seus impactos em relação à competitividade do certame;"

A possibilidade de exigência de período de experiência somente se aplica, a luz do subitem 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, a serviços de caráter continuado, em caráter facultativo, devendo a Administração especificar o número de anos de experiência exigidos.Ainda assim, deve a Administração verificar a necessidade do estabelecimento de tal previsão, considerando, em especial, o tempo esperado de execução contratual. Nesse sentido consigna o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 2870/2018-Plenário, que:

"Por se tratar de exigência de qualificação com potencial de restringir o caráter competitivo do

320

certame e o desenvolvimento do setor em que se insere o objeto da contratação, a experiência anterior em lapso temporal superior ao prazo inicial do contrato deve ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação e na experiência pretérita do órgão contratante, que indiquem ser tal lapso indispensável para assegurar prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão, por força da sua essencialidade, quantitativo, risco, complexidade ou qualquer outra particularidade. Convém, também, que o órgão contratante sopese os reflexos da restrição no desenvolvimento do setor do serviço pretendido.A exemplo de zeladoria, limpeza, conservação e dedetização de grupos sanitários, lavatórios e vestiários, há atividades em relação às quais não me parece que a empresa com 3 anos de experiência tenha melhores condições de execução a contento do que outra que tenha executado quantitativo equivalente em prazo inferior.Nesse sentido, fez bem o MPOG ao prever, no 10.6 do anexo VI da Instrução Normativa 5/2017, possibilidade de a Administração exigir experiência mínima de 3 anos, em vez de determinar, como lhe havia recomendado o TCU. Teria feito ainda melhor se houvesse assinalado que essa possibilidade está restrita aos casos em que as circunstâncias da prestação do serviço a ser contratado assim recomendem.".

Portanto, recomendamos que o órgão mantenha e complete o item 9.11.2.1 do Edital com as características mínimas dos atestados eventualmente exigidos, considerando as diretrizes acima.

11.4 Da Ata de Registro de Preços

223. Os requisitos da minuta da ata de registro de preços estão previstos no Decreto nº 7.892/13, devendo estar em conformidade também com a minuta do edital e do termo de referência.

224. No presente caso, verifica-se que a minuta consta às fls. 272/275. Apenas recomendamos o seguinte:

1. **Incluir item 8.3.2 da minuta padrão.**

225. Convém informar que o órgão optou por permitir a adesão à Ata de Registro de Preços, justificando a sua decisão por meio do documento acostado à fl. 166 dos autos.

11.5 Termo de contrato ou instrumento substitutivo

226. No caso vertente, a autoridade assessorada irá formalizar instrumento contratual, como podemos perceber da minuta de fls. 276/280. Não há recomendações a serem feitas.

12. CONCLUSÃO

227. **Em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela VIABILIDADE JURÍDICA da presente licitação, caso cumpridas as recomendações deste parecer, em especial aquelas elencadas nos parágrafos sublinhados e negritados.**

228. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei 9.784, de 1999), será possível dar-se o prosseguimento do processo, nos seus demais termos, sem nova manifestação da CJU.

229. Além disso, por força da recente alteração legislativa no tema, está a autoridade assessorada obrigada a observar a regra de que "A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta", nos termos do artigo 20, parágrafo único, do Decreto-lei nº 4.657, de 1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro -, na redação que lhe conferiu a Lei nº 13.655, de 2018.

230. Ressalta-se que a presente manifestação se limita à análise jurídica da fase interna do processo licitatório, recomendando-se, em sua fase externa, o atendimento integral ao Edital e às Leis que regem a matéria.

231. Por fim, tem-se por tempestivo o presente parecer.

Rio Branco, 12 de agosto de 2020.

R 321

FELIPE DE ANDRADE SÁ
ADVOGADO DA UNIÃO
Coordenador da Consultoria Jurídica da União no Estado do Acre (em substituição)
(Portaria nº 404, de 2 de agosto de 2019)

RAYRA TORQUATO DE LIMA
ESTAGIÁRIA DE DIREITO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64045013469202027 e da chave de acesso 4df906ac

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

DIEx nº 2357 – SALC/7 BEC
NUP: 64045.013937/2020-63

Rio Branco, AC, 15 de agosto de 2020.

Do Chefe da SALC
Ao Sr Ch 4ª Seção

Assunto: Abertura de processo licitatório para contratação de serviço de transporte fluvial e aéreo.
Anexo: Parecer nº 00197/2020/FAS/CJU-AC/CGU/AGU, de 12 de agosto de 2020.

1. Acerca do assunto, solicito-vos a possibilidade de sanar os eventuais questionamentos citados no parecer anexo ratificando e/ou retificando no que couber.

2. Em cumprimento ao Parecer referenciado, solicito-vos a adoção de medidas necessárias a instruir e/ou complementar o referido processo para contratação, particularmente, o que concerne o item nº 227 do tópico 12 – CONCLUSÃO:

- itens: nº 22, 26 ao 29, 52, 48, 55, 56, 102, 144, 158, 159, 166, 167, 177, 194 e 220.

3. Por fim, aguardo a resposta com oportunidade, para que seja dada continuidade no processo de aquisição em tela. Portanto, indico o 1º Sgt Albuquerque (Auxiliar da SALC) para dirimir quaisquer dúvidas acerca dos itens em tela.

JOSÉ ROCHA MATOS JÚNIOR – Cap
Chefe da SALC do 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

CERTIDÃO DE SANEABILIDADE

1. Ante as observações realizadas no documento Parecer nº. 00197/2020/FAS/CJU-AC/CGU/AGU, de 12 de agosto de 2020, referente ao Processo Administrativo nº 60045.013469/2020-27 – Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020 – 7º BEC, foram atendidas e/ou justificadas as recomendações por parte deste Setor Requisitante como segue:

Nº de Ordem	Referência	Posicionamento do Setor Requisitante
1	Referente ao item nº 22	Não acolhida a recomendação. Informo-vos que, o objeto da licitação constitui atividade de custeio segundo consta o inciso II, do art. 3º, da Portaria MOG nº 249, de 13 de junho de 2012, particularmente, no que tange ao assunto *transporte*, a saber: *"Art. 3º - Para fins de aplicação do art. 2º do Decreto nº 7.689, de 2012, as contratações relativas a atividades de custeio devem ser entendidas como aquelas contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apóiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:* *I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;* *II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, **transportes**, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações, conforme disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;" (grifo nosso)*
2	Referente ao item nº 26	Acolhida a recomendação. O Setor Requisitante fez constar no item 1.12 do Termo de Referência que inexistem Decretos ou outro(s) normativo(s) relativo(s) a "limites, contingenciamento orçamentário" ou a "restrição ao empenho de verbas (como por exemplo, Decreto nº 9.711, de 2019 e alterações ou das Leis nº 13.707 de 14/08/2018 – LDO 2019, e 13.808 de 15/01/2019 – Lei Orçamentária Anual e a Portaria

		nº 17, de 2018, por exemplo), com efeitos aplicáveis ao caso concreto.
3	Referente ao item nº 27	Acolhida a recomendação. O Objeto não se enquadra na Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, sendo comunicado pelo Setor Requisitante que inexistem determinações similares supervenientes previstas pela Portaria nº 179 de 22/04/2019 do MPDG.
4	Referente ao item nº 28	Acolhida a recomendação. O questionamento foi justificado na resposta ao item nº 22. Ademais, o *serviço de transporte aéreo* inclui-se dentre aquelas contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apóiam o desempenho de suas atividades institucionais, haja vista que não possuem em seu patrimônio a disponibilidade de aeronaves tampouco dispõem de tripulação que atenda aos translados aéreos necessários ao cumprimento das missões a seu cargo.
5	Referente aos item nº 29	Acolhida a recomendação. o Setor Requisitante mantém o posicionamento em enquadrar o serviço objeto da licitação como sendo atividade de custeio, em face do *amplo* entendimento de que o rol das atividades ora enquadradas nos incisos I ao VI, do art. 3º, da Portaria MOG nº 249, de 13 de junho de 2012, são *taxativas* ao invés de *exaustivas*. Outrossim, foi substituído o texto no subitem 1.6 do Termo de Referência onde lê-se: "... Decreto nº 7.689/2012.."; leia-se: "... Decreto nº 10.193, de 2019...".
6	Referente aos item nº 48	Acolhida a recomendação. Informo-vos que, o Setor Requisitante elaborou e apresentou o ETP da Ata de Registro de Preços, conforme recomendado no Parecer e previsto no art. 24, § 5º da IN Nº 05, de 2017.
7	Referente ao item nº 52	Acolhida a recomendação. Informo-vos que, todos os itens obrigatórios no ETP foram contemplados, não necessitando justificativa para a dispensa.
8	Referente ao item nº 55	Acolhida a recomendação. Informo-vos que, a Administração (7º BEC) manifestou-se acerca do Plano Anual de Contratações apresentando nos autos (págs. 11 ao 12) documento o qual é tácito de que não há a obrigatoriedade para o Comando do Exército aplicar as prescrições contidas citada IN, uma vez que é facultada a utilização do Plano Anual de Contratações (PAC) de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como o Sistema de Planejamento e

		Gerenciamento de Contratações (SPGC).
9	Referente ao item nº 56	Acolhida a recomendação. Informo-vos que, o Setor Requisitante elaborou e apresentou o ETP especifico da Ata de Registro de Preços, conforme recomendado no Parecer e previsto no art. 24, § 5º da IN Nº 05, de 2017.
10	Referente ao item nº 102	Acolhida a recomendação. Foi justificado no subitem 1.11 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) tal informação. Logo, dispensa a referida análise até mesmo porque no item 114 do Parecer cita o cumprimento da informação em tela.
11	Referente ao item nº 144	Acolhida a recomendação. Informo-vos que, o Plano de Trabalho citado no item 2.3.1 do Estudo Técnico Preliminar foi postado como anexo no site: www.comprasgovernamentais.gov.br ora disponível para eventual consulta aos interessados (vide pág. 36 do ETP Digital – Anexo III – PTRAB_SANTA_ROSA_DO_PURUS). Outrossim, quanto ao objeto de contratação de serviço de transporte os quantitativos foram baseados nas necessidades de transporte de pessoal, peças pequenas e insumos alimentícios perecíveis, não podendo ser estimado com precisão por meio de ferramentas, como por exemplo: Compor 90, sendo, portanto, um dado variável de acordo com a demanda e a sazonalidade da obra que varia entre o verão e inverno amazônico.
12	Referente ao item nº 158	Acolhida a recomendação. Informo-vos que, este Setor Requisitante procedeu a pesquisa de mercado para a obtenção de 03 (três) orçamentos (Acórdão nº 980/2005, nº 3.219/2010, ambos do Plenário, e nº 7.821/2010-1ª Câmara do TCU), e, sucessivamente, ser juntada aos autos do processo da licitação, porém, não foram obtidas 03 (três) pesquisas de preços no mercado local, devido à escassez de fornecedores dos serviços na região e a dificuldade de acesso à localidade onde será executado o serviço objeto da licitação. Insta, ainda, ressaltar que, a consulta se deu nos moldes do Termo de Referência, considerando exatamente as especificações do objeto, a fim de preservar a fidelidade dos preços pesquisados em relação à aquisição almejada, todavia, as informações obtidas nem sempre traduzem as mesmas daquela pertinente ao caso concreto.

326

13	Referente ao item nº 159	Acolhida a recomendação. Informo-vos que, os preços conforme o Relatório de Pesquisa de Preços constante nos autos contempla, no mínimo, 03 (três) preços existentes em ata de registro de preços consultado no sítio eletrônico Painel de Preços conforme IN nº 03, de 20 de abril de 2017, a fim de atender ao previsto na legislação vigente.
14	Referente ao item nº 166	Acolhida a recomendação. Informo-vos que, conforme verificado por este Setor Requisitante, não houve disparidades entre os preços encontrados no Painel de Preços e os preços obtidos juntos ao fornecedor local, uma vez que a localidade é de difícil acesso e sofre com intempéries do clima amazônico e períodos de chuvas e estiagem que influenciam na execução direta do serviço.
15	Referente ao item nº 167	Acolhida a recomendação. Informo-vos que, conforme verificado por este Setor Requisitante não houve disparidades entre os preços encontrados no Painel de Preços e os preços obtidos juntos ao fornecedor local, uma vez que, a localidade é de difícil acesso e sofre com a incidência das intempéries do clima amazônico, ou ainda, a severa estiagem que atua diretamente na execução do serviço de transporte fluvial com eventual encalhamento de embarcações. Todavia a adoção das cautelas acima elencadas aplicáveis à cotação, e, consequentemente, aprovado pelo Ordenador de Despesas substituto ao final no Relatório da Pesquisa de Preços de aquisição de insumos asfálticos (Pags. 116 e 117 dos autos).
16	Referente ao item nº 177	Acolhida a recomendação. Informo-vos que, este Setor Requisitante realizou uma análise crítica dos preços obtidos na pesquisa, por meio de manifestação formal, com desconsideração dos preços inexequíveis, se for o caso ou excessivamente elevados em razão da eventual existência de grande variação entre os valores apresentados (art. 2º, §§ 1º ao 6º da IN 5, de 2014).
17	Referente ao item nº 194	Acolhida a recomendação. O Setor Requisitante realizará as seguintes providências no Termo de Referência: a) retificar, se for o caso o subitem 22.1 do item **23 - ESTIMATIVA DE PRECOS E PRECOS REFERENCIAIS** no TR para 23.1; b) alterar o teor: *"O custo estimado da contratação será*

		tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances." para *"O custo estimado da contratação é de R$..."* .
18	Referente ao item nº 220 (itens nº 1 ao 7)	Acolhida a recomendação. O Setor Requisitante analisou as informações e realizou as alterações no Termo de Referência no que couber. ***Item 1 – acolhida a recomendação. Foi acrescentado no TR mais 01 (uma) coluna contendo o valor máximo total aceitável;o*** ***Item 2 – acolhida a recomendação. Foi acrescentado no mais 01 (uma) coluna contendo a quantidade mínima de quilos a ser transportado;*** ***Item 3 – acolhida a recomendação. Infelizmente, tal adoção não será possível devido às restrições impostas pelo sistema SIASG (módulo IRP), o qual tão somente permite formar 01 (um) grupo com a quantidade de 02 (dois) ou mais itens ao invés de 01 (um) único item isolado;*** ***Item 4 – acolhida a recomendação. Serão excluídos do TR os subitens 1.7 ao 1.7.5;*** ***Item 5 – acolhida a recomendação. Verificou-se a eventual possibilidade de contradição entre as toneladas indicadas nos itens 5.4.2, 5.4.2.2, 5.12 e 10.1.1. Recomendamos revisão e, se for o caso, correção das redações;*** ***Item 6 – acolhida a recomendação. Será verificada a informação e caso seja necessário ajustado o item 1.4, o qual afirma que haverá regime de execução por preço global e unitário, enquanto que, o item 8.3 apenas regime por preço unitário. O órgão deve compatibilizar os itens;*** ***Item 7 – acolhida a recomendação. Será excluído o item 22.4, bem como será mantido e preenchido os itens 21.4, 21.4.1 e 21.4.2 da minuta padrão. O mesmo se aplica para o tópico 22.***

2. A seu turno, informo-vos que, no sistema CATMAT e CATSER quando do lançamento da Intenção de Registro de Preços – IRP há alguns óbices quanto a descrição da unidade de fornecimento do material ou serviço, e, sucessivamente, a Administração em suas buscas no sistema acaba por optar por um código que mais se aproxime da aludida descrição quer seja para material ou serviço.

3. Ocorre que, para o(s) serviço(s) o(s) código(s) disponibilizado(s) para o CATSER possuem estreita ligação com a Natureza da Despesa (ND) e influenciam diretamente na futura emissão de empenho, ou seja, na prática por vezes o que mais interessa a Administração não é a especificação do objeto *ipsis litteris*, mas as ND diversificadas que permitirão a possibilidade de empenho nas mais diversas descentralizações de recursos, como neste caso concreto a saber:

a) CATSER 00000318-2 (transporte marítimo e fluvial de pessoal / carga) – ND: 339039/74; 339093/05; 339036/39; 449039/74 e 339033/09; e

b) CATSER 00000317-4 (transporte aéreo por helicóptero / avião) – ND: 339092/39; 339039/74 e 449039/74.

4. Outrossim, embora possa não parecer ser relevante a questão do maior número de ND possível para a escolha do código CATSER no(s) caso(s) em que, porventura, apenas haja 01 (um) único código e respectiva ND estará impossibilitado de emitir empenho para quaisquer outras ND's que não estejam antecipadamente associadas ao código inicialmente escolhido, e, sucessivamente, restará comprovada a impossibilidade de contratar ou até mesmo tornar "**nulo**" todo um trabalho realizado pela Administração que com solicitando assessoramento ao Ministério da Economia poderá ser solucionado. Daí, a importância das informações ora registradas neste documento.

5. Não obstante, ainda, neste caso concreto, as unidades de serviço estipuladas no Termo de Referência divergem daquelas registradas no sistema. Todavia, ao final da descrição de cada serviço dentre os 13 (treze) ora constantes no subitem 1.1 do documento foi acrescentado no sistema a exposição de que para fins de contratação daquela(s) serviço(s) serão consideradas as unidades estipuladas no TR ao invés daquelas definidas pelo sistema e respectivos códigos CATSER, a saber:

Grupo	Item	Código CATSER	Unidade de Fornecimento Prevista no Sistema	Unidade de Fornecimento Prevista no Termo de Referência (TR)
01	01	318-2	Unidade	Quilograma (Kg)
	02			
02	03	317-4		Horas de Vôo
	04			Pernoite
03	05	317-4		Horas de Vôo
	06			Pernoite
04	07	317-4		Horas de Vôo
	08			Pernoite

05	09	317-4		Horas de Vôo
	10			Pernoite
06	11	317-4		Horas de Vôo
	12			Pernoite
-	13	318-2		Pessoa

6. Portanto, considerar-se-á para todos os efeitos legais não as unidades de fornecimento originais associadas aos códigos do CATSER 318-2 e 317-4, que em tese quando da emissão de empenho constarão detalhadas no documento, mas àquelas constante no TR (Anexo I do Edital), visto que, tal óbice não possui até a presenta data, possibilidade de ser solucionado, ainda, que alheio a vontade desta Administração e respectivo gestor.

Rio Branco, AC, 17 de agosto de 2020.

FERNANDO JERONIMO DO NASCIMENTO - 2° Ten
Comandante da Companhia de Engenharia de Equipamento e Manutenção

Estudo Técnico Preliminar Ata de Registro de Preço

1. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Quanto à classificação dos serviços:

1.1.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, do § 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555, de 2000, e c/c art. 4º do Decreto 5.450, de 2005;

1.1.2. Enquadram-se, também, nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos; e

1.1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Outrossim, devido à especificidade do serviço a ser prestado tendo como base a logística que envolve uma obra dessa envergadura e as condições climáticas desfavoráveis da região amazônica classifica-se como ***serviço de natureza continuada,*** visto que, por motivos alheios a vontade da Administração, tais como: dificuldade de navegação proporcionada por seca, ou ainda, intrafegabilidade de aeronaves devido ao excesso de chuvas no período, *consideravelmente*, esses fatores ocasionarão prováveis ajustes no cronograma de obras, e, sucessivamente, por tabela os contratos vigentes.

1.2. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

1.2.1. Para os serviços de transportes fluviais e aéreos de pessoal e carga.

1.2.1.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para

assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho;

1.2.1.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes;

1.2.1.3. A solicitação dos serviços será de inteira responsabilidade e iniciativa do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, cabendo-lhe todos os atos da administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de nota de empenho;

1.2.1.4. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário;

1.2.1.5. A Contratada, após a solicitação de serviços, terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias** para início da 1ª prestação dos serviços, a fim de possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato;

1.2.1.6. Os materiais e os passageiros deverão ser transportados da seguinte maneira:

1.2.1.6.1. Os equipamentos, viaturas, insumos e outros materiais pesados deverão ser transportados por balsas ou batelão de capacidade mínima de transporte de 12 toneladas;

1.2.1.6.2. Os equipamentos leves, insumos e outros materiais mais leves poderão ser transportados por rabetão, lanchas ou voadeiras; e

1.2.1.6.3. Os passageiros deverão ser transportados preferencialmente em lanchas, rabetão ou voadeiras e, em último caso, com a devida autorização da Contratante, os passageiros poderão ser transportados por balsas ou batelão.

1.2.1.7. Os materiais devem ser acompanhados de uma via do documento de comprovação do embarque efetuado na empresa de transporte que deve conter a quantidade de volumes e o peso do material aferido por essa;

1.2.1.8. Os **materiais deverão ser entregues** na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC e /ou Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC, **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela empresa Contratada em Santa Rosa do Purus/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do do 7 BEC;

1.2.1.8.1. O licitante vencedor será o responsável por todas as entregas de material no trajeto previsto no item;

1.2.1.8.2. Ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

1.2.1.9. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas nos trajetos especificados no Termo de Referência, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

1.2.1.10. As despesas com seguros, embalagens, ADEME (adicional de emergência), descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da empresa Contratada.

1.2.1.10.1. As lanchas, batelão, rabetão, voadeiras ou balsas deverão:

1.2.1.10.1.1. Possuir todos os itens de segurança obrigatórios para embarcações;

1.2.1.10.1.2. Estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento;

1.2.1.10.1.3. Estarem abastecidos e limpos interna e externamente;

1.2.1.10.1.4. Estarem com toda documentação em perfeita ordem;

1.2.1.10.1.5. Possuir caixa de ferramentas de pequenos reparos, no caso de ocorrências eventuais;

1.2.1.10.1.6. Estar com o seguro obrigatório e documentação em dia; e

1.2.1.10.1.7. Ser substituído, imediatamente, por uma embarcação similar em caso de qualquer embarcação ter necessidade de ser recolhida para conserto e /ou manutenção.

1.2.1.11. As embarcações deverão ser apresentados em perfeitas condições de uso, devidamente limpos e de acordo com as especificações do objeto, mediante solicitação do 7 Batalhão de Engenharia de Construção, sendo acionados junto à(s) licitante(s) vencedora(s) no prazo de **48 (quarenta e oito)** horas de antecedência;

1.2.1.12. Os serviços serão solicitados por requisição de embarcações, emitida pelo 7 Batalhão de Engenharia de Construção, especificando os dados necessários e a licitante vencedora terá que disponibilizar a embarcação no horário e local estipulado. As despesas com abastecimentos serão de responsabilidade da licitante vencedora.

1.2.1.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) indicar ao menos o nome de um funcionário (com o número de telefone para contato), responsável pelo atendimento das demandas ocorridas dentro ou fora do horário comercial (plantão);

1.2.1.14. Em caso de avaria de qualquer natureza, pane mecânica/elétrica, acidente, ou fatos supervenientes durante a execução dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora (s) deverá(ao) substituir a embarcação avariado/acidentado por uma embarcação do mesmo tipo ou efetuar os devidos reparos no menor tempo possível;

1.2.1.15. Todas as despesas de locomoção das embarcações até o início de cada locação deverão correr por conta da licitante vencedora;

1.2.1.16. Durante a realização dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter seus empregados uniformizados, portando crachás, visando sua imediata identificação, bem como em perfeitas condições de apresentação e asseio. Os

funcionários da(s) licitante(s) vencedora(s) deverão tratar com urbanidade todos os militares e demais colaboradores que participarem dos transportes;

1.2.1.17. É terminantemente proibido ao piloto da embarcação, o uso de cigarros, charutos e cachimbos nas embarcações, bem como ingerir bebidas alcoólicas, ou transportá-las, quando em serviço;

1.2.1.18. O piloto da embarcação, quando em serviço, deverá estar provido de numerário suficiente para arcar com eventuais despesas pessoais, estacionamento, pedágio, diária, alimentação, bem como manutenção da embarcação;

1.2.1.19. Na proposta, deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, incluindo combustíveis, pedágios, alimentação e estada dos pilotos da embarcação, bem como todos os impostos, seguros obrigatórios e encargos trabalhistas e previdenciários;

1.2.1.20. O pagamento de multas aplicadas em decorrência de infrações correlatas a má condução da embarcação será de responsabilidade da contratada.

1.2.1.21. A licitante vencedora deverá garantir socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com a embarcação em viagem, fazendo a devida substituição da embarcação contratada, por outra que atenda as especificações, em situações em que a mesma não estiver em condições de trafegar;

1.2.1.22. Responderá a contratada pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às máquinas, equipamentos e demais bens das Unidades participantes do pregão, durante a prestação dos serviços, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que será expressamente combinado pela Contratante;

1.2.1.23. Responderá a Contratada por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço;

1.2.1.24. Licenças, guias de transporte e autorizações, que regulamentam as viagens das embarcações, junto aos órgãos competentes (tais como: Marinha do Brasil, Capitania dos Portos e ANTAQ), são de inteira responsabilidade da Contratada;

1.2.1.25. As despesas com alimentação e hospedagem do piloto da embarcação será de responsabilidade da Contratada;

1.2.1.26. As embarcações deverão estar seguradas com cobertura dos materiais, ou seja, **valor da carga segurada**, em consequência de acidente envolvendo a embarcação locada, considerando-se como passageiros todos os que estiverem sendo transportados, inclusive o piloto da embarcação, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira na ocorrência de qualquer acidente;

1.2.1.27. A documentação da embarcação e do piloto da embarcação empregado na locação deverá estar atualizada junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, arcando com as despesas relativas à circulação de embarcação em todo território nacional;

1.2.1.28. Todas as responsabilidades de tráfego (tais como multas, pedágios, impostos, taxas etc) deverão correr por conta da licitante vencedora;

1.2.1.29. A embarcação deverá ter cobertura total em caso de colisão, incêndio, roubo, furto (inclusive de acessórios da embarcação) e perda total da mesma, sendo obrigatória à apresentação do Boletim de Ocorrência Policial nos casos de acidentes que envolvam terceiros, furto ou roubo e seus acessórios;

1.2.1.30. A(s) embarcação(ões) locada(s) deverá(ão) ser substituída(s) em casos de furto ou roubo, defeito ou necessidade de manutenção, por outra em perfeitas condições de uso em até **48 (quarenta e oito)** horas;

1.2.1.31. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços a serem executados. Cabe ressaltar que, o acesso à rampa em Manoel Urbano/AC e em Santa Rosa do Purus/AC somente é feito pelo Rio Purus, para fins de embarque e desembarque da balsa transportando as viaturas, equipamentos e insumos. Nesse caso, há a necessidade que os rios estejam com volume elevado, ou seja, no período de "inverno amazônico", compreendido entre os meses de novembro a abril para o transporte de maior carga.

1.2.1.32. O transporte aéreo de pessoal com bagagem de mão até 10Kg deverá ser realizado por aeronave com capacidade mínima de carga de 450 Kg, saindo do aeroporto de Rio Branco/AC ao município de Santa Rosa do Purus/AC, onde será recebido por um militar do 7º Batalhão de Engenharia de Construção;

1.2.1.32.1. A Contratada para fins de atendimento ao serviço de transporte aéreo de pessoal deverá orçar em sua proposta de preços .

aeronave(s) do(s) tipo(s) monomotor, bimotor, turboélice com a(s) quantidade(s) mínima(s) de 5 (cinco) e máxima(s) de 15 e/ou 18 passageiros; capacidade máxima de carga de 5.500 Kg; a aeronave deve possuir os materiais de segurança obrigatórios previstos segundo as normas vigentes pelos respectivos órgãos de controle, tais como: ANAC e INFRAERO.

1.2.1.33. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas no trajeto (Rio Branco/AC x Santa Rosa do Purus/AC) e vice-versa, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;
1.2.1.34. Os serviços dos itens 3 ao 12 deste termo será entregue na pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC, No trajeto contrário, a entrega do serviço será no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC – Plácido de Castro;
1.2.1.35. O pessoal a ser transportado trata-se de militares e servidores civis do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, ou ainda, algum outro militar ou civil com missão específica que tenha relação com o Exército Brasileiro;
1.2.1.36. São de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas com funcionários e seus equipamentos para transporte de cargas, encomendas e pessoal.

1.3. A empresa Contratada deverá seguir as normas ambientais vigentes para a plena execução do serviço durante todas as suas fases. A(s) empresa(s) contratada(s) de transporte aquaviário (fluvial) de pessoal e de carga deverá(ão) cumprir todos as Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

1.4. Todavia, segundo a análise da equipe de Planejamento da Contratação as nuâncias anteriormente observadas, não serão ainda mais prejudicadas, por desarrazoável exigência no instrumento convocatório e seus anexos, os quais venham frustra o caráter competitivo da licitação.

1.5. Assim sendo, às exigências assinaladas são indispensáveis para uma contratação eficiente, sendo, portanto, consideradas flexíveis e necessários tais requisitos.

2. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

2.1. O quantitativo dos serviços a serem contratados foram estimados pela Seção Técnica em conjunto com a 4ª Seção (Seção Logística) do Batalhão, para a realização da obras de recuperação da pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC,

visando atender a logística de transporte, até a pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC, local onde será executado a obra, de um efetivo estimado de 80 (oitenta) a 150 (cento e cinquenta) servidores militares, assim como uma quantidade, em quilogramas, de insumos, equipamentos e viaturas, que lá serão empregados, conforme tabelas abaixo:

Serviço de manutenção e recuperação da pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC.

A descrição do objeto assegura que as especificações correspondem aquelas essenciais à Administração, baseadas na experiência da contratação feita pelo 7º BEC.

PESSOAL			
Pessoal	**Quantidade**	**Peso (kg)**	**PesoTotal (kg)**
Militares 7º BEC	[redacted]	[redacted]	[redacted]

Total Pessoal (Kg)			1[redacted]
INSUMOS			
Insumo	**Unidade**	**Quantidade**	**Peso total (kg)**
CIMENTO PORTLAND CP II - 32 A GRANEL	KG	[redacted]	
BRITA 1	M³		
CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG		
BRITA 2	M³		
DIESEL	L		
AREIA MÉDIA	M³		
ADITIVO DE CURA PARA CONCRETO	KG		
TINTA REFLETIVA ACRÍLICA	L		
ADITIVO PLASTIFICANTE E RETARDADOR TIPO PLASTIMENT OU	KG		
SELANTE ELÁSTICO À BASE DE POLIURETANO E ASFALTO, TIPO VEDAFLEX 45 OU SIMILAR	KG		
ADESIVO FIXADOR PARA HIDROSSEMEADURA - GOMA XANTANA	KG		
MATERIAL FORMADOR DA CAMADA PROTETORA DE HIDROSSEMEADURA	KG		

ENGENHARIA
Fl. 339

SEMENTES PARA HIDROSSEMEADURA	KG	[redacted]
DISCO DIAMANTADO - D = 350 MM	UN	
AÇO CA 60	KG	
TUBO DE CONCRETO ARMADO CA 3 - D = 1,00 M	M	
BRITA 0	M³	
ARAME FARPADO GALVANIZADO 16 BWG	M	
GASOLINA	L	
MICROESFERAS DE VIDRO REFLETIVA TIPO II-A	KG	
TÁBUA DE PINHO DE TERCEIRA - E = 2,5 CM	M³	
AREIA MÉDIA LAVADA	M³	
ADITIVO INCORPORADOR DE AR TIPO CEMIX-AIR OU SIMILAR	KG	
MICROESFERAS DE VIDRO REFLETIVA TIPO I-B	KG	
ADUBO POTÁSSIO	KG	
TINTA PARA PRÉ-MARCAÇÃO	L	
ADUBO ORGÂNICO	KG	

CORDÃO DE POLIETILENO EXPANDIDO	M	[redacted]	
ADUBO NPK	KG		
PÓ CALCÁRIO	KG		
ARGAMASSA ASFÁLTICA	KG		
SOLVENTE PARA TINTA À BASE DE RESINA ACRÍLICA	L		
TÁBUA DE 2,5 X 10 CM	M³		
PEDRA DE MÃO	M³		
ENXOFRE	KG		
ADUBO FÓSFORO (30%)	KG		
ARAME LISO GALVANIZADO 14 BWG	KG		
PREGO DE FERRO	KG		
ARAME RECOZIDO 18 BWG	KG		
DESMOLDANTE PARA FORMAS	L		
ASFALTO DILUÍDO CM 30	T		
LONA PLÁSTICA DE 200 MICRAS DE ESPESSURA	M²		
AÇO CA 50	KG		

FL. 341

AÇO CA 25	KG	[redacted]	[redacted]
Outros insumos	A ser defini	A ser definido.	A ser definido.
[redacted]			[redacted]

EQP/VTR/FERRAMENTAL

Equipamento	Quantidade	Peso (kg)	Peso total (kg)
ENTRAL DE CONCRETO COM CAPACIDADE DE 30 M³/ H - DOSADORA E MISTURADORA	1	[redacted]	
CARREGADEIRA DE PNEUS COM CAPACIDADE DE 3,3 M³ - 213 KW	3		
RETROESCAVADEIRA DE PNEUS - 58 KW	2		
ROLO COMPACTADOR DE PNEUS AUTOPROPELIDO DE 27 T - 85 KW	1		
ROLO COMPACTADOR LISO AUTOPROPELIDO VIBRATÓRIO DE 11 T - 97 KW	1		
ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO DE 11,6 T - 82 KW	4		
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA COM			

A 342

CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 1,5 M³ - 110 KW	2	[redacted]	
MOTONIVELADORA - 93 KW	2		
TRATOR DE ESTEIRAS COM LÂMINA - 259 KW	1		
TANQUE DE ESTOCAGEM DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 30.000 L	1		
TRATOR AGRÍCOLA - 77 KW	4		
EMPILHADEIRA	3		
DISCOS REBOCÁVEL DE 24"	4		
VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL	1		
PERFURADOR DE SOLO PARA TRATOR	1		
DEMARCADOR DE FAIXAS COM SISTEMA DE PINTURA A FRIO - 28 KW/115 KW	1		
COMPACTADOR MANUAL COM SOQUETE VIBRATÓRIO - 4,1 KW	2		
COMPRESSOR DE AR PORTÁTIL DE 197 PCM - 55 KW	1		
RÉGUA VIBRATÓRIA	3		

343

BETONEIRA COM MOTOR A GASOLINA COM CAPACIDADE DE 600 L - 10 KW	2	[redacted]	
BOMBA COSTAL	2		
MÁQUINA DE CORTE	2		
GRUPO GERADOR - 100/110 KVA	3		
GRUPO GERADOR - 13/14 KVA	2		
EQUIPAMENTO FORMA-TRILHO - 13,4 KW	1		
SERRA CIRCULAR COM BANCADA - D = 30 CM - 4 KW	2		
TRANSPORTADOR MANUAL GERICA COM CAPACIDADE DE 180 L	10		
TRANSPORTADOR MANUAL CARRINHO DE MÃO COM CAPACIDADE DE 80 L	40		
TALHA MANUAL COM CAPACIDADE DE 3 T	2		
FORMAS METÁLICAS (TRILHO)	1		
VIBRADOR DE IMERSÃO	3		
CAMINHÃO TANQUE DISTRIBUIDOR DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 6.000 L - 7 KW/136 KW	1		

CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 14 M³ - 188 KW	6	[redacted]
CAMINHÃO BETONEIRA	3	
CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE DE 8.000 L - 136 KW	2	
CAMINHÃO CARROCERIA COM CAPACIDADE DE 15 T - 188 KW	3	
CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO COM CAPACIDADE DE 20 T.M - 136 KW	1	
CAMINHÃO LUBRIFICANTE	1	
CAMINHÃO OFICINA	1	
CAMINHÃO PARA HIDROSSEMEADURA COM CAPACIDADE DE 7.000 L - 25 KW/136 KW	1	
CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE DE 10.000 L - 188 KW	1	
AUTOBETONEIRA	1	
Carro tipo pick-up	3	
Ambulancia	1	
Van	1	
Carro tipo pick-up	3	

ENGENHARIA
Fl. 344

Total Eqp + Ferramentas (kg)	[redacted]
Total RBR/SRP (kg)	
Total SRP/RBR (kg)	

3. Levantamento de Mercado

3.1. As soluções de mercado que atendam aos requisitos especificados são quase que insuficientes, principalmente, devido a limitação de mercado ou manifesto desinteresse das empresas do ramo local, no entanto, conforme pesquisa no site: (http://www.comprasgovernamentais.gov.br), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, através do Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores, foram localizadas 5 (cinco) empresas cadastradas no SICAF e que são do Estado do Acre, embora não tenhamos conhecimento quanto a capacidade técnica para a execução do serviço pleiteado. São elas:

Fl. 346

Produto(s) / Serviço(	Fornecedor(es) do Ramo no Estado do Acre	Observação
Transporte Marítimo e Fluvial de Pessoal e Carga	Nome/Razão Social: A. N. P. Neto – CNPJ: 11.654.724/0001-75.	Cruzeiro do Sul, AC.
	Nome/Razão Social: Flora Construções e Transportes Ltda – CNPJ: 10.723.841/0001-80	Marechal Thaumaturgo, AC.
	Nome/Razão Social: Construmatos Construções e Terraplenagem Ltda – CNPJ: 13.212.587 /0001-44	Rio Branco, AC.
	Nome/Razão Social: E. Lima do Nascimento – CNPJ: 04.808.455/0001-99	Rio Branco, AC.
	Nome/Razão Social: J. L. F. Da Silva – CNPJ: 07.278.888/0001-78.	Rio Branco, AC.
Transporte Aéreo de Pessoal e Carga	Nome/Razão Social:RIO BRANCO AEROTAXI LTDA – CNPJ: 84.316.421/0001-16	Rio Branco, AC.
	Nome/Razão Social:Ortiz Taxi Aereo LTDA – CNPJ:	Rio Branco, AC.

4. Estimativa do Valor da Contratação

4.1.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Unitário Máximo Aceitável OU Valor de Referência	r Global Máximo

1	1	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento,	Kg	[redacted]	[redacted]	[redacted]

Fl. 347

348

		de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo de Manoel Urbano- AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC.				
	2	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo Santa Rosa	Kg	[redacted]	[redacted]	[redacted]

FL. 349

2	03	Serviço de transporte em aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar. Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1.5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h. com autonomia de 06 H de vôo; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações: e homologação na categoria TPX e para Transporte de cargas.	Horas de Vôo	[redacted]	[redacted]	[redacted]
	[redacted] 4	Pernoite da aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar. Capacidade - 09 (nove) passageiros e [redacted] ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km /h. com autonomia de 06 H de vôo. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Pernoi [redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]
		Serviço de transporte em aeronave Bimotor:				

3	05	Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações;	Horas de Vôo	[redacted]	[redacted]	[redacted]	
	06	PERNOITE da **Aeronave Bimotor:** Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por	Pernoite	[redacted]	[redacted]	[redacted]	

		Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC				
4	07	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor Turboélice: Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas	Horas de Vôo	[redacted]	[redacted]	[redacted]
		PERNOITE da **Aeronave Bimotor Turboélice:** Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km				

	08	Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações;	Pernoite	[redacted]	[redacted]	[redacted]
5	09	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h [redacted] sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e	Horas de Vôo	[redacted]	[redacted]	[redacted]

353

		PERNOITE da Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h	Pernoite		[redacted]	
	10	Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as		[redacted]		[redacted]
6		Serviço de transporte em Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h	Horas de Vôo			
	11	Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema		[redacted]	[redacted]	[redacted]

		com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco –				
	12	PERNOITE da Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para	Pernoite	[redacted]	[redacted]	[redacted]
Não [redacted] aplica	1 [redacted]	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal, com deslocamentos [redacted] Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial	Pessoa	[redacted]	[redacted]	[redacted]

e de Santa Rosa do Purus para Manoel Urbano-AC.

5. **Descrição da solução como um todo**

5.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

5.1.1. Para os serviços de transportes fluviais de pessoal e carga:

5.1.1.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho;

5.1.1.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes;

5.1.1.3. A solicitação dos serviços será de inteira responsabilidade e iniciativa do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, cabendo-lhe todos os atos da administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de nota de empenho;

5.1.1.4. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário;

5.1.1.5. A Contratada, após a solicitação de serviços, terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias** para início da prestação dos serviços, a fim de possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato;

5.1.1.6. Os materiais e os passageiros deverão ser transportados da seguinte maneira:

5.1.1.6.1. Os equipamentos, viaturas, insumos e outros materiais pesados deverão ser transportados por balsas ou batelão de capacidade mínima de transporte de 12 toneladas;

5.1.1.6.2. Os equipamentos leves, insumos e outros materiais mais leves poderão ser transportados por rabetão, lanchas ou voadeiras; e

5.1.1.6.3. Os passageiros deverão ser transportados preferencialmente em lanchas, rabetão ou voadeiras e, em último caso, com a devida autorização da Contratante, os passageiros poderão ser transportados por balsas ou batelão.

5.1.1.7. Os materiais devem ser acompanhados de uma via do documento de comprovação do embarque efetuado na empresa de transporte que deve conter a quantidade de volumes e o peso do material aferido por essa;

5.1.1.8. Os materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC, Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano/AC, a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 BEC;

5.1.1.8.1. O licitante vencedor será o responsável por todas as entregas de material no trajeto previsto no item;

5.1.1.8.2.Ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

5.1.1.9. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas nos trajetos já especificados no corrente processo, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

5.1.1.10. As despesas com seguros, embalagens, ADEME (adicional de emergência), descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da empresa Contratada.

5.1.1.10.1. As lanchas, batelão, rabetão, voadeiras ou balsas deverão:

5.1.1.10.1.1. Possuir todos os itens de segurança obrigatórios para embarcações;

5.1.1.10.1.2. Estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento;

5.1.1.10.1.3. Estarem abastecidos e limpos interna e externamente;

5.1.1.10.1.4. Estarem com toda documentação em perfeita ordem;

5.1.1.10.1.5. Possuir caixa de ferramentas de pequenos reparos, no caso de ocorrências eventuais;

5.1.1.10.1.6. Estar com o seguro obrigatório e documentação em dia; e

5.1.1.10.1.7. Ser substituído, imediatamente, por uma embarcação similar em caso de qualquer embarcação ter necessidade de ser recolhida para conserto e /ou manutenção.

5.1.1.11. As embarcações deverão ser apresentados em perfeitas condições de uso, devidamente limpos e de acordo com as especificações do objeto, mediante solicitação do 7 Batalhão de Engenharia de Construção, sendo acionados junto à(s) licitante(s) vencedora(s) no prazo de **48 (quarenta e oito)** horas de antecedência;

5.1.1.12. Os serviços serão solicitados por requisição de embarcações, emitida pelo 7 Batalhão de Engenharia de Construção, especificando os dados necessários e a licitante vencedora terá que disponibilizar a embarcação no horário e local estipulado. As despesas com abastecimentos serão de responsabilidade da licitante vencedora.

5.1.1.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) indicar ao menos o nome de um funcionário (com o número de telefone para contato), responsável pelo atendimento das demandas ocorridas dentro ou fora do horário comercial (plantão);

5.1.1.14. Em caso de avaria de qualquer natureza, pane mecânica/elétrica, acidente, ou fatos supervenientes durante a execução dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora (s) deverá(ao) substituir a embarcação avariado/acidentado por uma embarcação do mesmo tipo ou efetuar os devidos reparos no menor tempo possível;

5.1.1.15. Todas as despesas de locomoção das embarcações até o início de cada locação deverão correr por conta da licitante vencedora;

Fl. 359

5.1.1.16. Durante a realização dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter seus empregados uniformizados, portando crachás, visando sua imediata identificação, bem como em perfeitas condições de apresentação e asseio. Os funcionários da(s) licitante(s) vencedora(s) deverão tratar com urbanidade todos os militares e demais colaboradores que participarem dos transportes;

5.1.1.17. É terminantemente proibido ao piloto da embarcação, o uso de cigarros, charutos e cachimbos nas embarcações, bem como ingerir bebidas alcoólicas, ou transportá-las, quando em serviço;

5.1.1.18. O piloto da embarcação, quando em serviço, deverá estar provido de numerário suficiente para arcar com eventuais despesas pessoais, estacionamento, pedágio, diária, alimentação, bem como manutenção da embarcação;

5.1.1.19. Na proposta, deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, incluindo combustíveis, pedágios, alimentação e estada dos pilotos da embarcação, bem como todos os impostos, seguros obrigatórios e encargos trabalhistas e previdenciários;

5.1.1.20. O pagamento de multas aplicadas em decorrência de infrações correlatas a má condução da embarcação será de responsabilidade da Contratada.

5.1.1.21. A licitante vencedora deverá garantir socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com a embarcação em viagem, fazendo a devida substituição da embarcação contratada, por outra que atenda as especificações, em situações em que a mesma não estiver em condições de trafegar;

5.1.1.22. Responderá a Contratada pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às instalações dos aquartelamentos, máquinas, equipamentos e demais bens das Unidades participantes do pregão, durante a prestação dos serviços, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que será expressamente combinado pela Contratante;

5.1.1.23. Responderá a Contratada por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço;

Fl. 360

5.1.1.24. Licenças, guias de transporte e autorizações, que regulamentam as viagens das embarcações, junto aos órgãos competentes (tais como: Marinha do Brasil, Capitania dos Portos e ANTAQ), são de inteira responsabilidade da Contratada;

5.1.1.25. As despesas com alimentação e hospedagem do piloto da embarcação será de responsabilidade da Contratada;

5.1.1.26. As embarcações deverão estar seguradas com cobertura dos materiais, ou seja, **valor da carga segurada**, em consequência de acidente envolvendo a embarcação locada, considerando-se como passageiros todos os que estiverem sendo transportados, inclusive o piloto da embarcação, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira na ocorrência de qualquer acidente;

5.1.1.27. A documentação da embarcação e do piloto da embarcação empregado na locação deverá estar atualizada junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, arcando com as despesas relativas à circulação de embarcação em todo território nacional;

5.1.1.28. Todas as responsabilidades. de tráfego (tais como multas, pedágios, impostos, taxas etc) deverão correr por conta da licitante vencedora;

5.1.1.29. A embarcação deverá ter cobertura total em caso de colisão, incêndio, roubo, furto (inclusive de acessórios da embarcação) e perda total da mesma, sendo obrigatória à apresentação do Boletim de Ocorrência Policial nos casos de acidentes que envolvam terceiros, furto ou roubo e seus acessórios;

5.1.1.30. A(s) embarcação(ões) locada(s) deverá(ão) ser substituída(s) em casos de furto ou roubo, defeito ou necessidade de manutenção, por outra em perfeitas condições de uso em até 48 (quarenta e oito) horas;

5.1.1.31. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços a serem executados. Cabe ressaltar que, o acesso à rampa em Manoel Urbano/AC e em Santa Rosa do Purus/AC somente é feito pelo Rio Purus, para fins de embarque e desembarque da balsa transportando as viaturas, equipamentos e insumos. Nesse caso, há a necessidade que os rios estejam com volume elevado, ou seja, no período de "inverno amazônico", compreendido entre os meses de novembro a abril para o transporte de maior carga.;

ENGENHARIA
fl. 361

5.1.1.32. O material deverá ser transportado por aeronave com capacidade mínima de carga de 450 Kg, saindo do aeroporto de Rio Branco/AC ao município de Santa Rosa do Purus/AC, onde será recebido por um militar do 7º Batalhão de Engenharia de Construção;

5.1.1.33. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas no trajeto (Rio Branco/AC x Santa Rosa do Purus/AC) e vice-versa, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

5.1.1.34 O serviço do item 8 deste termo será entregue na pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC. No trajeto contrário, a entrega do serviço será no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC – Plácido de Castro;

5.1.1.35 Os materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC, Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano /AC, a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 BEC;

5.1.1.36 O pessoal a ser transportado trata-se de militares e servidores civis do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, ou ainda, algum outro militar ou civil com missão específica que tenha relação com o Exército Brasileiro; e

5.1.1.37. São de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas com funcionários e seus equipamentos para transporte de cargas, encomendas e pessoal.

5.2. A empresa Contratada deverá seguir as normas ambientais vigentes para a plena execução do serviço durante todas as suas fases. A(s) empresa(s) contratada(s) de transporte aquaviário (fluvial) de pessoal e de carga deverá(ão) cumprir todos as Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

5.3. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas:

5.3.1. Os serviços contratados obedecerão rigorosamente às Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviáriosl (ANTAQ).

5.4. Os deveres e disciplinas exigidos:

ENCOMIARIA
Fl. 362

5.4.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.4.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.4.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

5.4.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso e xigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.4.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.4.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.4.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

5.4.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução do serviço;

5.4.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

5.4.10. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

5.4.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

5.4.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.4.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

A 363

5.4.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.4.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.4.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

6.1. Neste caso concreto, opta-se por aplicar ambas as possibilidades tanto o agrupamento quanto o parcelamento. O agrupamento ocorrerá nos itens nº 01 ao 12 (divididos em grupos) e a individualização do objeto para o item nº 13 (disputado individualmente) na presente demanda para a contratação dos serviços objeto da futura licitação. Portanto, não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

6.2. Neste contexto, definimos após minuciosa avaliação que o objeto não é divisível em sua totalidade, visto que, os itens 01 ao 12 foram divididos em grupos levando em consideração a viabilidade técnica e econômica; não concorrerá para a limitação de mercado dos fornecedores do ramo objeto da licitação tampouco ensejará a perda da economia de escala; ou ainda, a falta de ampliação da competitividade.

6.3. Logo, deverá adicionar na citação do respectivo parágrafo que: "o licitante que sagrar-se vencedor de algum dos grupos 01 ao 06 ficará responsável por tal transporte no deslocamento compreendendo "ida e volta". Assim sendo, ao optar pelo critério de julgamento por "grupo" ao invés de por "item" concorrerá para que determinado licitante apresente a proposta de preços somente para o(s) item(ns) relacionado(s) com o transporte de ida beneficiando-se da quantidade maior de insumos a serem deslocados para aquele município os quais serão empregados na obra. Por conseguinte, tal adoção não esbarrará na possível limitação de mercado ou manifesto desinteresse de eventuais licitantes do ramo a apresentarem proposta de preços no referido certame, pelo contrário, tornar-se-á mais atrativo uma vez que, o licitante que sagrar-se vencedor atenderá a ambos percursos (ida e volta). A exceção com relação ao entendimento anterior será aplicado ao item nº 13, o qual será disputado individualmente.

FERNANDO JERONIMO DO NASCIMENTO - 2º TEN
Chefe da Seção de Controle da CEEM do 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de 2020, procedo ao encerramento deste volume nº 02 do processo nº 64045.013469/2020-27 contendo 172 (cento e setenta e duas) folhas, abrindo-se em seguida o volume nº 03.

Cláudio A. da Silva

CLÁUDIO ALBUQUERQUE DA SILVA - 1º Sgt
Auxiliar da SALC